

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

LEANDRO HARISSON DA SILVA VASCONCELOS

MEMÓRIA, TESTEMUNHO, TRAUMA E LUTO EM *VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E
OUTROS CONTOS*, DE BERNARDO KUCINSKI

MANAUS

2018

LEANDRO HARISSON DA SILVA VASCONCELOS

MEMÓRIA, TESTEMUNHO, TRAUMA E LUTO EM *VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E
OUTROS CONTOS*, DE BERNARDO KUCINSKI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Lajosy Silva

MANAUS

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V331m	<p>Vasconcelos, Leandro Harisson da Silva Memória, Testemunho, Trauma e Luto em Você vai voltar pra mim e outros contos, de Bernardo Kucinski / Leandro Harisson da Silva Vasconcelos. 2018 104 f.: 31 cm.</p> <p>Orientador: Lajosy Silva Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Memória. 2. Testemunho. 3. Trauma. 4. Luto. 5. Ditadura civil-militar . I. Silva, Lajosy II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

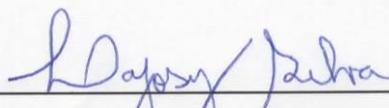
LEANDRO HARISSON DA SILVA VASCONCELOS

“MEMÓRIA, TESTEMUNHO, TRAUMA E LUTO EM VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS, DE BERNARDO KUCINSKI”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Aprovada em 19 de outubro de 2018

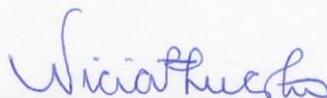
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Lajosy Silva – **Orientador**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Profa. Dra. Juciane dos Santos Cavalleiro – **Membro**
Universidade do Estado do Amazonas – UEA



Profa. Dra. Nicia Petreceli Zucolo – **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Fulvio Torres Flores – **Suplente**
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa – **Suplente**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

DEDICATÓRIA

A Bernardo, a Ana Rosa, a Wilson e a todos os torturados, mortos, desaparecidos, a todas as famílias que foram e são torturadas pela falta de respostas sobre aquele período.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar.

À minha família, em especial à minha mãe, Rosineide Vasconcelos, que sempre esteve ao meu lado, incansável na ajuda e sempre torcendo pelo meu melhor. Ao meu pai, Ariosto Vasconcelos (*in memoriam*), um grande incentivador dos meus estudos, que me ajudou nas primeiras letras e na minha formação inicial como ser humano reflexivo. Ao meu irmão, Anderson Saunier, meu grande professor de vida e luta e à minha companheira, Isteice Lima, parceira desde o início da graduação, sempre torcendo para que os meus planos fossem concretizados e esta caminhada fosse concluída com sucesso.

Ao orientador deste trabalho, professor Lajosy Silva, pela confiança, entusiasmo, dedicação, carinho e paciência. À professora Nícia Zucolo, quem me apresentou, ainda na graduação, a obra de Kucinski, e me ajudou, em todos os momentos de angústia, com indicações e caminhos possíveis que nortearam o trabalho em todos os seus aspectos. À professora Juciane Cavalheiro, por ter aceitado ser membro da banca de avaliação. Suas palavras, suas indicações e sua confiança sempre serão lembradas com muito carinho.

Ao escritor Bernardo Kucinski, por escrever o *Você vai voltar pra mim e outros contos* e todas as suas demais obras, retratando a história do país, a dor e o esquecimento em que estamos imersos.

À professora Cássia Nascimento, docente na graduação e pós-graduação, por ter me ajudado na etapa metodológica, caminho inicial e essencial. À professora Lileana Mourão, por ter me apresentado outras facetas da Literatura, ainda na fase das disciplinas, período de grande estímulo e entusiasmo. E ao professor Gabriel Albuquerque, de que também tive a honra de ser aluno na graduação e na pós-graduação, pela generosidade e grandeza na condução de suas aulas, as quais marcam profundamente quem ouve suas palavras.

Aos meus colegas de mestrado, em especial à professora Me. Priscila Vasques, pelas leituras, contribuições e palavras de incentivo ao longo de todo o processo de escrita. Aos colegas Everton Pinheiro e Izabely Barbosa, pela caminhada, desde a graduação, passando pela seleção e agora no mestrado; caminhar junto a vocês é motivo de orgulho.

Por fim, à Angélica Castro, secretária do PPGL/UFAM, pela atenção e competência no atendimento de nossas demandas.

RESUMO

Este trabalho discute a questão da memória, do testemunho, do trauma e do luto na obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski. Nas considerações iniciais, que nomeio de “O corte”, trato do contexto histórico em que a ditadura civil-militar se instalou, do papel da Comissão Nacional da Verdade e sobre como a obra analisada aqui surgiu através dos relatos contidos nas sessões da CNV. No primeiro capítulo, trago ao leitor um pouco da biografia de Bernardo Kucinski, sua vida como jornalista, professor universitário e a posterior transformação em escritor de literatura. Logo após, faço um pequeno resumo sobre as obras literárias publicadas pelo autor. Trato ainda do conceito teórico da Memória, trabalhando com a questão da memória coletiva em Lucena (2014), sobre a força da memória em Sarlo (2007), a não preservação da memória e as suas consequências em Costa (2011) e a fala de Hobsbawm (2011) sobre o presente contínuo a que os jovens estão submetidos. Sobre o testemunho, uso o conceito de Salgueiro (2012) para definir o que é uma testemunha em um amplo sentido; a partir de Selligmann-Silva (2006), sobre o problema do testemunho em Agamben (2008) e Avelar (2003). Falo também a importância do testemunho em Sarlo (2007) e sobre o uso da literatura para testemunhar em Valéria de Marco (2004). Logo após, falo propriamente sobre o trauma, tendo como base teórica os psicanalistas Sigmund Freud e Sándor Ferenczi. Para aprofundar o tema, uso os teóricos Avelar (2003), Antonello (2016), Santos (2010) e Selligmann-Silva (2008). A fim de pontuar mais especificamente acerca do recalçamento, inicialmente desenvolvido por Freud, utilizo a fala de Maria Paiva (2011). Sobre a resiliência, destaco o que postula Brandão (2009), o qual diz que o conceito de resiliência se tornou bastante diverso, visto que sua interpretação mudou ao longo do tempo, assim como Rudge (2009) nos alerta sobre como o trauma tomou o mesmo caminho, sendo difícil caracterizá-lo por conta das diversas correntes conceituais que se formaram ao longo do tempo. No último tópico do primeiro capítulo, falo sobre o luto e me volto novamente para as reflexões de Freud (2006). Uso Paulo Endo (2013) e Zucolo (2014) para aprofundar o conceito sobre o tema e Teles (2017) para refletir sobre como o silenciamento, o não luto, ainda hoje faz do Brasil um país que não resolve os seus traumas históricos. Adentrando nos três capítulos posteriores, todos de análise, trago, em cada um deles, um tema específico, a saber: a mulher, a família e a clandestinidade. No capítulo sobre o papel da mulher na ditadura, construo a discussão a partir dos contos “Você vai voltar pra mim”, “Joana” e “A beata Vavá”. Na primeira narrativa, o aspecto mais visível é a da mulher na prisão, dos abusos e da colaboração do poder judiciário para legitimar os abusos de direitos humanos. Em “Joana”, o foco maior é na procura de uma resposta pelo seu marido que foi preso, torturado e desapareceu durante os anos de repressão política. Em “A beata Vavá” o trabalho se concentra na luta da mãe para salvar o filho das mãos dos torturadores, um conto em que Kucinski destoa do resto da obra e flerta com o gênero Fantástico. No capítulo sobre a questão familiar, os contos analisados são: “O velório”, “Tio André” e a “A mãe rezadeira”. No primeiro, temos a dor de um pai que “enterra” o filho desaparecido como uma forma de resiliência e/ou protesto perante aos acontecimentos das últimas décadas e a finitude de sua vida; no segundo, Kucinski escreve sobre uma sobrevivente após o trauma de ser torturada pela repressão política, denunciando o Estado e sua negligência com quem foi vítima da ditadura; no terceiro, reflito sobre a dor de uma mãe que tem o filho preso, sendo testada ao saber que o filho pode ser solto depois do sequestro de uma autoridade, mas sendo tomada pelo medo do filho, se solto, ser morto pelas forças de repressão. No capítulo sobre a clandestinidade, trago os contos: “Sobre a natureza do homem”, “A troca” e “Dodora”. O primeiro é uma narrativa que mostra destruição de uma militante de esquerda depois das torturas e suas consequências; o segundo externa a difícil decisão de cumprir uma pena, renunciar à luta e voltar a ter uma vida normal ou continuar se rebelando contra a ditadura; e o terceiro trata sobre a pressão e a traição da vida na clandestinidade. Nas considerações finais, que nomeei de “A ferida”, discuto sobre a questão do revisionismo da ditadura pela população, o discurso da “Ditabranda”, que foi defendida em um editorial de um veículo de grande circulação nacional e a ascensão do discurso militarista na nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Testemunho. Trauma. Luto. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This work discusses the issue of memory, testimony, trauma and mourning in the work *Você vai voltar pra mim e outros contos*, by Bernardo Kucinski. In the initial considerations, which I call "O corte", I deal with the historical context in which the civil-military dictatorship has settled, the role of the National Truth Commission, and how the work analyzed here arose through the reports contained in the CNV sessions. In the first chapter, I bring to the reader a little of Bernardo Kucinski's biography, his life as a journalist, a university professor, and the subsequent transformation into a writer of literature. Soon after, I make a brief summary of the literary works published by the author. I also deal with the theoretical concept of Memory, working with the issue of collective memory in Lucena (2014), of memory strength in Sarlo (2007), non-preservation of memory and its consequences in Costa (2011) and the speech of Hobsbawm (2011) on the continuous present to which young people are subjected. On the testimony, I use the concept of Salgueiro (2012) to define what a witness is in a broad sense; from Selligmann-Silva (2006), on the problem of testimony in Agamben (2008) and Avelar (2003). I also mention the importance of testimony in Sarlo (2007) and on the use of literature to testify in Valéria de Marco (2004). Soon after, I speak properly about the trauma, having as theoretical base the psychoanalysts Sigmund Freud and Sándor Ferenczi. To deepen the theme, I use the theorists Avelar (2003), Antonello (2016), Santos (2010) and Selligmann-Silva (2008). In order to point out more specifically about the repression, initially developed by Freud, I use Maria Paiva's speech (2011). On resilience, I highlight what Brandão (2009) postulates, which says that the concept of resilience has become quite diverse, since its interpretation has changed over time, just as Rudge (2009) warns us about how trauma has taken the same way, and it is difficult to characterize it because of the various conceptual currents that have formed over time. In the last topic of the first chapter, I talk about mourning and turn to Freud's reflections (2006) again. I use Paulo Endo (2013) and Zucolo (2014) to deepen the concept on the subject and Teles (2017) to reflect on how silence, non-mourning, still makes Brazil a country that does not solve its historical traumas. Entering the three subsequent chapters, all of analysis, I bring in each of them a specific theme, namely: woman, family and clandestinity. In the chapter on the role of women in the dictatorship, I construct the discussion from the short stories "Você vai voltar pra mim", "Joana" and "A beata Vavá". In the first narrative, the most visible aspect is that of women in prison, abuses and the collaboration of the judiciary to legitimize human rights abuses. In "Joana", the major focus is on the search for an answer about her husband who was arrested, tortured and disappeared during the years of political repression. In "A beata Vavá" the work focuses on the mother's struggle to save the child from the hands of the torturers, a short story in which Kucinski differ from the rest of the work and flirts with the genre Fantástico. In the chapter on the family issue, the stories analyzed are: "O velório", "Tio André" and "A mãe rezadeira". In the first, we have the pain of a father who "buries" the missing child as a form of resilience and / or protest in the face of the events of the last decades and the finitude of his life; in the second, Kucinski writes of a survivor after the trauma of being tortured by political repression, denouncing the state and its negligence with whom it fell victim to the dictatorship; in the third, I reflect on the pain of a mother who has her son arrested, being tested on knowing that the son can be released after the kidnapping of an authority, but being taken by the fear of the son, if released, to be killed by the forces of repression. In the chapter on clandestinity, I bring the short stories: "Sobre a natureza do homem", "A troca" and "Dodora". The first is a narrative that shows the destruction of a left-wing militant after the tortures and their consequences; the second express the difficult decision to serve a sentence, to renounce the struggle and return to a normal life or continue to rebel against the dictatorship; and the third deals with the pressure and treachery of life on clandestinity. In the final considerations, which I named "A ferida" I discuss the question of the revisionism of the dictatorship by the population, the discourse of "Ditabranda", which was defended in an editorial of a vehicle of great national circulation and the ascension of militaristic speech in our society.

KEY WORDS: Memory. Testimony. Trauma. Mourning. Civil-Military Dictatorship.

SUMÁRIO

O CORTE	9
A DOR	17
1.1 Bernardo Kucinski	18
1.2 A Memória	22
1.3 O Testemunho	25
1.4 O Trauma	29
1.5 O Luto	33
A MULHER	37
2.1 “Você vai voltar pra mim” – Justiça! Justiça?	39
2.2 “Joana” – A dor da esperança	45
2.3 “A beata Vavá” – A Liberdade crucificada	51
A FAMÍLIA	58
3.1 “O velório” – O caixão vazio	60
3.2 “Tio André” – Dupla covardia.....	66
3.3 “A mão rezadeira” – Eu rezei tanto	73
A CLANDESTINIDADE	79
4.1 “Sobre a natureza do homem” – irreversível.....	81
4.2 “A troca” – o sonho, o pesadelo	86
4.3 “Dodora” – medo/alívio.....	92
A FERIDA	97
REFERÊNCIAS	101

O CORTE

O filho tinha olhos negros como os do pai, cabelos ondulados, lábios grossos e queixo saliente. Puxou ao pai, o velho não se cansou de repetir esses anos todos. - O Velório (2014, p.49).

A ferida causada por um golpe na pele é terrível, por mais que seja pequeno, pois temos a percepção de que os pequenos são os mais doloridos. A dor então se avoluma exatamente por não se querer sentir dor e se busca saídas para estancar o sangramento (ou a sangria). Um pano, um algodão, algo que seja útil para conter a hemorragia causada pelo objeto cortante. O próprio corpo, em muitos casos, toma para si a responsabilidade de resolver o problema, o sangue cria uma proteção sobre o corte, as células do local atingido começam a regeneração e o organismo segue a missão de curar. Todos nós já passamos por esse processo algumas vezes, desde a tenra idade até a vida adulta, no entanto, o nosso país também tem os seus cortes, alguns deles ainda precisam passar por este processo: a cura.

O caminho que me levou a escrever este trabalho começa ainda durante a graduação, nas aulas da disciplina de Literatura Brasileira IV, quando surgia a indicação de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, do ainda desconhecido, para mim, Bernardo Kucinski. As narrativas desta obra me impactaram de uma maneira singular, pois giravam sobre o tema da ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964. O regime já fora pesquisado por mim durante aquele mesmo período, na iniciação científica, mas por uma perspectiva local, onde analisei uma trilogia de contos do escritor amazonense Erasmo Linhares, que metaforizava o ambiente de uma prisão política durante os anos de repressão.

Voltar a falar sobre a ditadura foi natural, falo no sentido de me pensar como pesquisador e ao mesmo tempo encontrar um caminho para exercer a minha cidadania através da pesquisa. Erasmo Linhares e Bernardo Kucinski denunciam aquele período pelo caminho da literatura e, para nós pesquisadores, é importante levar ao conhecimento público obras que resgatem a memória de quem sofreu todo tipo de arbitrariedade, colaborando para o entendimento comum de que aquele período não foi exatamente como o propagandeado, mas sim altamente cruel, não apenas para uma parte que lutou com ideias e armas, mas para todos, até para os que se calaram.

O corte de 1964 foi profundo, ainda hoje está aberto, inflamado, sangrando, porém, uma boa parte da população brasileira insiste em não cuidar, em não curar, prefere virar os olhos, deixar doer. Não há como esquecer o que ainda dói, não há como curar o que ainda precisa de remédio, não há como tratar o que insistimos em não ver. Infelizmente, este é o retrato quando olhamos para aquelas duas décadas manchadas de sangue, de censura, de tortura, de morte, de

desaparecimentos, de esquecimento. Esta pesquisa não tem a intenção de reparar qualquer coisa, ela não tem poder para isso, mas busca a memória, busca colaborar informando e analisando aquele período.

Mas será que ainda é necessário falar sobre o golpe civil-militar de 1964? A resposta para essa pergunta é: sim. É preciso falar para não cair no esquecimento as arbitrariedades cometidas naquele período, pois até os meios de comunicação, que deveriam ser aliados da democracia, hoje fazem editoriais com o propósito de suavizar as políticas de ataque aos direitos humanos e individuais da sociedade brasileira. A grande mídia, em sua maioria conservadora, evita a todo momento discutir os anos do regime repressor, muitas vezes citando a velha desculpa de que não se deve fazer “revanchismo”.

Então, falar sobre a ditadura militar não é uma mera questão que deve ficar apenas na academia, mas algo urgente em nossa sociedade anestesiada sobre este assunto, muito aquém de outros países sul-americanos. Enfrentar a ideia de suavizar a ditadura deve ser encarada como uma questão de preservação da democracia, mesmo que esta tenha sido fabricada em meio aos conchavos entre militares e civis, mas, ainda assim, o que temos, mesmo com todos os seus defeitos e vícios, é melhor do que uma ditadura. Debater este tipo de conduta é um dos objetivos desta pesquisa, buscando descortinar a aura de segurança e paz social propagandeada pelos militares e pelos meios de comunicação que os apoiaram.

A ditadura começa na virada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964, depondo o presidente João Goulart e rompendo a frágil democracia brasileira estabelecida desde a saída de Getúlio Vargas do Palácio do Catete em 1945. Os generais argumentaram que o presidente, eleito democraticamente, tinha a intenção de fomentar um “governo socialista” no Brasil, indicando as Reformas de Base, defendidas pelo presidente no Discurso da Central do Brasil, acontecido em 2 de abril de 1964, como um forte indício da inclinação de Goulart pela ideologia socialista. É preciso lembrar que o mundo vivia uma forte polarização política nos anos 1960 por conta da chamada Guerra Fria (1947-1985), um conflito sem armas que colocou de lados opostos a potência americana dos Estados Unidos e a euroasiática União Soviética.

A ditadura perdurou por quase vinte e um anos e teve algumas fases. Após a sucessão de Humberto de Alencar Castello Branco, o Brasil clamou por democracia e foi calado pelo Ato Institucional N. 5, entrando numa das piores ondas de repressão da sua história política, notadamente nos governos de Artur da Costa e Silva e de seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici. Os governos militares são acusados de tortura sistemática contra grupos opositores, principalmente dentro dos seus DOI-CODI, departamentos controlados pelos militares para onde eram levados os presos políticos. “A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no

início do governo Castello Branco, e se espalhou como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 460).

Nesse período, o país passou por um forte crescimento econômico, basicamente por conta dos empréstimos a baixo custo e ao preço reduzido do petróleo no comércio internacional da época. Porém, a bonança econômica acaba no final da primeira metade da década de 1970, com a primeira crise do petróleo elevando os preços dessa matéria-prima no mercado internacional. O Brasil também mudava de mãos, saindo da chamada linha-dura (Costa e Silva e Médici) e indo para as mãos da chamada linha moderada, sorbonne ou castelista, pois assim eram chamados os membros da ala que tinha como liderança o ex-presidente Castello Branco (morto em 1968 em um suspeito acidente aéreo). Não podemos esquecer que havia uma grande parceria entre os militares e o setor empresarial, tanto que a área econômica do governo era toda titulada por civis, como dizem as professoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling:

O Ministério do Planejamento, juntamente com o da Fazenda, não ficava atrás. Tinha poderes de sobra, era reduto dos civis, e o comando da área econômica cabia quase todos ao Ipes: Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões, Antônio Delfim Netto, Hélio Beltrão, Mário Henrique Simonsen. “No fundo, existia um canal absolutamente aberto entre o governo e o setor empresarial”, reafirmou, cinquenta anos depois, Delfim Netto, ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, e do Planejamento entre 1979 e 1985 (2015, p. 451).

Em 1974, assumia a presidência o general Ernesto Geisel que tomou para si o papel de dar um término (de maneira controlada) à ditadura de 1964, que ali completava 10 anos, bem mais do que o seu grupo político esperava. Ficava então famoso o lema de Geisel sobre a abertura política: “Lenta, gradual e segura”. No entanto, no seu governo foi editado um dos conjuntos de medidas mais ditatoriais do regime, o chamado Pacote de Abril, de 13 de abril de 1977: “O Pacote de Abril, como ficou conhecido o conjunto de medidas arbitrárias editadas pelo seu governo, adiava para 1982 a eleição direta para governadores e alterava a composição do colégio eleitoral que deveria escolhê-los, de modo a reforçar a presença da Arena” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 468).

A ditadura termina em 15 de março de 1985, com o término do governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, 16 dias antes do golpe de estado completar 21 anos de existência. Os militares não aguentaram as greves dos trabalhadores do ABC paulista, consequência da grave crise econômica que causou forte inflação e prejudicou grande parte da população. É pontual destacar que foi a economia e não as violações aos direitos humanos que

derrubaram o regime, algo que precisamos (re)pensar sobre a história do nosso país. As consequências de duas décadas de ditadura, além do uso sistemático da tortura, está no nosso dia a dia, na violência urbana, na falta de respostas sobre os quase 500 desaparecidos e assassinados políticos, na morte de indígenas na Amazônia em nome de um suposto desenvolvimento para a região, na concentração de renda acentuada, principalmente durante o chamado “Milagre Econômico” etc.

Os contos de *Você vai voltar pra mim e outros contos* foram inspirados em sessões da Comissão Nacional da Verdade¹ a que o escritor Bernardo Kucinski assistiu em São Paulo no fim do ano de 2013. São vinte e oito contos que tem em comum a dor, a memória, o testemunho e o trauma daqueles anos, dos tempos, passado e presente, onde a narrativa não para na luta urbana ou rural, na clandestinidade, mas também abarca a dor familiar, esquecida, presente e sem perspectiva de findar. O título do livro, como bem conta a reportagem de Raquel Cozer, colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, é capaz de confundir o leitor no primeiro momento, até ele descobrir que a frase não é uma demonstração de amor, mas de monstruosidade:

Você vai voltar pra mim é uma daquelas falas propensas a enternecer o interlocutor – a não ser, é claro, que venha de alguém como um agente da repressão após infindáveis sessões de tortura. A narrativa em que ela aparece nomeia o novo livro do jornalista e cientista político Bernardo Kucinski, 76, “Você Vai Voltar pra Mim e Outros Contos”. Foi inspirada em depoimento que o autor ouviu, no fim de 2013, ao assistir uma sessão da Comissão da Verdade paulista (FOLHA DE S. PAULO, 15 de fevereiro de 2014).

A Comissão foi criada como um instrumento de resgate da memória sobre as violações dos direitos humanos ocorridas entre a década de 1940 e a promulgação da constituição de 1988, ou seja, não apenas o período de 21 anos da ditadura civil-militar, mas todos os casos desde o fim do primeiro governo Vargas até a constituinte. No entanto, é visível na sua importância o período de 1964-1985, pois nestes anos o país se tornou palco de uma das ditaduras mais longas do continente, lançando um forte aparato repressivo em diversos setores progressistas da sociedade. A comissão não tinha o direito de prender, pois a ditadura criou a Lei da Anistia, instrumento que impossibilita qualquer punição para quem cometeu crimes políticos entre 1961 e 1979.

[...] a Comissão Nacional da Verdade, instaurada pela Lei n.º 12.528 em junho de 2012 com o objetivo de apurar as violações aos direitos humanos praticadas

¹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com a finalidade de examinar e esclarecer as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1988 (OLIVEIRA, 2013, p. 01).

Como não tinha nenhum tipo de instrumento legal que lhe possibilitasse a punição dos torturadores, a Comissão da Verdade se tornou um lugar da memória daquelas pessoas que foram torturadas, que sofreram algum tipo de punição ou de familiares de quem foi morto ou desapareceu durante aqueles anos. As sessões mostraram um Brasil desconhecido da maioria dos brasileiros acostumados com uma aparente liberdade, mas nada que lembra os anos de repressão política. A CV tinha também como objetivo o fortalecimento da democracia, no entanto, o que se viu à época e hoje é uma onda de conservadorismo que impediu, principalmente na mídia, da divulgação das histórias de pessoas que o Estado brasileiro sufocou.

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos (BRASIL, 2014, p. 20).

Em dezembro de 2014 a Comissão da verdade entrega o relatório final em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, ainda sob a presidência de Dilma Rousseff. Segundo Gabriela de Oliveira, a missão final da Comissão é o estabelecimento de uma história oficial dos acontecimentos ocorridos durante a vigência de sua investigação, trazendo à tona fatos que são propositadamente silenciados pelas instituições governamentais envolvidas no processo histórico. Um dos objetivos é aprimorar as instituições para que não ocorra as mesmas políticas que resultaram na interrupção democrática, não apenas em 1964, mas em outros períodos da história republicana brasileira.

A missão final da Comissão Nacional da Verdade, assim como de todas as outras Comissões já instauradas no mundo ao longo dos anos, a elaboração de um relatório final que estabeleça uma “história oficial” sobre o que realmente ocorreu durante o regime militar, que permita à sociedade o conhecimento dos detalhes do regime que oprimiu e violou, assim como apresentar recomendações que visem aprimorar as instituições do Estado, notadamente aquelas que lidam com a segurança pública, e contribuir para uma política definitiva de não repetição (OLIVEIRA, 2013, p. 27).

A Comissão da Verdade fez a sua parte, mas a onda conservadora que abalou o país e a reação de alas conservadoras e de instituições que participaram e/ou apoiaram o golpe de Estado,

foram um grande obstáculo para que a informação chegasse à sociedade e conseqüentemente houvesse o reconhecimento por parte do país, em termos amplos, onde todas as camadas sociais e não apenas do Estado (governo), se envolvessem no reconhecimento dos abusos dos direitos humanos naquele período. O esvaziamento da sua importância mostrou o quanto ainda temos que caminhar para que se faça o reconhecimento e finalmente haja o luto nacional, o luto de uma tragédia não reconhecida, de uma ferida que ainda sangra, desse profundo corte histórico.

Daí a importância de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, pois a sua publicação fortalece a democracia, serve como uma extensão do trabalho da Comissão da Verdade, imortalizando os seus relatos, mesmo que seja histórias fictícias, por meio da literatura e dos seus conseqüentes leitores e propaga a memória daqueles que sofreram abusos por parte dos militares. O estudo desta obra, visa, principalmente, a sua divulgação, a propagação da memória desta parte da história brasileira que foi apagada quase que por completo dos principais meios de comunicação.

A pesquisa será de natureza bibliográfica, com levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, artigos, publicações avulsas e imprensa escrita, incluindo várias obras conforme o estágio do trabalho. Abordaremos a questão do testemunho. Vamos analisar o indizível, ou seja, a dificuldade em sistematizar um testemunho sobre os eventos traumáticos, como a ditadura civil-militar de 1964. Também versaremos sobre o testemunho na ficção, buscando autores que corroborem para a linha que aceita a ficção como forma de testemunhar eventos catastróficos. Dessa forma, o estudo adotará o seguinte percurso:

O percurso escolhido para a análise dos contos será a partir da experiência traumática, de como as personagens vivem com esse trauma, a resiliência diante da sua experiência e o desfecho das narrativas. O trabalho em si está dividido em três partes: “o corte”, “a dor” e a “ferida”. “O corte” são essas considerações, buscando contextualizar a ditadura, fazer uma reflexão sobre a Comissão Nacional da Verdade e o percurso que usei para analisar os contos. “A dor” é a parte principal, os capítulos, que são quatro: “a dor”, capítulo de discussão teórica, e os capítulos de análise: “a mulher”, “a família” e a “clandestinidade”. A terceira parte é intitulada “a ferida”, onde faço as considerações finais, discutindo a ascensão do discurso militarista, o papel da imprensa e a importância de analisar a obra de Kucinski neste momento. É interessante observar que o “o corte”, “a dor” e “a ferida” é um processo que pode ser visto tanto pelo olhar histórico, psicanalítico e/ou físico.

A análise dos contos será dividida nos seguintes passos:

1 – Experiência traumática: nesta primeira parte analisaremos o trauma em si sofrido pela ou pelas personagens, destacando o contexto em que ele se deu. A experiência traumática, no caso,

ocorrida durante o regime militar, pode ser decorrente de tortura, perseguição, assassinato de alguém próximo ou qualquer outra situação que tenha consequências para a vida posterior da(s) personagem(ns), levando-as para o segundo passo da nossa análise;

2 – Vida com o trauma: nesta parte, talvez a mais importante, vamos entender, através das personagens, as sensações, os medos e as limitações que as vítimas da ditadura sofreram, não apenas durante os vinte anos de período autoritário, mas posteriormente, descortinando um silenciamento forçado da sociedade em relação a essas pessoas. Algum questionamento pode surgir no sentido de usar a ficção para entender a que ocorreu e o que ocorre nos acontecimentos referentes à realidade, mas a importância da pesquisa está no sentido de usar a literatura para entender a sociedade, desmistificando a sua usabilidade apenas para fins de entretenimento, e sim como um instrumento de questionamento, conhecimento e humanização.

3 – Resiliência: esta etapa marca a tentativa das personagens de superar o trauma por meio alguma ação, mesmo que ela demore décadas para acontecer. A pesquisa buscará analisar a procura de alternativas para que o acontecimento traumático se torne um aprendizado ou, pelo menos, em algo que não seja tão extenuante do ponto de vista físico e emocional. A resiliência marca uma etapa importante nas narrativas, buscando encontrar caminhos para viver além do sofrimento que limita a vida e provoca a desestruturação emocional de uma personagem específica ou de várias personagens dentro da narrativa.

4 – Desfecho: por fim, temos o fechamento do conto, não necessariamente marcando um fim da personagem, mas demonstrando como esta seguiu a sua vida. Esse desfecho é necessário à análise para que tenhamos um fim, depois do início (experiência traumática) e o meio (vida com o trauma e resiliência). Aqui não podemos ir além do que a narrativa nos conta, mas somos capazes de entender o recorte histórico e suas consequências durante e depois da ditadura civil-militar (1964-1985).

Não necessariamente todos estes aspectos serão trabalhados em todos os contos, pois depende se cada narrativa contempla o que o percurso propõe. Em alguns contos, teremos apenas o aspecto do trauma e do desfecho, em alguns o desfecho ficará aberto e em outro todos serão trabalhados, tendo como exemplo o conto “O Velório”, pois a sua narrativa nos oferece o conteúdo necessário para que os quatro aspectos sejam trabalhados na sua integridade. O trabalho busca respeitar o percurso na sua totalidade na medida do possível, no entanto, as limitações de cada narrativa também fazem parte da estética e da mensagem que a obra se propõe passar ao leitor.

Sendo assim, a presente dissertação visa à análise de nove contos desta obra de Bernardo Kucinski, que nos mostra que a literatura está atenta aos fatos, mesmo que estes sejam jogados

ao esquecimento. O estudo do período da ditadura se mostrou ainda mais importante ao longo da confecção desta dissertação, pois neste momento que a sociedade brasileira passa por uma forte onda de conservadorismo e experimenta um forte golpe em sua democracia. Escrever esta dissertação, neste período, é um desafio frente aos discursos autoritários, aos discursos contrários à democracia e agiganta a obra deste jornalista e, agora, escritor consagrado.

Livros como *Você vai voltar pra mim e outros contos* são necessários para que o corte se feche, pois a literatura nos leva à memória e à reflexão, é um caminho que se abre frente a tantos muros que este assunto encontra pela frente. Para mim, a academia tem como objetivos a propagação de informação e da cidadania e a pesquisa, para isto, é essencial. As novas gerações, muitas vezes envolvida com um forte discurso conservador, aplaudem políticas de desestabilização que podem produzir novos cortes, mortes e desaparecimentos. Políticas fáceis e teatrais são uma constante em nossa história, todas, em menor ou maior grau, não alcançam resultados e prejudicam a população, sensivelmente a parte mais pobre.

Portanto, faço aqui uma reflexão da nossa história através deste pequeno livro de contos, destas pequenas narrativas, destas personagens que se agigantam e emocionam os leitores. Todas, mesmo que ficcionais, representam uma irmã, um marido, uma filha, um avô que lutou e foi torturado, assassinado ou simplesmente desapareceu e nunca o Estado se mostrou disposto a investigar a fundo e solucionar estes crimes que estão impunes há décadas. As próximas páginas têm como objetivo resgatar a memória, o testemunho e refletir sobre o episódio traumático que foi a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964 através dos contos de Bernardo Kucinski.

CAPÍTULO I

A DOR

Cada vez é como se fosse a primeira, tentando adivinhar o que vão fazer e ao mesmo tempo tentando não pensar no que vão fazer; buscando um derivativo, um pensamento que os torne insensíveis à dor.

Depois a dor; depois nada. – A troca (2014, p. 75)

A dor é o resultado do golpe sofrido, é a reação do corpo a um problema detectado, um chamado de socorro do organismo para combater o que pode ser prejudicial para todo o sistema orgânico. A intensidade da dor física depende muito do local afetado, do quanto prejudicial foi o dano, da importância da região para todo o organismo. A dor é uma das grandes preocupações da humanidade e sempre tentamos encontrar soluções para este desconforto, mas ela também é uma grande aliada, pois a sua presença se torna um sinal claro de que algo está errado e através dos sintomas se faz um diagnóstico e se detecta o problema.

No entanto, a dor de que falo neste trabalho é um sofrimento que vai além do corpo, do orgânico, se transporta para o social, para o político. O golpe militar foi o responsável pela morte e o desaparecimento de 434 pessoas, segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, vítimas que morreram e que até hoje não tiveram um reparo sobre esses acontecimentos que ocorreram há cinco décadas. Cada torturado, cada família, guarda em si a memória, o testemunho e o trauma do que foram aqueles anos de radicalização política, criminalizados até hoje por grande parte da sociedade que, em alguns casos, ainda defende abertamente a barbárie daqueles tempos.

A dor que neste capítulo vou discutir é aquela que não passa ao tomar um comprimido, é a que não se situa em um local específico do organismo, a dor da qual escrevo é uma dor psíquica, diária e parece ser interminável. A ditadura deixou heranças, não apenas de mortos e desaparecidos que pouco discutimos, seja por falta de canais próprios ou dispostos a isso, seja por falta de vontade política, suas marcas estão ainda hoje na política e na sociedade brasileira, pois o Estado não se torna uma máquina de tortura e morte a partir do nada, é necessário que exista um ambiente de cumplicidade social para que essas políticas se tornem reais.

O Brasil naqueles anos representava um momento ideológico mundial aliado ao conservadorismo local, como discuti em “O corte”, a introdução deste trabalho. Os governos militares não agiram sozinhos, até por isso sempre vou nomear aquele período como civil-

militar, para lembrar da face civil de quem apoiou os governo militares. Dito isto, nas próximas páginas procuro abordar uma série de conceitos teóricos que usei nos capítulos dois, três e quatro e que ajudaram a analisar os contos. Segue, então, cinco tópicos, um sobre Kucinski e sua obra e outros quatro sobre os conceitos que serão, de uma maneira ou outra, usados nas narrativas.

1.1 Bernardo Kucinski

O autor de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, Bernardo Kucinski, é um escritor, jornalista e cientista político nascido em 1937, filho de imigrantes poloneses. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* (2016), a parte da família que estava na Europa, durante a Segunda Grande Guerra, morreu nos campos de concentração construídos pelos nazistas. Esse foi o primeiro grande trauma familiar do escritor, trauma este que foi silenciado, algo mais comum do que se pensa: “Um trauma silenciado em casa, uma carga emocional represada. Afinal, era preciso viver, mesmo à sombra desse fantasma.”, diz Kucinski (*O ESTADO DE S. PAULO*, 14 de julho de 2016).

O segundo trauma familiar acontece em 22/04/1974, durante a ditadura civil-militar brasileira, quando sua irmã caçula, Ana Rosa Kucinski, professora do departamento de Química da USP, integrante da ALN (Aliança Libertadora Nacional), é presa pela ditadura e morta. Nunca se soube o verdadeiro destino de Ana Rosa, mas, especula-se, segundo depoimento presente no livro *Memórias de Uma Guerra Suja*, lançado em 2012, que contém o depoimento de Cláudio Guerra, ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão da ditadura brasileira, que o corpo da irmã de Kucinski e seu marido, Wilson Silva, foram incinerados no forno de uma usina:

Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordidas pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo leva a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. (GUERRA *et al.*, 2012, p.55)

Bernardo Kucinski sempre foi conhecido como jornalista, tendo passado pela redação de diversos jornais e revistas importantes no Brasil e na Inglaterra, onde ficou por um período de autoexílio por ocasião do doutorado da sua esposa. Foi de Kucinski a denúncia de que o governo militar estava vendendo urânio para o governo do Iraque em 1981, quando o país árabe

ainda era governado por Saddam Hussein, morto em 2003. A intenção era ajudar aquele país a fabricar uma bomba atômica, plano que o regime militar também alimentou nos anos em que esteve no poder. Durante o primeiro mandato do governo do ex-presidente Lula, o escritor, ainda como jornalista, trabalhou para o governo onde analisava e fazia um resumo das notícias diárias ao presidente, esses relatórios foram publicados em um livro posteriormente.

Em 2011, o escritor se aposenta da vida jornalística e das aulas na USP para se dedicar à literatura, quando começa, já desde o lançamento do seu primeiro livro, *K. O Relato de Uma Busca*, a ser reconhecido como uma revelação no mercado literário, sendo até mais do que nos tempos de jornalismo. Em entrevista ao Super Libris, da Sesc TV, Kucinski é enfático ao falar da aura de escritor: “O pior dos escritores é mais referenciado do que o melhor dos jornalistas”. O escritor, desde então, lança obras regularmente, quase uma por ano devido a sua urgência em falar sobre estes temas que reapareceram com força em nossa sociedade e também para deixar um catálogo significativo antes da sua morte, uma forma de abordar com naturalidade a finitude da vida.

Em *K.*, Kucinski retrata a busca de um pai pela filha desaparecida durante os anos mais repressivos da ditadura brasileira. O autor já tinha publicado vários livros, mas a maioria sobre o jornalismo, profissão em que é reconhecidamente um dos melhores do seu meio, mas todos restritos à sua área, e, mesmo que premiados, não tiveram o alcance da sua primeira obra literária. *K.* é um livro com forte teor sentimental, não apenas porque conta a história de um pai que busca a sua filha desaparecida após ser presa pela repressão, mas porque é um livro que fala, através da ficção, a própria história do autor, do seu pai, do trauma familiar sofrido nos chamados Anos de Chumbo, durante o governo do general Médici.

O autor expõe a sua decepção com a justiça brasileira, com a transição para a democracia que, na verdade, não puniu os torturadores e os assassinos a serviço do regime político instalado pelos militares. Ainda hoje, três décadas após a constituição de 1988, alardeada como um mecanismo contrário a toda realidade anterior, podemos andar em ruas, descansar em bancos de praças e atravessar pontes que são nomeadas por personagens da ditadura que financiaram a repressão. A lei da anistia não teve efeito apenas na esfera jurídica, ela se fez nas ruas, na vida cotidiana, adentrou o íntimo, legitimou essas homenagens, ela normalizou uma realidade anormal. Todos morreram de morte natural:

Numa sacola maior, de lona, despejam documentos arduamente elaborados de denúncia, os que consideram mais valiosos. A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos

políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua. (KUCINSKI, 2016, p. 29).

O segundo livro do autor, *Você vai voltar pra mim e outros contos*, adentra novamente no horror dos anos ditatoriais. A obra é composta por vinte e oito contos que tem em comum aqueles anos ou os posteriores ao fim do regime. Kucinski retoma a ideia de falar sobre o íntimo das famílias que perderam os seus entes (O Velório e Joana), sobre a vida dos encarcerados pelo regime (A Troca) ou mesmo a vida nunca refeita após a tortura (Tio André). O título do livro é em referência a um dos seus contos, uma expressão escolhida provavelmente por ser ambígua, por sugerir romantismo e afeto, mas é o contrário de todas as primeiras impressões que o leitor pode ter. A voz que ali emerge não é de um homem ou mulher apaixonados, mas de um torturador que tem a certeza da impunidade, da colaboração da justiça, de que sua vítima não terá voz, ela vai voltar para as sessões de tortura.

De novo está só no camburão. Percebe que é o mesmo que a trouxe e se inquieta. Passa a observar o trajeto pela grade de ventilação. Vê, aterrorizada, entrarem pelo mesmo portão através do qual haviam saído para o tribunal. O camburão para, a porta se abre. O torturador diz, sorrindo:
 - Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse?
 Vem, benzinho, vamos brincar um pouco.
 Ele a agarra pelas canelas e a arrasta para fora.
 Os outros em volta riem. (KUCINSKI, 2014, p. 71).

Em *Alice Não mais que de repente*, lançado em 2014, o autor foca no romance policial sobre o assassinato de uma professora da USP, encontrada em sala de aula por funcionários da instituição. E, a partir deste contexto, inicia-se uma narrativa ambientada na universidade de sua formação acadêmica e política, ambiente em que o autor trabalhou e vivenciou por décadas.

- A senhora está bem?
 Nenhuma resposta. Só então, contornando o corpo caído, percebeu o filete rubro de sangue emergindo dos seus lábios e atravessando o tampo da escrivaninha, de onde gotejara, formando no piso uma estrela vermelha. Seu rosto de nissei, antes harmonioso, estava transfigurado, e seus olhos amendoados, de um negro profundo, pareciam afogados numa órbita de sangue. Largando a vassoura, Marileuza correu, espavorida, corredor afora. (KUCINSKI, 2014, p. 14).

Em 2016, Bernardo Kucinski lança *Os Visitantes*, revisitando a sua primeira obra: *K. O Relato de Uma Busca*. Nesta obra, “o escritor” de *K. O Relato de Uma Busca* é a principal personagem do pequeno livro, onde recebe visita de “leitores” que falam da sua primeira novela. Com doze pequenos capítulos, cada um com um “visitante” diferente. O escritor já revelou que a sua ideia é que *K.* e *Os Visitantes* sejam publicados em uma mesma edição no futuro, pois os dois estão ligados e não faz sentido serem editados como obras distintas. O livro, em uma primeira leitura, parece ser um instrumento de revisão de *K.*

Fiquei a meditar alguns segundos, depois perguntei: já que ela não quis ler, você passou alguma coisa do conteúdo? Falei que está bem escrito, que é um texto delicado, até poético. E o que ela respondeu? Ironizou, você sabe como ela é sarcástica. Reconheceu que escrever bem é com você mesmo, mas tinha que ser ao contrário, tinha que ser um livro sujo, como foi sujo tudo aquilo, tinha que ser como um vômito, mas você preferiu escrever um livro bonito e ilustrado por artista famoso para ganhar prêmio. (KUCINSKI, 2016, p. 18).

No ano seguinte, 2017, o autor lança *Pretérito Imperfeito*, livro que sai um pouco do ambiente ditatorial. A narrativa conta a história da relação entre um pai e um filho, não uma relação comum, mas uma relação altamente problemática, cruel. O filho é adotado após sucessivas tentativas do casal em ter filhos, uma infinidades de exames para descobrirem se havia algum problema orgânico e todas as tentativas falharam e os exames não apontaram um problema. Surge então uma criança adotiva, que durante a gestação, teve um histórico de problemas, circunstância que afetará sua vida na adolescência e na fase adulta, tudo narrado por um pai que não quer mais o filho:

O senso comum vê a adoção como um ato de caridade. Quanta ilusão! Adota-se para quase sempre para ter uma família, não para dar uma família à criança. É o miserável desamparo nosso que nos move, não o desamparo maior da criança. Adota-se para fugir de um luto, para compensar uma perda, para salvar um casamento, ou por uma combinação desses motivos. (KUCINSKI, 2017, p. 17).

Até agora, estes são os livros publicados por Bernardo Kucinski em sua obra literária ainda pequena, mas em rápida expansão. Neste ano o autor completa 81 anos de vida, com uma vasta bibliografia sobre jornalismo e política, o escritor diz não querer mais falar nesses assuntos de forma direta, quer apenas usar a literatura como linguagem daqui para frente, correndo contra o tempo por causa da finitude da vida e buscando escrever cada vez mais nessa nova fase de sua vida.

1.2 A Memória

Walter Benjamin, em seu *Magia e Técnica, Arte e Memória: ensaios sobre a literatura e história da cultura*, observa que a partir do momento que um acontecimento é lembrado, ele não tem limites, pois ganha um permanente ressignificar e pode ser palco de batalhas de narrativas. Assim, a memória dos que sobreviveram aos anos de repressão política não é limitada ao acontecimento, mas tem uma permanente ressignificação daqueles anos, principalmente para uma sociedade que foi criada em meio a uma narrativa favorável às ditaduras civis-militares e agora podem tomar conhecimento, a partir da rememoração daqueles indivíduos que hoje testemunham, das atrocidades cometidas: “Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2017, p. 140)

Beatriz Sarlo, ao discutir sobre o passado, fala da força quase invencível da lembrança, do relato, da memória. Uma força que pode ser proibida pelo Estado ou por um tabu familiar, mas que sempre aparece em algum momento, derrubando o não permitido, pois a proibição sobre o passado é figurativa. O tempo passado sempre adentrará o tempo presente, numa batalha entre esses dois tempos, numa luta em que a lembrança domina e não pode ser controlada. O tempo da lembrança é o tempo presente, não há outro tempo em que a lembrança possa vir a tona se não este, o presente:

É possível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo podem sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado, a não ser que eliminem todos os sujeitos que o carregam (seria esse final enlouquecido que nem sequer a matança nazista dos judeus conseguiu ter). Em condições subjetivas e políticas “normais”, o passado sempre chega ao presente. (SARLO, 2007, p. 10)

Sobre memória, também devemos compreendê-la como algo coletivo, que não pertence apenas a um indivíduo, mas a toda uma cadeia social. Mesmo que a memória seja subjetiva ao indivíduo, ela é parte do produto da cadeia social onde vivemos. Como diz Halbwachs, a coletividade humana é maior do que qualquer aparente individualismo, pois temos uma espécie de “bagagem” social que não nos permite ter uma memória estritamente pessoal.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque

sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Lembrar sobre o passado é um importante exercício reflexivo para não voltarmos a cometer os mesmos erros, por isso, é necessário que exista essa constante cultura de saber o que houve no passado, entender os motivos, as consequências, as vítimas, os crimes. Nós não somos a única nação a passar por situações traumáticas na história, pelo contrário, o que mais existe na história da humanidade são traumas, oriundos de conflitos internos e externos, regimes totalitários, políticas de repressão que silenciaram etc. Porém, o desafio da memória é a postura de uma sociedade após um trauma, após passar por um período turbulento de sua história, uma cisão, um corte, um passo que demonstrou o caminho errado.

Costuma-se dizer, em relação aos fatos sociais, que o povo tem memória curta. É um dito expressado principalmente nos momentos eleitorais. Apesar de ser um dito pejorativo, porque implica na face mais popular de nosso laço social, ele expressa uma questão irreduzível. Ou seja, diz respeito àquilo que faz com que nos movamos pela repetição. Repetição, esta, não de coisas boas, mas no atinente ao padecimento, ao erro. (COSTA *in* PERDOMO; CERRUTI, 2011, p. 137).

A Alemanha é um exemplo de nação que suportou grandes períodos traumáticos em sua história. Primeiro, o regime nazista que se instalou diante de uma profunda crise econômica e política, aprofundando-se cada vez mais na sociedade alemã e buscando implementar suas políticas de horror a minorias, sendo os judeus as mais conhecidas vítimas deste período. Logo após, veio a guerra, a segunda em duas décadas e, ao final dela, outra derrota e a divisão do país em dois, um socialista e outro capitalista, uma profunda marca que ainda hoje não foi superada socialmente. No entanto, a sociedade alemã busca a preservação da memória para que episódios como estes não ocorram novamente em sociedade, mas, mesmo com constante exercício de memória sobre os acontecimentos, ainda surgem grupos que apoiam o regime nazista hoje.

A ditadura no Brasil, país que coleciona traumas em sua história, ao contrário, continua sendo celebrada nas ruas, nas avenidas, nas praças, nas escolas, nos bairros, nos aeroportos, em diversos locais, não importando se é uma cidade grande, média ou pequena, lá estão as personagens daquele período, presentes como se ainda estivessem no poder, como se fossem heróis, nomes que transformaram o país em algo que hoje passa despercebido, um projeto que não pertenceu à população. O não exercício da memória atinge a todos, até mesmo os que não se dão conta do prejuízo que tiveram durante os anos de repressão, seja por falta de políticas sociais, seja por conta da economia altamente concentradora de renda.

Ana Maria Medeiros Costa nos diz que os traços de memória que nos chegam não são suficientemente tão densos quanto o tempo do que se quer lembrar, do que se quer preservar como memória. O que chega a nós são traços, por meio da repetição, do testemunho, do narrado. Por isso, a memória se torna ainda mais importante, pois ela é frágil diante do tempo em que se quer lembrar, não há nela uma totalidade, há traços. Nem pode existir uma totalidade, a linguagem não é suficiente para suprir todas as demandas de memórias que são necessárias, no entanto, abafar os testemunhos se torna ainda mais cruel e perigoso, visto que mesmo rememorando corremos o risco de repetir erros, não rememorar torna o caminho ainda mais perigoso.

A memória não se equivale ao acontecido, mas se apoia nele. Inegavelmente, em relação a tudo aquilo que se constitui como repetição e que retorna no laço social, pode-se reconhecer que, apesar de não preservar os enlaces que as narrativas históricas testemunham, a repetição se apoia no acontecido. Do acontecimento nós guardamos traços. Nesse sentido, o apoio da memória se dá nos traços do acontecimento. (COSTA *in* PERDOMO; CERRUTI, 2011, p. 138).

Estela Carlotto, presidente da *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*, fala do poder formador das ditaduras, dos regimes totalitários, da sua naturalização pela população em geral. Antes de se envolver com o ativismo pelos direitos humanos, via com naturalidade a sucessão de cortes pela qual passou a história política argentina, não muito diferente dos acontecimentos aqui no Brasil. A aceitação, em grande parte, é permitida pela não propagação da memória destes períodos, em relação à América Latina, mas mais profundamente no Brasil, onde nem se discute a punição dos indivíduos envolvidos em crimes naquele período. “Eu vivi e me formei aceitando essas ditaduras. Às vezes os trabalhadores saíam para se manifestar, protestando; às vezes os estudantes, mas o resto aceitava mansamente essas ditaduras” (CARLOTTO *in* PERDOMO; CERRUTI, 2011, p. 25).

A memória não é apenas um exercício de lembrar, mas de discussão, defesa das vítimas e de alerta social. Como disse Estela Carlotto, sempre fomos passivos na história dos nossos países, passividade fruto da normalidade do discurso em relação a esses regimes, muitos com a velha missão de salvar o país da corrupção, criminalizando os movimentos sociais e, por consequência, aqueles que estão em desacordo com o fim proposto em determinados momentos históricos. “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em vivem.” (HOBSBAWN, 1995, p. 12)

A partir do que Eric Hobsbawm escreve, podemos refletir sobre um presente contínuo sobre o qual a juventude vive, esquecendo do passado, dos acontecimentos que a fariam não defender políticas retrógradas e cometer os mesmos erros de poucas décadas anteriores. Esse passado aparentemente não interessa, sem uma ligação orgânica, como diz o autor, preferindo uma “eterna” ligação com o seu presente, algo muito comum na sociedade brasileira atual. Ao defender ideias autoritárias, os jovens fecham os olhos para tudo o que ocorreu na geração de seus pais ou avós e apenas defendem o que podem ser saídas rápidas para os seus problemas, não havendo de fato uma reflexão de como esses problemas surgiram e como eles podem ser efetivamente sanados.

1.3 O Testemunho

Segundo Salgueiro (2012, p. 284), “Testemunha é a pessoa. Testemunho é o relato, o depoimento, o documento, o registro (escrito, oral, pictórico, fílmico, em quadrinhos etc.). A testemunha, por excelência, é aquela que viveu a experiência, é um supérstite (superstes) – sobrevivente.” Sendo assim, a literatura de testemunho seria a narração de “alguém” que viu algo, que testemunhou, ou experienciou, um evento marcante na vida social e/ou privada.

O testemunho não é algo fácil de ser dito, pelo contrário, muitas vezes inexplicável, indizível. Um sobrevivente ou um parente de um sobrevivente pode demorar anos para expressar uma dor que há décadas estava sentindo, que há tempos estava guardada e não tinha condições de falar ou escrever. Rememorar a dor, colocá-la no papel, transcrever as experiências vividas e revividas ao longo de tantos anos, nunca a fala e o texto serão suficientes para visualizarmos o que de fato houve com a testemunha. Os testemunhos que temos, muitos em literatura, mesmo que chocantes, jamais darão a dimensão do horror das guerras, dos conflitos, dos extermínios, dos regimes totalitários que fizeram e fazem parte dos nossos dias.

O italiano Giorgio Agamben, ao falar sobre a testemunha, é bem pessimista com o testemunho dos sobreviventes, diz que o “testemunho integral” faz parte daquele que “tocou o fundo” da experiência das catástrofes e, por consequência, não voltou, não tem como falar o que ocorreu. Os sobreviventes, para Agamben, são as pseudotestemunhas, pois falam no lugar daquelas que seriam as verdadeiras testemunhas, as que não resistiram às provas do acontecimento. O filósofo diz que os que testemunham por delegação, quando se fala por quem morreu, estão fazendo em um lugar que falta, que não existe, levando à impossibilidade do testemunho:

As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunham, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta. Contudo, falar de uma delegação, no caso, não tem sentido algum: os submersos nada tem a dizer, nem têm instruções ou memórias a transmitir. (AGAMBEN, 2008, p. 43)

Ainda sobre o problema do testemunho, Idelber Avelar (2003) discute sobre a sua crise, quando quem testemunha não tem condições de ultrapassar a linguagem para externar toda a dor, angústia e luto, não apenas dele, mas também do outro. Avelar afirma que o questão do luto só pode ser completado através da narração, mas a experiência narrativa não é suficiente para comportar toda a dimensão do que foi o horror experimentado pelas vítimas que narram e, ainda pior, pelas vítimas que não sobreviveram. O autor continua, o sobrevivente nunca narra o que deve ser narrado, sempre falta algo na narrativa de quem se propõem a testemunhar sobre certo episódio traumático, nunca há uma completude no que se narra:

A crise do testemunho emerge então do abismo entre o imperativo irredutível de narrar e a percepção angustiante de que a linguagem não pode expressar completamente tal experiência, de que nenhum interlocutor consegue capturar sua dimensão real, nem sequer escutar o relato com suficiente atenção. Se o trabalho de luto só pode ser levado a cabo através da narração de uma história, o dilema do sobrevivente reside no caráter imensurável e irresolúvel dessa mediação entre experiência e narrativa: a organização diegética própria do horror vivido é percebida não só como uma intensificação do próprio sofrimento, mas, o que é pior, como uma traição ao sofrimento dos demais. O sobrevivente da hecatombe é vítima dessa “parálisis” simbólica: nunca narra o que deve ser narrado. A narrativa estaria sempre presa num mais ou numa falta, excessiva ou impotente para capturar o luto em toda a sua dimensão. (AVELAR, 2003, p. 235-236)

Ao falar sobre o tempo necessário que uma testemunha demora para colocar no papel sua experiência, o teórico Seligmann-Silva destaca a autora Ruth Klüger, sobrevivente de um campo de concentração, que levou décadas para escrever suas experiências. O teórico diz que Ruth teve que distinguir entre o que era imaginação e o que era fato sobre o que viveu. O livro não é uma escrita meramente sobre o tempo que esteve presa, pelo contrário, conta desde a sua infância à sua vida posterior, em liberdade. No entanto, há um claro problema em testemunhar os momentos mais complicados, o cerceamento de liberdade e as cenas traumáticas ali vividas. Seligmann-Silva escreve que a autora “resolveu” o problema de separar o que era imaginário do que era fato combinando as duas coisas, ou seja, a separação virou conjunto em sua obra.

Este período foi o tempo necessário para ela trabalhar as emoções mobilizadas pela sua experiência concentracionária e de guerra. Essa pausa foi também o que permitiu a reflexão sobre esta diferença entre imaginação e fato e que se “resolveu” na escritura de uma obra onde ambos se combinam, com a certeza de que a “totalidade” da representação é impossível. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 209).

Adentrando à literatura de testemunho, ela é muito caracterizada pelo realismo, pela falta de metaforização, por essa ligação íntima com a realidade. Podemos questionar então: como um livro de ficção poderia fazer parte de um testemunho? Essa pergunta é cabível, pois o grande clássico da literatura de testemunho, *É isto um homem*, de Primo Levi, carrega em si todas as características que citei acima, no entanto, a pesquisadora Valéria de Marco (2004, p.57) aponta duas vertentes que dão a direção para a literatura de testemunho:

Uma, a hegemônica, reserva-a à produção dos sobreviventes, recusa-lhe qualquer aproximação à ficção, examina-a a partir de critérios éticos e nega-se a considerá-la à luz da estética. A outra tendência, ao contrário, privilegia em seu exercício crítico as questões de natureza literária, desdobrando-se assim no âmbito da estética; não restringe seu corpus à produção dos sobreviventes.

Discute-se se a ficção pode, de fato, servir como testemunho, dado que esses relatos não seriam verídicos, mas ficcionalizados, portanto, fora dos padrões diretos e realistas em que esse tipo de relato está associado. O testemunho se abre ao ficcional, mostrando que podemos ter esse tipo de literatura na ficção, como é o caso de *Você vai voltar pra mim e outros contos*. O testemunho se apresenta não apenas como algo necessariamente de uma fonte primária, mas que pode ser contado pelo outro, que pode ser ficcionalizado, que pode ter estética, que não se restringe a quem passou pela experiência traumática.

Talvez, no Brasil, o maior evento traumático no século XX foi a instalação de uma ditadura militar em 1964, sendo esta uma fonte importante para a literatura de testemunho durante e, sobretudo, após o seu fim, no ano de 1985. Desde então, vários livros foram lançados buscando dar voz àqueles que foram calados, torturados e mortos pelo regime. Com isso, muitas pesquisas começaram a ser desenvolvidas no sentido de estudar e dar maior visibilidade a essas obras, fazendo com que a investigação não seja apenas um mero academicismo, mas sim um instrumento que está a serviço do país e da sociedade, buscando ampliar uma discussão muitas vezes silenciada.

Segundo Diego Antonello, o testemunho não é um ato isolado de quem escreve/ fala, mas um ato coletivo, pois a sua voz acaba sendo a voz dos tantos que não tiveram a chance de

testemunhar. Muitas das vítimas não puderam relatar seus sofrimentos, muitos dos judeus, ciganos, deficientes físicos que morreram nos campos de concentração, ou mesmo os torturados, os perseguidos e as famílias destas pessoas que sofreram as consequências dos crimes da ditadura militar brasileira, não puderam escrever, externar sua dor, sendo assim, para aqueles que testemunham, fica a responsabilidade de falar e escrever pelo outro.

Devemos considerar, então, que testemunho envolve mais de uma pessoa, já que o sobrevivente, também dá testemunho daqueles que só podemos conhecer através de sua pena. Já que o sobrevivente também procura dar voz àqueles que não têm mais voz: a multidão anônima que era continuamente renovada pelos inúmeros comboios vindos de todas as partes da Europa, a todos aqueles homens, mulheres e crianças que não têm rosto – a todos os assassinados. (ANTONELLO, 2016, p. 100).

Na América do Sul, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, surgiram uma série de ditaduras civis-militares, tendo como exemplo o Brasil (1964), no Chile (1973), no Uruguai (1973) e na Argentina (1976). A escritora argentina Beatriz Sarlo, ao falar sobre a experiência de seu país na apuração dos crimes no período de totalitarismo, nos conta que os crimes da ditadura foram expostos por meio do testemunho, pois este meio era a principal prova nos julgamentos contra os responsáveis por crimes durante aquele período em que o país foi governado pelos militares. O interessante que lá, ao contrário do Brasil, dois fatos chamam atenção: o primeiro é que os militares que cometeram crimes foram julgados, impedido no Brasil pela Lei da Anistia, e sentenciados pelos seus atos; o segundo, é que o testemunho não foi recebido com desconfiança, como em nosso país, em que os meios de comunicação pouco espaço abrem para discussão do testemunho sobre a ditadura, lá as pessoas que sofreram torturas, foram mortas ou desapareceram tiveram a credibilidade da sociedade:

Os crimes das ditaduras foram exibidos em meios a um florescimento de discursos testemunhais, sobretudo porque os julgamentos dos responsáveis (como no caso argentino) exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer. No âmbito judicial e nos meios de comunicação, a indispensável narração dos fatos não foi recebida com desconfiança sobre as possibilidades de reconstruir o passado, salvo pelos criminosos e seus representantes, que atacaram o valor probatório das narrações testemunhais, quando não acusaram de ser falsar e encobrir os crimes da guerrilha. (SARLO, 2007, p. 46)

Em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, o autor combina uma série de relatos “ficcionais”, colocados em aspas porque eles todos foram baseados em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade, que estão relacionados a histórias reais, de sobreviventes ou parentes de

sobreviventes da ditadura civil-militar de 1964. A ficção se torna uma companheira do testemunho, pois “relembra” fatos, não necessitando de ter um compromisso com certas datas, momentos ou pessoas. Porém, mesmo assim, o seu valor testemunhal não pode ser invalidado, não podemos ver a literatura (ou a ficção) como um instrumento que separa, mas sim como mais um caminho que pode ser percorrido para dar vazão ao testemunho daqueles que sofreram abusos.

É importante o estudo do relato ficcional do testemunho, pois amplia o caminho para os estudos da memória e do trauma, permitindo que um número maior de leitores e de pesquisadores tenham acesso à informação, de como foram períodos catastróficos e totalitários da história humana. É necessário não restringir a literatura de testemunho aos sobreviventes, como diz Valéria de Marco, as vozes não podem ser demarcadas com o propósito de encontrar uma “verdade”, determinando o testemunho só aos que passaram pelas catástrofes ou, pior, apenas aos que falam sobre a *Shoah*, limitando ainda mais esse tipo de produção literária.

Sendo assim, o objetivo desta fase da pesquisa é mostrar como esse testemunho é escrito, qual a necessidade para a sua feitura, analisando o que foi dito e o que não pôde ser dito. A literatura de testemunho tem essa força de nos tirar do raso histórico, de determinar outras vozes para contar o que se passou, vozes de quem realmente fez parte de um recorte histórico traumático e que necessita do ato de testemunhar, não apenas por si, mas também pelo/pelos outros. Estudar estes escritos não é uma opção meramente academicista, é uma responsabilidade como pesquisador e cidadão no sentido de dar visibilidade aos muitos silenciamentos da nossa sociedade.

1.4 O Trauma

Em se tratando da história latino-americana, escrever sobre o trauma se torna cada vez mais comum ao mesmo tempo em que o indivíduo das classes menos favorecidas, excluído das benesses das camadas abastadas da sociedade, torna-se letrado e capaz de testemunhar formalmente os episódios de embate social ao longo dos acontecimentos. Muitas obras já foram publicadas em nosso continente sobre as lutas pela independência, as guerras civis e sobre as ditaduras que assolaram os países sul-americanos entre as décadas de 1950 a 1980. Um destes eventos, a ditadura civil-militar brasileira de 1964, é rico em testemunhos que narram o dia a dia da vida dos torturados, dos exilados e das famílias que, ainda hoje, procuram por seus entes queridos desaparecidos há muitas décadas.

Buscar uma reflexão através da literatura, fundamentalmente no que tange à memória dos que sofreram traumas naqueles tempos sombrios, é um dos nossos objetivos deste trabalho, analisando narrativas que dão voz aos que foram sistematicamente torturados pelo Estado, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente, na sua intimidade, fatos que, infelizmente, fizeram, fazem e farão parte do modo humano de domínio. Como diz Elaine dos Santos (2010, p. 10):

O que se espera é que, o sangue vertido, a mordança colocada na boca de tantas pessoas, o exílio a que muitos foram submetidos, o absolutismo político que imperou no país durante aquele tempo e tantas outras arbitrariedades, não possam, jamais, voltar a imperar em nossas terras.

Idelber Avelar, citando a obra *Em Estado de Memória*, de Tununa Mercado, publicado em 1990, coloca-nos em um universo de quem passou pelo trauma de ter pessoas próximas assassinadas, desaparecidas e a experiência de passar pelo exílio. Avelar escreve sobre a dor de recordar um passado traumático: “Há um caráter sinistro e estranho nas recordações que surgem de seus baús e pastas arquivadas (os “recordatórios”) que catalogam experiências relacionadas com os amigos assassinados pela ditadura”. (AVELAR, 2003, p. 247). Essas recordações sobre o período são, segundo Avelar, “perturbadoras” e “traumáticas”, pois só podem acontecer, ser traduzível, como diz o autor, nessas dimensões:

Estas recordações são testamentos do regresso *unheimlich* do passado, no preciso sentido freudiano: o familiar, já vivido e processado pela consciência, mas só traduzível em reminiscência através da ativação de uma dimensão perturbadora e traumática que escaparia a essa mesma consciência. (AVELAR, 2003, p. 247)

O Livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* é um exemplo de produção que narra a ditadura militar e, sendo assim, ele foi a escolha para uma reflexão sobre os seguintes problemas: O que é o trauma, o indizível e por que existe a dificuldade de sistematizar o testemunho? Como o livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* trata a questão do trauma na construção de suas personagens? São esses os problemas sobre os quais orbitam a nossa pesquisa, eles serão a gênese da busca por respostas, principalmente nos contos em que a família é a principal prejudicada no processo de desrespeito aos direitos humanos.

O estudo sobre o trauma é importante, pois busca aprofundar questões e sanar uma necessidade de reflexão e combate à ignorância e ao excesso, precisamente nos dias de hoje. Além disso, temos, mais uma vez, a oportunidade de discutir o papel humanizador da literatura,

como bem exposto por Antonio Candido (2011 p. 177), “ela (a literatura) é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente”. Assim, esta obra coopera para que as demandas de torturados e das famílias dos desaparecidos sejam conhecidas em nossa sociedade.

Vamos trabalhar o trauma com uma visão conceitual histórica desde de Sigmund Freud até teóricos contemporâneos, como Maria Paiva, Ana Maria Rudge, Márcio Seligmann-Silva e outros, e, assim, articular com as personagens do livro *Você vai voltar pra mim e outros contos*, traçando o caminho da narrativa diante de um evento marcante como a ditadura civil-militar brasileira. Utilizaremos conceitos teóricos que foram desenvolvidos ao longo das décadas de estudo sobre o trauma e seus efeitos, no entanto, sempre se atendo à obra, trabalhando os conceitos como parte de um fio condutor ao entendimento dos contos.

A professora Ana Maria Rudge diz que o trauma é processo que muda de indivíduo para indivíduo, pois cada um processa a experiência traumática de uma forma, dependendo muito de como esse processo se dá no psiquismo de cada um. Citando um exemplo de Freud, diz que em uma guerra, uns indivíduos ficam extremamente afetados com o que passam em combate e outros se tornam indivíduos ainda mais sedentos pelo conflito, tornando-se mercenários após passar pela mesma realidade dos indivíduos traumatizados. A pesquisadora esclarece que o trauma causa uma reação diferente dependendo de como ele é processado por cada um, mesmo que a experiência seja a mesma para duas pessoas, o trauma não é processado igualmente por todos os indivíduos que participam de um determinado conflito bélico:

O trauma não é um acontecimento em si, mas o modo como esse acontecimento incide sobre o psiquismo de alguém e por ele é processado. Se as experiências de guerra fosse igualmente traumáticas para todos não haveria mercenários, comenta Freud em um exemplo eloquente sobre isso. (RUDGE, 2009, p. 8).

Mais adiante, Rudge explica que o trauma se tornou, ao longo do tempo, muito polissêmico em seu conceito e, que, no debate teórico, seus traços foram mudando, a diversidade de conceitos e abordagens se proliferaram ao ponto de Anna Freud, filha do pai da psicanálise, dizer que o seu valor conceitual tinha se perdido. Ao longo do século XX, no campo da psicanálise, a noção de trauma foi se ampliando e ganhando diversas direções: “a noção de trauma psíquico foi gerada e conheceu desenvolvimentos diversos dos mais fecundos, essa noção assumiu, ao longo do tempo, inflexões diversas” (RUDGE, 2009, p. 9). Então, para isso, vamos buscar nos ater ao conceito inicial, formulado por Freud. O grande problema desta amplitude é o conflito que estas podem gerar, dificultando uma abordagem e um estudo mais

direto deste fenômeno sobre as várias áreas que precisam usá-la para análise, sendo uma delas a literatura:

Do ponto de vista dos modelos existentes de trauma, é ampla a polissemia e a série de interpretações conflitantes a que o termo está sujeito dentro do campo inaugurado por Freud. Já na década de 1960, a diversidade das abordagens e conceituações provocava em Anna Freud, filha do fundador da psicanálise, o comentário de que tão vasta amplidão de acepções de “trauma” terminava por ocasionar a perda do seu valor conceitual, diluindo sua significação. (RUDGE, 2009, p. 8).

Devemos também citar o conceito de recalque (*verdrängung*) que, como nos lembra Freud, é uma palavra alemã que remete ao ato de “empurrar para o lado”, causando deslocamento, sendo traduzida para o português com o termo “recalcamento”, “repressão” ou “supressão”. Esse “deslocamento”, tende o sujeito a fazer com que um fato ou objeto “desapareça” da sua realidade, tornando-o assim recalcado. Segundo Maria Paiva (2011, p. 234), o recalque “Trata-se da exclusão de algum material do campo da consciência. As motivações morais desempenham um papel predominante na repressão.” Ao falarmos sobre a resiliência, assunto que merece ser discutido por ser um dos conceitos da psicanálise, percebemos que conceituá-la não é um papel fácil, pois há inúmeros conceitos sobre essa questão, Brandão diz que:

Discordâncias sobre a resiliência ser uma capacidade (potencialidade), um processo de enfrentamento ou o resultado deste. E mesmo entre os que a definem, por exemplo, como processo de enfrentamento, há formas diferentes de tomar o assunto: alguns veem o enfrentamento que resulta no ajustamento da pessoa à sociedade. (2009 p. 75).

Em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, vamos identificar os traços de trauma nas narrativas selecionadas e mostrar ao leitor a dor que as vítimas testemunharam e passam por causa das suas experiências durante o regime militar. O trauma é, por definição, individual, assim nasceu o seu conceito psicanalítico, porém, a partir do testemunho, faz-se uma ponte do individual para o coletivo, a ditadura é um trauma que ainda não começamos a discutir desde a redemocratização do país. Ao juntarmos vários testemunhos, tendo em comum a mesma experiência traumática ou aproximada, como no regime civil-militar brasileiro ou nos vários outros que ocorreram na América Latina, verificamos então o trauma coletivo, pois não temos mais uma marca traumática de um indivíduo, mas uma coletividade, um trauma que fica marcado na história do país.

1.5 O Luto

O luto é um assunto que deve ser obrigatoriamente discutido quando falamos sobre a ditadura civil-militar brasileira. O problema do luto não ocorre apenas em nosso país, mas também em todos os países da América Latina que tiveram regimes que torturaram, mataram e desapareceram com centenas de milhares de pessoas, sendo elas idosos, adultos ou crianças. Em países como Argentina e Chile, houve processos judiciais que culpavam os torturadores e assassinos que trabalhavam para o Estado afim de obter confissões e ou mesmo eliminar quadros da luta armada ou simples opositores, que nunca pegaram em armas para combater os governos autoritários, mas incomodavam os regimes. No caso específico do Brasil, não tivemos o momento do luto, ele nunca aconteceu, não se abriu processos judiciais contra quem cometeu crimes contra a humanidade, simplesmente foram feitas pequenas ações de reconhecimento de culpa pelo Estado, mas nada punitivo, preferiu-se que se “jogasse para debaixo do tapete” as discussões e os corpos dos mortos e desaparecidos pelo regime iniciado em 1964.

Para Freud, “O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante.” (FREUD, 2006, p. 142). Então, temos o luto na supressão de um objeto de desejo que se desmaterializa para sempre, não podemos recuperar, como diz Paulo Endo citando Jean Allouch: “Trata-se daquilo que fora perdido para sempre e de uma vez por todas, e não pode ser recuperado, nem reparado, nem substituído” (2013, p. 46). No entanto, o luto, quando se trata de alguém desaparecido, é muito mais penoso, pois não se tem a certeza de que o objeto (o desaparecido) está definitivamente perdido, não se tem a materialidade corpórea para se perder, logo, não se faz o luto.

Segundo Nicia Zucolo (2014), ao citar Freud, diz que o luto é um estado de choque, um momento de rememoração do objeto perdido, a tomada de consciência do que se perdeu. Sem essa aceitação, algo que não aconteceu, não existe o luto, essa transição foi simplesmente suprimida após o término da ditadura. Sem uma tomada de consciência nacional sobre o que ocorreu durante aqueles anos, dificilmente teremos o nosso luto tão necessário para passar por todo esse processo necessário à nossa nação. Entender aquele período apenas como um passado que não deve retornar é absolver os culpados, é ocultar parte da história de centenas de brasileiros que simplesmente sumiram e provavelmente nunca serão localizados.

Essa reação é um estado de choque, cujo processo de transposição, envolve rememorar o elemento perdido, chorando a perda, a fim de que o processo finalize e o luto seja ultrapassado. Para que se vença o luto (para que ele

aconteça), é necessário aceitar que houve a perda: a dor deve ser vivenciada, não calada. (ZUCOLO, 2014, p. 33).

Desde a Lei da Anistia, em 1979, usada pelo regime político como um instrumento de impunidade, existe uma grande barreira de se viver o luto, pois há a negação ao direito da cidadania e da justiça por parte das vítimas, das famílias dos mortos e desaparecidos. Essas pessoas não tiveram a elaboração do luto, pois, mesmo que os governos posteriores à constituição de 1988 tenham reconhecido as vítimas dos anos de repressão, não se tem um efetivo debate na sociedade brasileira sobre a reparação social dessas pessoas. Não existe interesse das camadas mais privilegiadas, envolvidas no golpe de Estado, de reavaliarem ou mesmo se desculparem pelas ações contrárias aos direitos humanos praticadas nos porões da ditadura, com ampla conivência do empresariado e dos setores políticos que ainda atuam fortemente no país.

A negação do direito à verdade e à justiça, assim como as limitações nas políticas de reparação referentes ao passado recente têm dificultado ou impedido a articulação e a transmissão das memórias desses anos de violência, fundamentais para a elaboração simbólica, o trabalho de luto e a construção de um referencial crítico sobre esse período (...) (TELES, 2017, p. 68).

A transição para a democracia no Brasil não se deu como a de outros países sul-americanos, pois aqui ela aconteceu de maneira controlada pelo próprio regime ditatorial, por meio de instrumentos legais, mais enfaticamente através da Lei da Anistia de 1979 que praticamente perdoou todos os crimes cometidos durante aquele período. A falta de punição levou à uma política de esquecimento, mesmo que velada, do Estado brasileiro em relação às vítimas e às famílias que sofreram abusos, mas também pela sociedade brasileira que não assinalou aquele momento como ruim, pelo contrário, há diversas correntes sociais que defendem a volta dos militares ao poder. Existe no país o esquecimento proposital sobre a ditadura, sobre as vítimas.

Não houve uma elaboração do trauma, a sociedade não encarou os torturadores como criminosos, pelo contrário, muitos deles nomeiam, ainda hoje, ruas por diversas cidades do país, das grandes às pequenas. O trauma coletivo pelo qual passamos não foi trabalhado durante todos estes anos, pois há uma ideia, enraizada pela grande mídia e setores conservadores influentes, de que é preciso haver um apagamento da memória em relação às vítimas, estas nem como tal são reconhecidas por grande parte desta política de esquecimento. Algumas ações foram postas em prática, a mais relevante delas foi a instauração da Comissão Nacional da

Verdade, mas, como a maioria das tentativas anteriores para falar sobre o período, foi amplamente ignorada pela mídia, sendo, na maioria das notícias, vista como um suposto revanchismo das vítimas em relação aos militares, como se esclarecer sobre o período fosse um ato sem relevância para a sociedade:

No Brasil, ao contrário de diversos países latino-americanos, nos quais o ocaso da ditadura gerou investigações e o julgamento dos responsáveis pelos crimes das ditaduras, – a elaboração traumática e o luto não alcançaram as ruas nem tiveram um caráter social ou coletivo, como o que ocorreu entre os vizinhos. Esta limitação impacta até hoje a vivência do legado constituído, que coabita – em sua manifestação pública sublimada – com a experiência íntima dos familiares e sobreviventes daqueles eventos traumáticos, como compilado neste estudo. (TELES, 2017, p. 68).

O país não conseguiu elaborar o trauma que foi a ditadura porque existe uma política do silenciamento ou, na melhor das hipóteses, uma memória encobridora que mais prega um esquecimento do que uma real iniciativa de discussão sobre aquele período. Mesmo que haja, dependendo do governo que está no poder, uma disposição parcial em falar sobre a ditadura, não há uma iniciativa concreta para uma grande investigação sobre as mortes ou para que se encontre os desaparecidos. As famílias ainda hoje, décadas após as mortes e os desaparecimentos, sofrem para elaborar esse luto, pois não tem como haver luto sem os corpos, sem uma grande elaboração nacional deste luto.

As atores sociais que participaram do golpe de Estado negam até hoje que o tenha feito algo maléfico ao país, pois na visão dos que realizaram aquele episódio, houve não uma interrupção institucional no sentido de quebra da democracia, mas sim para salvar o país de um suposto governo socialista, algo que já falei na introdução deste trabalho. O problema é que essas instituições, principalmente as forças armadas, não reconhecem a sua culpa e não abrem os seus arquivos para que as famílias tenham acesso às informações necessárias para que haja uma investigação completa, não investigações externas que são dificuldades por não ter força suficiente para chegar aos culpados e aos desaparecidos. Mesmo após o início do regime democrático, os governos, por mais populares e progressistas que sejam, não tiveram força para obrigar as forças armadas a reconhecer seus erros do passado.

No Brasil, contudo, predominam o silêncio e o esquecimento, concernentes aos crimes da ditadura. Os familiares enfrentam dificuldades para encontrar os restos mortais de seus parentes, ter acesso e conhecimento acerca das circunstâncias das mortes, e punir os responsáveis. Esforços coletivos de simbolização são, sob uma perspectiva institucional, insuficientes, permanecendo restritos às lutas dos sobreviventes e das vítimas para romper

com a indiferença, de modo a superar a ausência de vínculos e de significados. (TELES, 2017, p. 69).

O luto no Brasil, algo necessário à sociedade, foi subtraído das vítimas, dos familiares e da própria população, entendida como acessório no discurso conservador que só se preocupa em manter o *status quo* sobre o período ditatorial. O interesse público, principalmente de quem sofreu as arbitrariedades do regime, foram parcialmente reconhecidas, mas o discurso ficou restrito a cerimônias e testemunhos que não alcançam a grande maioria dos brasileiros. Houve um grande avanço com a Comissão Nacional da Verdade, no entanto, seu efeito prático foi pequeno, não tendo força para que as instituições partícipes do golpe reconheçam seus erros. Ficamos, então, com a literatura, a voz que nos restou.

Ao longo dos próximos capítulos, vou analisar nos contos escolhidos as questões teóricas apresentadas neste capítulo, abordando o máximo de características possíveis em cada narrativa, principalmente o trauma, o objetivo principal deste trabalho. A parte final deste trabalho é temático. Organizei os contos por traços comuns, como no primeiro capítulo, onde todas as narrativas contam com protagonistas femininas, no segundo, em que discuto a dor familiar e, no terceiro, em que abordo personagens que vivem na clandestinidade ou estão presas por optarem pela luta armada. Decidi por esse caminho para tornar o trabalho mais didático para os leitores e pesquisadores que tenha interesse em um desses assuntos específicos.

No próximo capítulo, analiso “Você vai voltar pra mim”, “Joana” e “A beata Vavá”, em que vou discutir o trauma sob a perspectiva feminina, pois todas as narrativas aqui escolhidas têm como protagonistas mulheres que sofreram de algum modo: a mulher torturada, a esposa que teve o marido desaparecido e a mãe que enfrenta os militares para libertar o seu filho da prisão e da tortura. No terceiro capítulo, os contos analisados serão: “O velório”, “Tio André” e “A mãe rezadeira”, a discussão nesta parte gira em torno do trauma causado na família, não apenas no indivíduo que foi vítima do Estado, mas como essa violência pode ir além do individual. No capítulo quatro, a análise gira em torno da clandestinidade e seus desafios diante de uma perspectiva desfavorável, sendo ela a prisão, a ameaça ou a própria clandestinidade. Os contos que serão usados neste último capítulo são: “Sobre a natureza do homem”, “A troca” e “Dodora”.

CAPÍTULO II

A MULHER

“Pois saibam que há uma história por trás das peregrinações dessa mulher. Sim, suas andanças na madrugada fria são verdadeiras peregrinações” – Joana (2014, p. 57)

A mulher é subestimada pela sociedade, vive sob um grande leque de preconceitos e regras morais a que deve obedecer para que tenha uma vida “normal” entre aqueles que se acham superiores em força e em inteligência. Embora vista como um ser de segunda classe na nossa sociedade altamente machista e autoritária, a mulher é protagonista na literatura de Kucinski. É essa mulher que sobrevive nos contos de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, na sua luta pela liberdade, não só política, mas que também exige igualdade em uma sociedade desigual em um todo.

O primeiro conjunto de contos a ser analisado aqui – “A Beata Vavá”, “Joana” e “Você vai voltar pra mim” – têm como marcas principais a luta de três mulheres por justiça, mas, acima de tudo, a força que cada uma delas têm para que a legalidade não sucumba ao olhar vazio, perverso e hierárquico, para que ela seja de fato aplicada com toda a venda nos olhos que se espera. Porém, as suas perspectivas de justiça não ficam apenas nas entranhadas na institucionalidade, elas vão além, elas buscam os seus objetos de desejo pelo tempo, pela religião e pelo enfrentamento.

Este conjunto tem como ligação as personagens Vavá, Joana e a protagonista do conto “Você vai voltar pra mim”, uma personagem inominada, como tantas e tantos que ficaram na indigência da história. Essas personagens são, por si só, anônimas. Nenhuma delas, caso não fossem ficcionais, seria uma heroína ou teria o seu nome em alguma rua, praça ou ponte de uma grande cidade brasileira, pois são ignoradas por fazerem parte dos grupos de oposição à ditadura. As personagens criadas por Kucinski, e analisadas aqui, seriam por natureza mulheres pouco notadas mesmo tantos anos passados do golpe militar e sua sucessiva repressão política.

Costuma-se pensar a ditadura militar como um lugar de homens, onde apenas o masculino tinha força. E as mulheres exerceriam um papel secundário na luta durante aqueles anos de repressão política. No entanto, esquece-se da ativa participação delas na luta armada, da participação em sindicatos e no combate permanente de algumas mães e esposas que procuram interminavelmente os seus filhos ou maridos. Vemos o caso de Clarice Herzog,

esposa do jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do DOI-CODI em um “suicídio” orquestrado pelas forças do regime. A luta de Clarice não terminou com o fim da ditadura, não terminou e nem termina mesmo após tantas décadas, a luta de um familiar morto ou desaparecido durante aqueles anos não é missão com início, meio e fim, pois a justiça nem sempre é justa para com os mortos ou desaparecidos.

No que tange aos contos que analiso neste capítulo, destaco que, em “A Beata Vavá”, parece possível uma reflexão sobre o forte papel da religião na vida social do regime político, ora apoiando, ora fazendo oposição e ajudando as famílias que procuravam por seus filhos presos, torturados, mortos e desaparecidos. Sobre os movimentos que ajudaram a catapultar o regime, inflamando a sociedade com o discurso moralista, caso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que reuniu milhares de pessoas e foi um forte apoio para que os militares tomassem o poder. No entanto, como já disse, o papel da igreja foi se modificando ao longo dos anos de repressão e foi nesta instituição religiosa que muitas famílias encontraram apoio, já que não poderiam recorrer ao Estado, pois era o próprio governo, com toda a sua máquina de repressão, o responsável pelas violações sistemáticas dos direitos humanos.

Em “Joana”, o desaparecimento de Raimundo nos faz refletir sobre o que aconteceu e continua acontecendo nas grandes cidades brasileiras após a democratização. Amarildo Dias de Souza, desaparecido no Rio de Janeiro em 14 de julho de 2013, demonstra o quanto ainda estamos longe de superar as marcas deixadas pela ditadura civil-militar e todas as intervenções militares pela qual passou a cidade e, agora, no ano de 2018, pela primeira vez desde a promulgação da constituição de 1988, o estado sofre intervenção e tem um general no comando da segurança daquela unidade federativa. Interessante notar que na ocasião do ato de intervenção, o comandante do Exército disse que não deve haver uma nova Comissão da Verdade, que o governo deveria cuidar juridicamente para que ela não ocorra no futuro, uma manobra parecida com a Lei da Anistia de 1979. Não podemos esquecer ainda do caso de Mariele Franco, vereadora de esquerda assassinada na mesma cidade do Rio de Janeiro em 14 de março de 2018, já sob a intervenção federal, um crime político que lembra os anos mais sombrios da nossa história, uma mulher morta, calada, exatamente o silenciamento que Kucinski nos mostra nas páginas de seu livro.

Em “Você vai voltar pra mim”, o autor destaca uma mulher que, apesar de todas as adversidades psíquicas e jurídicas, busca falar, não se calar, iguais a tantas caladas e mortas durante a ditadura e mesmo após ela. Aqui se busca uma reflexão sobre o silenciamento que o autor discute ao longo da narrativa e que nem sempre é percebida pelo leitor, uma presa política que é vítima de todo tipo de atrocidade e vai, aos poucos, sendo calada, morta, o próprio fim do

conto, com um desfecho inconclusivo, nos mostra o uso da própria linguagem para demonstrar uma morte que vai se fazendo aos poucos.

2.1 “Você vai voltar pra mim” – Justiça! Justiça?

“Você vai voltar pra mim” é a narrativa que nomeia o livro de Bernardo Kucinski. No primeiro momento, o leitor pode ser confundido sobre a temática da obra, pois parece ser uma narrativa de amor, as histórias de paixões intermináveis e impossíveis a que estamos acostumados a ler, a ouvir e a assistir. Mas, nos deparamos com o tema da ditadura, entendemos que aqueles contos não são para sonhar, mas sim para pensar, descobrir e rememorar.

Nos primeiros parágrafos, damos-nos conta de que a protagonista está presa, indo para algum lugar que não sabemos bem qual é, mas é ameaçada, e neste momento o leitor entende de uma vez por todas que não existe amor, romantismo ou qualquer afeto na frase que inicia o conto e sim um tom que se distancia totalmente da ideia inicial que temos:

- Veja bem o que você vai dizer, não esqueça que depois você volta pra cá; você volta pra mim – ele repetiu.
E riu. Bateu a porta do camburão e riu.
Filho da puta, ela disse a si mesma. Sentiu um calafrio.
(KUCINSKI, 2014, p. 69).

Neste conto, temos um narrador observador, que narra os fatos como se fosse realmente uma testemunha dos acontecimentos que presenciou. A narração é direta, não há muita preocupação em descrever sentimentos, pois a própria narrativa constrói os afetos que existem por detrás da personagem principal e das secundárias. A escolha do narrador observador por Kucinski foi, provavelmente, para que a leitura do conto tivesse realmente uma característica testemunhal, embora isso não seja essencial para que a narrativa se encaixe nessa categoria de literatura. A escolha, porém, foi acertada, pois, ao mesmo tempo que temos a estética literária, temos também o testemunho.

O narrador fala sobre o tratamento dos presos que iam para as audiências (nem sempre chegavam a ir). Quando acontecia, caso da protagonista, havia todo um ritual de “limpeza” das torturas, pois estes não eram mais levados às sessões de tortura. Pelo contrário, o tratamento dispensado mudava para que, assim, não viesse à luz o que efetivamente ocorria no submundo do regime. A personagem protagonista deixa de ser torturada, deixa de ser pendurada, é alimentada regularmente e recebe roupa nova: “Todos a querem bem-apresentada”, diz o narrador, “nada pode sair do controle”.

Era a primeira audiência do seu processo. Depois que foi marcada, não penduraram mais, deixaram entrar comida, pomadas, roupa. Hoje está de blusa nova, saia também. Todos a querem bem-apresentada. Ia dar tudo certo, garantiram. Só precisava manter o controle. Não dizer nada, apenas negar as acusações do indiciamento. Ficar nisso. (2014, p. 69).

Após a ameaça, vem o destino para onde o camburão inicialmente citado vai: o tribunal. A justiça é discutida no conto, não é vista como infalível, pelo contrário, sua conduta é questionada, a convivência com o regime civil-militar. O escritor busca mostrar uma outra face da justiça, a face colaboradora, negligente em relação aos direitos humanos, partícipe da repressão e da barbárie advinda dela naqueles anos de ditadura. O regime político não estava restrito ao executivo, pois, sendo assim, não haveria violações estando apenas um poder de acordo com aquelas políticas, então, neste conto, nos damos conta que todos os poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário, estavam colaborando entre si para que aquela realidade de ilegalidade se perpetuasse.

É interessante destacar que a personagem colocada na situação de ré, não foi julgada pela justiça comum, mas pela justiça militar, provavelmente acusada por crimes de natureza militar e não civil, sendo esta a única pista que temos do narrador sobre a acusação da mulher torturada. A justiça militar, composta, claro, majoritariamente, de pessoas pertencentes aos quadros das forças armadas, teve um importante papel durante aqueles anos de repressão política, dando legalidade às acusações e punições. Por isso, a tortura não poderia, de maneira alguma, ser aceita como algo natural, pois deveria existir um clima de normalidade política, de civilidade, essa ambientação social fazia parte da campanha de legitimidade da ditadura.

Estava só ela no camburão. Só ela, de tantos companheiros, ainda viva e indo para uma audiência na justiça militar. Se não fosse aquela notícia da sua prisão, já estava morta. Ela mesma pediu, mais de uma vez, me matem, me matem. E o filha da puta dizia eu vou te matar, sim, mas quando eu quiser. Agora não podem. Tem processo. (2014, p. 69-70).

Ayra Guedes Garrido (2017) nos explica que com o Ato Institucional nº 2, a Justiça Militar começou então a processar os opositores por meio do Ministério Público Militar quando se tratava de crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Logo, percebemos que muitos civis, inclusive a personagem do conto, se torna ré não na justiça comum, mas na Militar por conta de uma manobra do regime para punir de maneira mais severa quem ousa combatê-lo por meio de grupos armados, o que não é descrito no conto, mas é o que percebemos ao longo da narrativa. Era importante ao regime que esses militantes fossem para Justiça Militar, pois lá

o regime tinha um controle maior das ações, haja vista que os tribunais militares tinham como componentes membros das Forças Armadas.

A partir do Ato Institucional nº 2, baixado em 1965, civis processados pela Lei de Segurança Nacional poderiam ser processados pelo Ministério Público Militar e serem consequentemente julgados pela Justiça Militar. Por isso, é de grande quantidade os processos de civis sendo julgados pelo Tribunal Militar durante a ditadura e de grande atuação do MPM nesses casos. (GARRIDO, 2017, p. 6)

A experiência traumática apresentada pela narrativa são as sessões de tortura pela qual a protagonista passou no tempo em que estava presa, sob a tutela do Estado. Mesmo que a tortura fosse cotidiana e parte do sistema, não podia ser tornada pública, então de tudo se fazia para dissimular a prática. Quando os ferimentos ficavam aparentes, os agentes diziam que era um atropelamento, uma troca de tiros, um enforcamento (caso Vladimir Herzog). Até hoje as forças armadas negam que houve tortura em suas dependências durante a ditadura civil-militar, negam-se a toda e qualquer forma de pedido de desculpas, pois, para elas, não houve culpabilização, não houve crime.

A personagem, ao declarar os crimes ao tribunal, o faz em momento de desespero, tentando a todo custo sair daquela realidade traumática que a atormenta, tentando se livrar das torturas sistemáticas, das ameaças, das violências física e psicológica que sofria no ambiente do DOPS. As marcas deixadas de forma alguma desaparecerão, o trauma já está instalado, já existe um claro desarranjo de forças, de energias psíquicas que as sessões foram responsáveis por gerar. A presa política está totalmente só, não há família, não há justiça, não há nenhuma garantia de direitos humanos que possa defendê-la daquela situação, um momento desesperador que a faz colocar em risco a própria vida para tentar se salvar.

Walter Benjamin, ao falar sobre a violência e a justiça, diz que a primeira é uma matéria-prima que deve ser usada, mas não para fins injustos. A violência pode ser tolerada quando usada para o bem comum, quando o cidadão abre mão da sua individualidade para colocar-se abaixo do Estado e por este ser defendido. Aqui, no entanto, a violência usada pelo Estado é contra os seus próprios cidadãos para fins injustos, pois não respeita a aplicabilidade da lei, não está limitada à justiça. Os próprios tribunais não usavam a lei de maneira justa, mas sim em conivência com o plano do executivo e do legislativo em defender um plano de governabilidade autoritário e de eliminação de opositores:

A violência é um produto da natureza, semelhante a uma matéria-prima, cuja utilização não está sujeita a nenhuma problemática, a não ser que se abuse da violência visando fins injustos. Se, se acordo com a teoria do Estado no direito natural, as pessoas abrem mão de todo o seu poder em favor do Estado, isso acontece segundo o pressuposto (constatado expressamente por Espinosa no *Tratado teológico-político*, por exemplo) de que o indivíduo, em si e para si – e antes de firmar esse contrato ditado pela razão -, também exerce *de jure* todo e qualquer poder que ele *de facto* tem. (BENJAMIN, 2011, p. 123).

Em seu depoimento ao tribunal, durante o recesso da sessão, a personagem relata todas torturas que sofreu, os momentos de terror dentro do DOPS, locais para onde eram levados os presos políticos para serem torturados. O objetivo das torturas era a delação forçada, a entrega de outros militantes da luta armada. Neste trecho específico, encontramos a descrição dos instrumentos utilizados para que os presos falassem. O narrador descreve que a personagem disse ao tribunal que foi torturada nos membros superiores e inferiores, nas partes íntimas, sendo ameaçada de estupro, de afogamento e de tortura psicológica, aqui especificadas com a simulação de fuzilamento.

No recesso do gabinete, ela disse tudo. Não conseguiu parar de falar. Mostrou os hematomas nos braços e nos tornozelos, falou das palmadas, dos choques nos seios e na vagina, da ameaça de estupro, da simulação de fuzilamento, dos afogamentos, dos onze dias na solitária. (2014, p. 70).

Novamente o escritor toca na questão da justiça ao destacar o seu descumprimento, quando todo o corpo do tribunal assina um documento ordenando que a presa vá para um local diferente daquele do qual ela veio. No entanto, diferentemente, é conduzida para o mesmo lugar, voltando a ser torturada e, claro, de maneira ainda pior, pois houve uma denúncia pública dela em relação às condições do regime, colocando o regime em posição animalésca. Essa face da justiça é poucas vezes discutida, pois historicamente apenas o legislativo e o executivo são vistos como forças motrizes da ditadura, sem a participação do judiciário.

A narração não nos conta as consequências que de fato a personagem sofreu, pois, o conto não tem um fim, não diz o que aconteceu após a sua volta à prisão, muito provavelmente para reforçar essa ideia do desaparecimento, do inconcluso. É importante ressaltar durante o conto o impacto da narração para o leitor, levando-o a uma experiência de horror a que, na maioria das vezes, não está acostumado. Esse, talvez, seja um dos objetivos das narrativas de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, descortinar o horror presente em relatórios governamentais, que só por outros canais, como a literatura, é capaz de chegar a um público maior.

O juiz, procurador e advogado negociaram longamente. Por fim, o juiz emitiu um alvará, ordenando que ela seja transferida para o presídio feminino. Não voltará para o Dops. Assinou na frente de todos. Só então ela se acalmou e concordou em ser conduzida para o camburão. (2014, p. 71).

A questão do feminino também deve ser analisada nesta narrativa de Bernardo Kucinski, havendo, claro, uma relação de poder entre o torturador, homem, e a torturada, mulher. Entre as palavras usadas por ele para se referir a ela, estão o diminutivo “benzinho”, que denota um sentido amoroso, de um relacionamento conjugal, e o título “você vai voltar pra mim” que também busca sempre esse sentido de posse, de pertencimento a ele. O abuso ao corpo da mulher é maior, pois há sempre a ameaça de estupro por parte dos torturadores, a experiência traumática torna-se então ainda mais complicada, objetificando a mulher, desumanizando-a ao máximo para que o sadismo seja saciado.

No livro *Brasil: nunca mais*, uma das primeiras obras que denunciam a prática de tortura da ditadura civil-militar de 1964, diz que a prática da tortura, em sua primitividade, não fazia distinção de gênero. Porém, as diferenças sexuais da mulher a tornavam mais vulnerável aos seus algozes quando eram submetida a essas práticas. Os autores dizem também que, por serem de gênero masculino, os torturadores abusavam das torturadas, sendo essas objeto de seus fetiches sexuais, fazendo com que a experiência traumática das torturas fosse ampliada nas mulheres.

O sistema repressivo não faz distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras. (ARNS *et al*, 1999, p. 46).

Paulo Bungart Neto chama atenção para o depoimento de Álvaro Caldas, ex-preso político e autor de *Tirando o Capuz*, sobre como as torturas nas mulheres eram mais traumáticas do que as torturas sobre os homens. A violência, segundo Caldas, era infinitamente maior quando se tratava de uma mulher, gerando consequências que dificilmente seriam apagadas com o tempo. Nos homens, a tortura era mais objetiva, nas mulheres era mais assertiva para os torturadores. Esse depoimento só reforça a questão da objetificação da mulher pelo torturador, a ideia de posse era uma consequência a mais sobre o corpo feminino.

Os choques elétricos nos órgãos genitais e a tortura sexual, no DOI-CODI, deixaram um trauma que marcou de forma diversa as pessoas – e que só com o tempo iria se desfazer. Para nós, homens, a preocupação era de natureza mais objetiva, imediata: era saber se aqueles choques no pênis haviam causado um dano irreparável, avaliar se teriam consequências futuras. No caso das

mulheres, no entanto, o trauma foi muito mais profundo, as sequelas provocadas mais complexas, porque a violência sofrida foi infinitamente maior. (CALDAS *apud* NETO, 2015, p. 8).

Caldas afirma que a preocupação dos homens era mais “objetiva”, ou seja, saber se o dano deixaria sequelas físicas e quais as dificuldades a tortura poderia deixar para a sua vida posterior. Como, no caso das mulheres, há a objetificação social, a prática da tortura se tornou mais cruel e suas consequências iam além da questão física. A violência em torno do corpo se daria através do estupro, do aborto etc, características que eram mais comuns em mulheres, no caso do estupro, e em outras situações de humilhação que só a condição feminina permitia.

O conto caminha para a reta final na volta da personagem principal para a cadeia, para as sessões de tortura e não sabemos o seu fim, se foi solta, se foi morta ou desapareceu. Seu destino é ignorado. Talvez essa fosse a intenção do autor, demonstrar com o título a dubiedade das palavras durante o passado e o hoje, com a manipulação de informação pelo jornalismo, profissão de Kucinski, e, ao mesmo tempo, com a continuidade das torturas. Não existe um fim, pois fica claro ao leitor que aquela história é inacabada, o que ocorreu ali não foi solucionado, assim como não há o desfecho propriamente dito para a história de nosso país.

O conto é bem curto, três páginas que tem o poder sucinto de contar uma narrativa que mistura uma série de emoções sobre os tempos do regime de repressão. O desfecho do conto começa com a saída da protagonista do tribunal, onde a decisão tomada, a partir do seu depoimento cheio de barbárie, foi de levá-la para um presídio feminino e não mais para o DOPS. No entanto, a decisão foi apenas uma fachada para que a sociedade ficasse satisfeita com o julgamento e para dar uma aparência de legalidade à justiça. “De novo está só no camburão. Percebe que é o mesmo que a trouxe e se inquieta. Passa a observar o trajeto pela grade de ventilação. Vê, aterrorizada, entrarem pelo mesmo portão através do qual haviam saído para o tribunal” (2014, p. 71).

Ela não ia para um lugar diferente, mas para o mesmo em que foi torturada. Suas denúncias não valeram nada, todos os poderes do regime político estavam interligados, nenhum deles, apesar das tentativas, aplicava a lei, nem o próprio judiciário. A presa política volta para o mesmo local, percebe isso pelas grades de ventilação do camburão que a leva de volta ao DOPS. Lá, o seu torturador, completamente convencido da impunidade, a espera para cumprir a promessa que tinha feito a ela na sua saída para o tribunal.

O camburão para, a porta se abre.

O torturador diz: sorrindo:

- Eu disse que você ia voltar pra mim, não disse?

Vem benzinho, vamos brincar um pouco.
Ele a agarra pelas canelas e a arrasta para fora.
Os outros em volta riem. (2014, p. 71)

A cena final apresentada pelo narrador é chocante. A torturada é levada arrastada da viatura para dentro da unidade prisional. Todos os outros agentes em volta riem, diz o narrador na sua última frase. A barbaridade é o desfecho da narrativa, a sua não continuidade mostra que, como em muitos casos, não se sabe o que houve após a prisão da personagem principal. O conto seria a reprodução do destino de muitos que passaram pelas prisões políticas da ditadura e não voltaram mais.

2.2 “Joana” – A dor da esperança

O conto “Joana” é sobre uma mulher cujo marido desapareceu nos anos de repressão política e que ainda hoje o procura pela cidade onde mora. A protagonista sai às ruas e convive com quem nela mora, conta com a possibilidade de que uma dessas pessoas seja o seu marido, tem a esperança de que ele tenha perdido a memória e não soube mais o caminho de volta para casa. Esta narrativa conta como um trauma, como o desaparecimento e a conseqüente não realização do luto, mexe com o cotidiano de Joana ao ponto de que a sua vida seja dedicada a procurar o seu ente querido, desenvolvendo uma patologia a partir do desaparecimento traumático do marido.

Temos aqui o que Freud chamou de melancolia, um estado, que diferente do luto, não é natural e/ou saudável. O luto seria o “afeto que emerge quando perdemos alguém muito amado ou algo que nos é muito precioso” (EDLER, 2008, p.145), já a melancolia seria, segundo Freud, o estado mais grave da depressão, pois coloca o indivíduo em uma condição extrema da sua saúde psíquica. Sandra Edler destaca que Sigmund analisou uma paciência que desenvolveu a melancolia através do luto, ou seja, a patologia ocorreu por via de um estado saudável: “Há, além disso, uma abordagem inédita de um quadro tão grave, o fato de seu *passaporte* se dar pela via de um afeto normal: o luto” (EDLER, 2008, p.176).

Todo o conto é narrado em terceira pessoa pelo advogado de Joana, alguém que foi próximo da personagem principal em sua maior dor: a procura por respostas do Estado. Ele a apresenta, diz que são os moradores de rua que interessam à personagem principal: “Ela se chama Joana e mora aqui perto. Passa por esta rua a caminho do centro da cidade, onde dormem muitos moradores de rua. É a eles que ela busca” (2014, p. 57). Logo após, fala especificamente

de um morador de rua, chamado Chico; é a ele que Joana sempre faz uma pergunta específica, provavelmente sobre o paradeiro do marido morto que procura pelas noites.

Essa narrativa demonstra, assim como outras de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, a cultura jornalística do autor, que escreve apenas o que é necessário, agregando sua experiência de jornalista à escritura dos contos. A junção do jornalismo, do testemunho, no papel do narrador observador, e a severidade com as informações do gênero são características que evidenciam a escrita de Kucinski nesta obra.

O narrador advogado diz ser um dos que defenderam Joana em alguma situação referente à procura de justiça por parte da esposa que perdeu o marido, assassinado pela ditadura. Uma questão é colocada de maneira bem interessante neste conto: o anonimato das vítimas do regime civil-militar. Ele diz que nós, provavelmente o grande público, a sociedade menos restrita, nunca conhecerá a história de Joana se ele não contar; isso faz um paralelo com outras pessoas vitimadas pelos militares:

Vocês nunca conhecerão a história dessa mulher, se eu não a contar, pois só sabem dela os indigentes, com quem vocês certamente não conversam e, no outro extremo social, alguns príncipes da igreja e advogados ilustres, os quais vocês também não frequentam. Eu conheço a história dela por fui um dos seus advogados, embora não tão ilustre. (2014, p. 58).

O narrador convoca o interlocutor, critica a sociedade por não se aprofundar ou mesmo ter total desconhecimento desta parte da história brasileira, onde só a conhece os que sofreram e os que tem uma certa influência. O narrador nos incomoda a pesquisar, a tomar para nós o conhecimento da tragédia e do trauma social que sofremos como o golpe civil-militar de 1964 e suas graves consequências: tortura, morte e desaparecimentos. Lamenta ao dizer que só conhece a história de Joana porque foi um partícipe, caso contrário seria mais um nós, grande parte da sociedade, alienado em relação àquele período de autoritarismo.

Sobre os desaparecimentos, há uma questão mais profunda que é o silenciamento das vítimas que tiveram alguém preso e que nunca mais voltou para o seu lar. A grande herança da ditadura civil-militar foi a de deixar seus crimes impunes para que as vozes de oposição daquele período e posteriormente não tivessem espaço e nem reflexos na sociedade brasileira. Toda e qualquer tentativa de falar sobre os torturados, mortos e desaparecidos é prontamente ignorada pelos principais meios de comunicação do país, deixando as famílias num vácuo de justiça que acaba fazendo com que elas se recolham na sua dor, uma dor sem fim, sem solução, até hoje, mesmo nos chamados tempos democráticos, pois não existe interesse em solucionar os crimes cometidos pelos militares.

O desaparecimento deve ser total, ele deve ser objeto de uma solução definitiva. Não são apenas os corpos que desaparecem, mas os gritos de dor que têm a força de cortar o contínuo da história. “Não haverá portadores do seu sofrimento, ninguém dele se lembrará. Nada aconteceu”, são as palavras que as ditaduras sul-americanas não cansaram de repetir àqueles que elas procuraram exterminar. (TELES; SAFATLE, 2010, p. 239-240).

O marido de Joana, Raimundo, era um operário, retirante do nordeste e católico praticante. Os dois saíram da sua região e foram em direção ao sudeste para tentar uma nova vida, caso de milhares de brasileiros, principalmente durante a era de industrialização brasileira. Joana e Raimundo já tinham dois filhos quando se fixaram em São Paulo. Ali, Raimundo se ligou ao grupo de oposição ao regime chamado Ação Popular (AP), uma organização que tinha ligações com o catolicismo, formado inicialmente por membros progressistas da Igreja Católica Apostólica Romana.

Segundo Cristiane Dias (2012), a Ação Popular foi uma organização que tinha como membros católicos leigos, como são chamados aqueles que não fazem parte de nenhuma hierarquia dentro da igreja. Raimundo e Joana, como citado no conto, eram católicos praticantes e o primeiro fazia parte das fileiras da AP, sendo provavelmente um destes leigos, ativo em alguma organização católica de esquerda. Dias nomeia, ainda, várias organizações católicas, destacando que estas deixaram de simplesmente atender à população pobre e começaram a conscientizá-la do seu papel na sociedade. Logicamente, o governo militar não via com bons olhos este tipo de trabalho entre as massas; a visão do regime sobre essas ações era de que havia doutrinação por parte da esquerda para tomar o país e tais organizações eram vistas como subversivas.

Os membros da Ação Popular, grande parte da classe média, passaram a se integrar aos trabalhadores no campo e aos operários nas fábricas, buscando essa conscientização das massas que pregavam. A AP encontrou na parte do clero católico de esquerda o refúgio para suas reuniões, o que ajudava a disfarçar a movimentação e despistava a polícia de fazer qualquer tipo de inconveniência. Porém, em 1969, com o aperfeiçoamento da repressão, a organização começa a ser perseguida pelo regime, fazendo com que vários de seus quadros sejam presos. A Ação Popular existiu até meados da década de 1970, quando foi, aos poucos, desarticulada.

A Ação Popular foi uma organização de esquerda formada em 1962, originada de uma ruptura entre militantes ligados aos movimentos leigos da Igreja Católica e a sua hierarquia, que não aceitava a participação deles em atividades políticas. Sendo assim, militantes oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude

Independente Católica (JIC), a partir de uma tomada de conscientização política, deixaram de lado as práticas assistencialistas para realizarem atividades junto às massas, cada vez mais integrados à vida da população mais pobre do país. (DIAS, 2012, p. 667).

Raimundo, segundo o narrador, foi preso em 1969, um ano após a decretação do AI-5, o ato institucional do governo Costa e Silva que fechou de vez o regime civil-militar e cassou os direitos políticos e constitucionais da população. Neste momento, todo foco de oposição ao regime é visto como inimigo: “Os grupos organizados, armados ou não, que tentariam um foco de resistência contra a ditadura militar foram sumariamente e seletivamente aniquilados” (AYDOS; FIGUEIREDO, 2013, p. 397). O advogado que narra, diz que o ano em que se passa a narrativa é 1995, dez anos após o fim da ditadura civil-militar, em que a democracia ainda procura se estabelecer e se abrir para reconhecer os crimes cometidos nos governos militares de 1964 a 1985. A experiência traumática nesta narrativa começa com a prisão, tortura e a morte de Raimundo, iniciando assim a procura de Joana pelas ruas.

Um dia, bem cedo, a polícia foi à casa deles e levou Raimundo. Sem mandado de prisão, sem nada. Soube-se depois que ele foi espancado de modo tão brutal que morreu no mesmo dia. Seus gritos eram ouvidos em outras celas. Para ocultar o homicídio, no caso doloso e qualificado, pois acompanhado de crime acessório de abuso de autoridade, a polícia cometeu outro crime, o de ocultamento de cadáver. Sumiram com o corpo de Raimundo. (2014, p. 59).

Este conto retoma a questão do luto e da melancolia que abordei no capítulo inicial deste trabalho, da impossibilidade de vivê-lo já que não existe corpo para se despedir. Apresentei no capítulo teórico, no tópico referente a este assunto, que a dor foi suprimida pela falta de consciência das mortes, os corpos não foram entregues às famílias, não se aceita a prática de crimes dentro das instalações do Estado. A não materialidade, no casos dos desaparecidos, torna esse crime ainda pior do que aqueles em que se tem, pelo menos, o corpo entregue aos familiares. Às mães, pais, filhos, irmãos dos desaparecidos restou apenas esperar por uma resposta que nunca ocorreu por falta de interesse das instituições que se envolveram no golpe de Estado de 1964 e seus posteriores crimes contra a humanidade.

É importante salientar a proximidade de Joana e Raimundo com a Igreja Católica. Primeiro seu marido com o grupo de oposição ao regime ligado à instituição e depois a esposa que, aparentemente, busca na igreja uma forma de procurar justiça em relação ao desaparecimento de Raimundo. No próximo trecho destacado da narrativa, percebemos a questão de luto que não se materializou e a proximidade de Joana com membros bem hierarquizados do catolicismo romano. Foi o próprio cardeal quem falou à personagem

principal o destino do seu companheiro, não aceito por esta, observando que não poderia existir morte sem cadáver.

Embora o próprio cardeal tenha assegurado a Joana que o marido foi espancado até não restar nele sopro de vida, ela não aceitou que ele tivesse morrido. Cadê o corpo?, ela perguntou. E sempre pergunta. Diz que só vai se considerar viúva no dia que trouxerem o atestado de óbito de Raimundo e mostrarem sua sepultura. (2014, p. 59).

No meio da década de 1990, dez anos após o fim da ditadura civil-militar, o governo decide reconhecer as vítimas daquele período, atendendo à demanda das famílias de que houvesse um reconhecimento oficial da morte dos seus entes. Este reconhecimento foi essencial não apenas no plano pessoal, como uma tentativa de superação deste episódio que até hoje não ocorreu, mas também para que os processos legais de herança e ressarcimentos fossem possíveis no plano jurídico. Só a partir deste momento, é que o Estado brasileiro tomou uma atitude no sentido de reparar, mínima e deficientemente, as vítimas e os seus familiares que foram igualmente vitimadas pelos traumas que ocorrerem naquele período.

Uma das primeiras medidas do governo FHC nessa questão reside na lei 9.140, que versa sobre o reconhecimento de morte presumível dos oponentes ao regime militar que estivessem, ainda, como desaparecidos políticos. Medidas urgentes de reparação moral que legitimavam uma situação em que muitas famílias ainda buscavam os corpos dos seus filhos. (AYDOS; FIGUEIREDO, 2013, p. 407).

Como dito no primeiro capítulo, no tópico sobre a memória, o Estado brasileiro reconheceu de maneira velada a condição das famílias e dos torturados pelo regime militar iniciado em 1964. Houve uma espécie de reconhecimento por causa da pressão popular sobre o assunto, mas não um grande esforço pra ir a fundo no debate, envolvendo a sociedade, para que não houvesse um conflito entre o governo e os militares. Seligmann-Silva destaca uma situação parecida que ocorreu após o genocídio de Ruanda, em 1994, em que o governo daquele país não nega, mas a memória que se propaga por ele é encobridora, mais esconde do que de fato aprofunda a discussão. “Os rituais oficiais pareceriam mais Deckerinnerung (memória encobridora) do que real disposição a tratar do passado” (2008, p. 76).

Joana não aceita que um simples papel seja a resposta para o desaparecimento do seu marido. Para ela, assim como para a maioria dos familiares destes militantes que nunca mais voltaram para casa, as atitudes do governo foram e são insuficientes para a aceitação da morte. Sem corpo, não há fim, e é nesse sentido que a vida da personagem principal acaba indo após

a experiência traumática de perdê-lo. A vida de Joana se transforma numa eterna procura do marido, vendo em todos os moradores de rua a possibilidade de encontrar o seu companheiro. A não aceitação da perda faz parte do trauma a que o sujeito está submetido diante de uma perda repentina e sem uma explicação razoável dos motivos que levaram à prisão e nem o seu destino final.

Ela acredita que os espancamentos deixaram Raimundo desmemoriado, talvez até cego ou aleijado, e que desde então ele perambula pelas ruas, perdido, sem saber como voltar para casa. Não aceita como prova de morte o atestado de óbito fornecido pelo governo, que não diz em que dia ele morreu nem onde, nem a causa mortis. (2014, p. 59-60).

Joana sai todas as semanas, escolhe um dia específico ou dois para sair à procura do seu marido desaparecido. A sua vida não continuou após a morte de Raimundo, ela parou no tempo em que ele não mais voltou para casa, fez do objetivo de sua vida a fixação por respostas mais significativas do que aquelas conseguidas através da igreja ou do Estado, com o seu atestado de óbito que não mostra data e nem o motivo da suposta morte do metalúrgico. “Uma ou duas noites por semana, ela junta algumas moedas e sai envolta do seu xale. Exibe a fotografia de Raimundo aos moradores de rua, pergunta se apareceu algum andarilho ou indigente desconhecido de mais idade e tez branca” (2014, p. 60).

O desfecho do conto é a não continuação da vida de Joana em meio ao trauma de ter perdido o marido. A ditadura muda a vida de Joana no momento em que desapareceu com Raimundo, provavelmente o matando, mas nem essa certeza ela tem o direito de ter, apesar de todos serem enfáticos em concordarem com a morte. No entanto, a dúvida persiste, é uma história que não se fecha, é um caminho que não acaba. Onde está Raimundo? Assim como no caso da personagem principal desta narrativa, muitas famílias continuam procurando os seus entes, é uma procura que não tem fim, há interesses para que essa procura não cesse, para que ela não tenha uma solução.

O narrador ao resumir a vida de Joana diz: “É como se uma força superior a fizesse se levantar automaticamente e sair errante pelas ruas à procura do marido” (2014, p. 60). Ele diz que não é psicólogo, mas advogado, ao supor que pode ser uma questão traumática que a move por todos estes anos a sair de casa pelas madrugadas a dentro: “Não sei definir, sou advogado, não psicólogo, só sei dizer que é uma necessidade psíquica dela que todos respeitamos. Inclusive os filhos” (2014, p. 60).

No último parágrafo, temos a sensação de que a vida da protagonista parou, não quis continuar, a vida não teria outros episódios, o trauma de perder Raimundo e o luto não vivido a fez entrar em uma espiral que sempre volta ao início: “Joana era jovem quando perdeu Raimundo. Eu não a conheci nessa época. Dizem que era muito bonita e nunca quis outro homem” (2014, p. 60). O narrador finaliza de uma maneira diferente, destoa em relação ao todo, tenta deixar o conto mais leve e busca uma reflexão em meio à dor de Joana: “Sim, pensando bem, acho que é sobretudo uma história de amor, um desses amores intensos que nem o tempo nem a ditadura conseguiram extinguir” (2014, p. 60).

Este conto narra, então, a vida das esposas que tiveram que ir atrás dos seus maridos que desapareceram durante a ditadura civil-militar de 1964, principalmente após a sua queda, a procura do paradeiro do corpo nunca encontrado. A personagem Joana simboliza o corte que o regime deixou nas famílias dos militantes de esquerda que foram presos e, de uma hora para outra, deixaram de existir, desmaterializaram. A narrativa mostra que o trauma não foi superado, não há interesse em fechar o ciclo, os crimes não tem desfecho, não tem fim; este conto continua, assim como continua a angústia de quem espera alguém que não voltará. Kucinski, assim, denuncia a realidade em que vivemos, onde a arbitrariedade não foi superada com o fim do regime. Ainda hoje, há a multiplicação de casos de desaparecimentos de pessoas por meio das autoridades estatais, há, por assim dizer, uma banalização por parte da sociedade em relação àqueles que são vítimas do Estado, exercendo sobre quem desapareceu ou morreu a mesma discriminação que tinham em vida.

2.3 “A beata Vavá” – A Liberdade crucificada

Em “A beata Vavá”, a beata tem supostamente duas experiências sobrenaturais. Ela vê a imagem de Jesus Cristo vertendo em sangue e este se transforma em seu filho que está preso por questões políticas. A beata é muito religiosa e aí está a grande questão do conto: beata Vavá teve uma alucinação ou, de fato, a imagem de Jesus Cristo se transformou em Anésio, filho da beata? A partir destas perguntas, temos uma narrativa que causa estranhamento ao leitor, talvez o único conto dos vinte oito da obra em que podemos até discutir o gênero fantástico a partir das suas características.

A dúvida, o desequilíbrio provocado pela narrativa, é a principal característica do conto fantástico, não deixando claro ao leitor se os acontecimentos que ali acontecem realmente foram obras da realidade ou imaginação de alguém. Em “A beata Vavá” podemos ler os acontecimentos de duas formas: a primeira é que as visões de Vavá foram reais, que ela

realmente teve uma experiência sobrenatural e viu o filho sendo torturado na imagem de Jesus Cristo; a outra seria que tudo não passou de uma alucinação de Vavá por conta da situação da prisão do filho e que as torturas foram ou uma coincidência macabra.

A personagem principal do conto é Vavá, disso não temos dúvidas, mas o seu filho é essencial à narrativa. O trauma causado pelo regime se dá a partir da prisão de Anésio, sendo que ele é torturado, passa por todos os tipos de violações físicas que os agentes do Estado impunham aos presos. Já a sua mãe, ao saber da prisão do filho, sofre também uma experiência traumática, pois não tem certeza se o filho está ou não bem e, com as aparições, a mãe toma para si a certeza da violência contra Anésio.

O conto é composto por dois narradores, um deles é amigo de Anésio e ex-militante, que conta sobre a vida e a experiência extra-sensoriais de Vavá. Somos introduzimos pelo primeiro narrador a um universo de incredulidade por saber que a história é contada por um materialista (amigo), pois este é um militante que tem como ideologia a esquerda tradicional, que refuta qualquer caso que vá além do que é conhecido materialmente, cientificamente. É interessante notar que mesmo que seja materialista e isso possa interferir na narrativa, temos alguém que não refuta os episódios que parecem inverossímeis. O segundo narrador começa dizendo que lembrou de beata Vavá, pois esta tinha morrido com 102 anos de idade, há pouco tempo e que no seu enterro estavam presentes o arcebispo, as mães de santo, políticos tradicionais e militantes de esquerda, numa espécie de ecumenismo religioso e político, também outra faceta incomum:

A história nos manteve mudos de espanto, exceto pela minha observação e que se tratava do único caso conhecido de comunicação extrassensorial nas prisões da ditadura. Surpreendia-nos também que uma histórias dessas, de telepatia, milagre, visões e adivinhações e até manifestações de orixás, viesse da boca de um declarado materialista. (2014, p. 21).

O narrador então fala sobre as aparições da beata, quando viu, no ano de 1972, a imagem de Jesus que “vertia sangue dos punhos, dos tornozelos, logo da boca, e se transmutou rapidamente na imagem de seu filho: viu seu filho Anésio crucificado e vertendo em sangue” (2014, p. 22-23). Beata Vavá, depois de ver a cena, decide que é hora de falar com o arcebispo e, como já tinha uma boa história de dedicação à instituição católica, foi facilmente levada à maior autoridade da igreja na cidade.

A autoridade clerical intervém junto ao comandante do Exército e, como diz o narrador, as torturas contra Anésio cessam naquela mesma noite e depois este é transferido para outra unidade prisional. O narrador confirma que Anésio foi muito torturado no momento em que a

aparição aconteceu e que também a transferência ocorreu na hora exata, pois, se nada tivesse sido feito, a sua morte seria certa, tendo até um documento já pronto confirmando a sua morte, por atropelamento, justificativa comum na época para acobertar os assassinatos cometidos pelo Estado.

A primeira suposta experiência sobrenatural acontece quando beata Vavá está orando pelo período da tarde. A visão da mãe de Anésio é estarrecedora, pois assiste o próprio filho sendo transformado na figura de Jesus Cristo, vertendo sangue pelos pulsos, indicando um sacrifício, uma condenação sem culpa igual ao do filho de Deus. Jesus se transpunha para a realidade brasileira dos anos 1970, sua imagem se transformando em Anésio simbolizava a dor e o sofrimento de todos os presos políticos naquele momento:

Essa primeira visão lhe veio numa reza da tarde; ela orava ajoelhada, de olhar fixo na imagem, quando percebeu que Jesus vertia sangue dos punhos, dos tornozelos, logo da boca, e se transmutou rapidamente na imagem de seu filho: viu seu filho Anésio crucificado e vertendo sangue. (...) O rosto era do Anésio, os olhos eram do Anésio, os cabelos, tudo. E ele sangrava como um animal no matadouro, desculpa a imagem grosseira, obviamente minha, não do relato dela. (2014, p. 22-23).

Como podemos perceber, a religião católica está intimamente ligada ao conto, pois a maior parte da vida de Vavá se passa dentro da igreja, onde esta tem um bom trânsito entre as autoridades desta instituição, pedindo ajuda a um cardeal e sendo atendida com base nas suas visões: “Foi logo levada à presença da maior autoridade da igreja de Salvador, que, como vocês sabem, é também o primaz da Igreja Católica no Brasil, prelado da nossa mais antiga arquidiocese” (2014, p. 23). Provavelmente, Anésio também foi criado neste ambiente católico em que Vavá estava envolvida, pois a sua solicitação junto à autoridade religiosa só se deu por sua clara dedicação de anos ao trabalho religioso, mais uma razão para que a igreja estivesse junto ao pleito dos presos políticos, pois muitos saíram do seu seio, mesmo que ela tenha sido uma das maiores apoiadoras do golpe civil-militar nos primeiros anos.

No entanto, não é apenas a religião católica que é citada no conto, mas também as religiões africanas, como é bem dito no início da narrativa, pois beata Vavá é considerada uma figura importante também para as lideranças destas religiões. O conto mostra este sincretismo que os negros tiveram que criar em relação à religião Católica Apostólica Romana por conta desta última ser a religião oficial da metrópole e do Estado brasileiro por cerca de quatro séculos. A narrativa se passa em Salvador, onde essa característica do sincretismo é muito forte por causa da grande presença negra naquela cidade. Sendo assim, beata Vavá consegue ser uma

espécie de metáfora desta saída que os negros tiveram que seguir para continuar a sua religiosidade herdada da tradição africana:

Por toda Salvador espalhou-se a história dos sangramentos do Cristo crucificado e dos poderes da beata Vavá. Mães de santo a consideraram uma Yami-Ajé, a grande mãe dos orixás, protetora das mães e da fecundidade. A beata Vavá começou a receber visitas de mãe aflitas por seus filhos presos ou desaparecidos. A todas atendia, anotava os pleitos numa caderneta de capa preta e fazia com que se ajoelhassem e com ela orassem pelo ente querido. (2014, p. 25-26).

Vavá, tendo a fama da aparição corrido toda Salvador, tornou-se uma espécie de protetora dos presos políticos, também das mães destes que iam pedir sua intervenção junto às autoridades da igreja para que seus filhos fossem libertados. Com a ida de Anésio para outra unidade prisional, Vavá começou a visitar o filho aos sábados, levando bolos e quitutes. Sabendo depois que coronel Araújo confiscava uma parte de seus bolos, beata decide levá-los para ele também, fazendo com que este não fosse tão severo nas fiscalizações. Diante dessa abertura, por assim dizer, dada pelo coronel Araújo, Vavá passou a levar não apenas bolos e quitutes, mas também medicamentos para os machucados pelas torturas e a trazer da cadeia manifestos políticos.

A segunda suposta visão acontece na mesma igreja, só que agora pelo período da manhã, o que mostra que a senhora era uma frequentadora assídua do lugar, de grande religiosidade. A cena é muito parecida com a primeira, a imagem de Jesus Cristo vai se transformando na imagem de Anésio, filho de beata Vavá, vertendo sangue. No entanto, desta vez Vavá teve uma atitude diferente da primeira vez, não foi pedir ajuda ao arcebispo ou a qualquer outra autoridade clerical, mas foi ela própria à prisão para ver o filho que, de fato, estava sendo torturado. Essa atitude fez com o próprio responsável pela prisão ficasse impressionado com a capacidade de Vavá de “pressentir” quando o filho estava passando por algum sofrimento:

Nesse cenário, a beata Vavá subitamente recebeu outro chamamento, esse na reza da manhã. De novo, a imagem verteu em sangue e a fisionomia de Cristo foi transfigurando na de seu filho. A beata ergue-se e gritou tão alto que foi ouvida em todo a nave da catedral. Meu filho precisa de mim, meu filho me chama. Imaginem a cena. (2014, p. 27).

As visões de Vavá podem nos dar uma dimensão de como a sua vida mudou ao conviver com o trauma do filho preso pela ditadura. Foi a partir dessa experiência traumática que a vida de Vavá muda completamente, passando a viver para a soltura de seu filho e, posteriormente, a

de outros presos. Vavá ajudava a oposição contra a ditadura civil-militar, levando recado para dentro e para fora das prisões, tornando-se aliada dos presos, mas, por uma questão de sobrevivência do seu filho, ela também procurava de todas as formas agradar os militares que o mantinham preso.

Após a segunda aparição, beata Vavá, enlouquecida pelo seu amor de mãe, pega um táxi a vai à cadeia onde encontra seu filho sendo pendurado no “pau de arara”, instrumento comum de tortura nos tempos da ditadura civil-militar brasileira. Segundo o narrador, que nessa parte do conto revela que estava preso na mesma ocasião que Anésio, diz que nunca mais o rapaz foi torturado após esse episódio, pois se perpetuou a ideia de que Vavá tinha o dom de saber quando o seu filho estava sendo torturado.

Este é um dos poucos contos que não tem um final trágico, pois, ao contrário dos demais, Anésio não foi morto ou desapareceu, mas solto ao final do processo, mesmo que a experiência em si tenha sido altamente traumática por conta das torturas sofridas por ele. Anésio foi um sobrevivente, como quase sempre há em toda tragédia política e natural, mas, curiosamente, não é ele quem testemunha, quem fala; as vozes de Anésio e de Vavá aqui são ausentes, apenas ouvimos falar deles. O narrador não nos explica sobre essas ausências, nem nos mostra o destino do filho de Vavá, apenas o dela, provavelmente por ela ser a protagonista da narrativa.

As ausências podem nos mostrar que o autor dos contos busca alertar sobre como as histórias podem ser narradas por terceiros e também como elas nos impõe uma certa dose de reflexão sobre o discurso de quem tem ou não a voz. Não temos certeza de que seria o narrador que aqui suprime as vozes das personagens, não sabemos por qual motivo essas vozes não aparecem, não temos certeza se o narrador de fato conta a narrativa como ela se passou, não sabemos a sua vivência e nem a sua classe social. Cabe ao leitor a reflexão sobre essas lacunas, dos motivos de Vavá e Anésio serem tratados em terceira pessoas e a supressão das suas vozes.

Vavá se tornou, após sua morte uma espécie de santa, pois houve uma certa idolatria à sua figura em Salvador, uma cidade muito ligada à religiosidade, que tem raízes históricas no sincretismo, algo que deve ser entendido pela imposição do catolicismo aos escravos recém-chegados ao país e que tiveram que encontrar saídas para continuar cultuando os deuses da tradição africana. O respeito por Vavá vai além dos marginalizados, também vem da elite política, muitos que colaboraram com o regime militar e sua perpetuação no cenário político e social brasileiro. Porém, o caráter religioso invade todos os cenários, fazendo, por um momento, que todos, ricos e pobres, o centro e a margem, se unam na morte de Vavá.

O conto não nos dá a certeza se aquelas percepções foram de fato uma experiência sobrenatural ou foram uma simples alucinação que coincidiu com os momentos de tortura de

Anésio. Não poderemos deixar de considerar que as torturas eram sistemáticas, não eram praticadas em determinado período ou por um período de tempo curto, mas sim de modo recorrente, para levar a vítima à exaustão física e psicológica, fazendo-a delatar os seus companheiros. Porém, não podemos deixar de considerar o outro lado da história, um lado em que realmente Vavá teve uma experiência que não é explicável pelo mundo material, pois o seu filho de fato estava sendo torturado em todos os momentos em que teve suas visões.

O narrador deixa para o final a sua ironia, revelando que o coronel Araújo, responsável pela prisão onde Anésio estava, torna-se pastor evangélico por conta do medo, segundo o conto, que teve por causa das visões de beata Vavá. Araújo não foi ao velório de beata Vavá, era amedrontado pela sua figura e das suas idas durante as sessões de tortura de Anésio, do seu “dom” de prever quando o filho estava sofrendo. Antes do fim do regime, o coronel se converte para a religião evangélica, que nessa época já era muito popular no país e torna-se, mais tarde, pastor. Como diz a parte final do conto:

Disse que o coronel Araújo, por exemplo, foi tomado de tanto medo que, antes mesmo de acabar a ditadura, abandonou a farda e se converteu. Hoje ele é pastor de uma igreja evangélica; ao velório não veio, talvez temendo que o espírito da beata viesse puxá-lo pelas pernas, ele concluiu. (2014, p. 28).

Concluindo esta análise, percebemos várias facetas no conto “A beata Vavá” como a questão da religiosidade, sendo ela Católica Apostólica Romana ou de religiões de origem africana; a questão da tortura muito presente em toda a narrativa, sendo esta a principal motivadora dos acontecimentos na obra; o autoritarismo durante a ditadura militar, alimentada pelo medo, pelas prisões e pela tortura, desrespeitando amplamente os direitos humanos durante aquele período; temos também a igreja Católica como um dos setores mais atuantes da sociedade civil em favor das famílias que tinham entes presos, torturados, mortos ou desaparecidos pelo regime; e, por fim, a questão do fantástico. Uma faceta que poucos poderiam atribuir a um conto sobre a ditadura civil-militar de 1964, mas que se faz presente, como bem vimos nos parágrafos anteriores.

Finalizo aqui a análise dos três primeiros contos que foram trabalhados nesta dissertação “Você vai voltar pra mim”, “Joana” e “A beata Vavá”. Busquei analisá-los a partir do testemunho que é presente no livro, do trauma que essas personagens sofreram. A partir do testemunho e do trauma, tem-se uma memória que ainda é buscada, tendo este livro um exemplo dessas evidências, ou pelo menos uma tentativa, que pouco se faz no nosso país, por culpa dos

setores conservadores e também, em parte, por uma sociedade paralisada e que é conivente com aqueles abusos.

Cada conto tem sua especificidade, por isso busquei em cada um deles explorá-la da melhor maneira possível, como a questão da mulher na tortura, em “Você vai voltar pra mim”, a militância dos operários ligados à igreja católica, em “Joana”, e a questão do fantástico em “A beata Vavá”. No entanto, mesmo que cada narrativa tenha suas próprias questões, o problema principal a ser tratado em todas elas continua sendo a memória, o testemunho e o seu conteúdo traumático, entendendo que não se pode fugir destes três tópicos.

CAPÍTULO III

A FAMÍLIA

“O caixão está enterrado. Dentro dele estão um paletó e um par de sapatos de Roberto. Seu corpo nunca foi encontrado” – O velório (2014, p. 56)

Escrever sobre a família dos desaparecidos sempre foi o meu objetivo desde o início do deste trabalho. O foco, muitas vezes, está apenas no indivíduo, em quem foi torturado, assassinado ou desapareceu, e esquecemos que existe uma família que foi igualmente torturada pelos acontecimentos. Bernardo Kucinski, com a sua sobriedade, característica de um texto que é objetivo, que vai direto às questões essenciais, mas que não perde a capacidade de humanizar, consegue muito bem escrever sobre os entes que, por décadas, ainda sofrem e tentam fazer justiça em um país que só quer os silenciar. O próprio autor sabe do sofrimento familiar, do trauma que é perder um membro da família para a repressão do Estado; ele reúne, portanto, todas as capacidades de entendimento para escrever sobre este terrível trauma que pode envolver todo um núcleo familiar, uma luta que parece não ter fim, mesmo após décadas das mortes e desaparecimentos.

Neste capítulo, abordarei, então, a questão do drama de se ter um familiar desaparecido, torturado e/ou preso pela ditadura civil-militar de 1964. A análise que realizarei será de três contos que versam sobre isso: “O velório”, “Tio André” e “A mãe rezadeira”. O primeiro trata da dor de um pai que tenta enterrar o filho desaparecido, mesmo sabendo que as chances de encontrar o seu corpo são quase nulas; o segundo, conta a história do tio adorado pelo sobrinho que se isola por décadas após duas prisões e sessões de tortura e, no fim, se mata ao não aguentar a dor da experiência traumática; o terceiro conta a história da mãe que luta para que o seu filho, preso pelo regime, volte a ter uma vida normal, sem perseguições e fora da clandestinidade.

Comento agora, brevemente, sobre a temática central de cada conto, destacando que, no decorrer do capítulo, construirei a análise de cada um deles. Em relação ao primeiro conto, “O velório”, vale destacar que seu tema central é a questão da assimilação do luto, ou a tentativa de se estar em luto por uma pessoa desaparecida, por um corpo inexistente, sem a materialidade. Silvana Rubet nos diz que o trauma de quem não encontrou o corpo de seu ente é maior do que o luto de quem pôde, pelo menos, enterrar o seu familiar. Quando se trata de um desaparecido, as informações são quase nulas; é nesse cenário que Kucinski explora, na personagem de

Antunes, a dor quase eterna de procurar alguém sem ter um caminho e como essa dor pode levar a decisões extremas, como a de um velório sem corpo:

Pensando a partir do fato de que os familiares dos desaparecidos não tiveram acesso ao corpo, não puderam enterrar seus entes, e nem obtiveram o atestado de óbito, necessário para questões práticas e não menos importantes do cotidiano dos que ficaram, poder-se-ia concluir, previamente, que o luto dos familiares possui uma carga traumática amplamente maior do que a dos familiares dos classificados como mortos, aqueles sobre os quais existem mais informações sobre o assassinato. (RUBERT, 2014, p. 2-3).

No conto “Tio André”, é possível afirmar que o trauma não se desfaz após o fim de uma sessão de tortura. O Estado brasileiro, anos após a redemocratização, criou mecanismos de ajuda financeira para os que foram torturados ou para as famílias dos mortos e desaparecidos, mas deixou um vácuo de assistência em relação àqueles que ficaram extremamente traumatizados por conta da violência sofrida nos porões da ditadura. No conto, isso fica exemplificado no comportamento da personagem André, cujo isolamento parece ser a saída encontrada para fugir da realidade que parecia a todo momento o violentar. Kucinski demonstra com isso, portanto, que essa ausência do governo, esse encobrimento sobre a memória dessas pessoas é algo muito mais grave do que se costuma supor.

Em “A mãe rezadeira”, Kucinski transmite toda a dor, a aflição e o trauma gerado dessa relação do preso com o cárcere, a clandestinidade e a sua família. O autor abre uma cara discussão sobre ser um militante e ter a sua vida devastada pelo regime, ser marginalizado ou aceitar uma culpa, pagá-la e viver. Vale a pena viver com medo, ser preso, passar pela experiência traumática de ser torturado e correr o risco de ser morto? A mãe da personagem presa, ao se deparar com a escolha de ver o filho ganhar a liberdade e viver na clandestinidade ou ficar preso e “pagar” a sua pena dentro do sistema penitenciário do regime, decide que a segunda escolha é a melhor, não quer ver o filho de volta à vida de militante, não quer vê-lo novamente no corredor de uma casa de tortura.

A partir destes breves comentários, fica evidenciado que o objetivo deste capítulo é mostrar, através destes testemunhos ficcionais, como a família teve e tem um papel importante na preservação da memória, do testemunho e nos estudos sobre a experiência traumática durante aquele período do nosso país. As ricas situações que Kucinski constrói através da sua escrita já dão uma boa dimensão de como essas famílias vivem, na sua luta constante por justiça. O trauma não pode ser visto apenas pela perspectiva de quem o sofreu diretamente, mas também de quem participou do conjunto de acontecimentos, um processo pelo qual a família é partícipe

na dor desde a entrada do indivíduo na militância política até as consequências deste ato de oposição a um regime totalitário: morte ou desaparecimento.

3.1 “O velório” – O caixão vazio

“O velório” é, talvez, a narrativa que mais simbolize a dor familiar por um ente querido que morreu durante a ditadura civil-militar de 1964. Por isso, o escolhi para ser o primeiro conto analisado deste bloco de três narrativas que compõem o capítulo sobre a família. O conto tem a capacidade, através da escrita sóbria, pela objetividade textual, e pesada, pelo conteúdo, de nos levar para o interior das personagens que guardam um segredo há décadas, uma família que sempre escondeu o trauma de ter um membro desaparecido, mas, de súbito, é levada a descortinar e a tentar dar um fim para aquele episódio nunca superado.

A narrativa aqui analisada pela perspectiva do testemunho e do trauma, de acordo com os postulados de Seligmann-Silva, caso do testemunho, e Sigmund Freud, Sándor Ferenczi e Diego Antonello, nos estudos sobre o trauma, conta a história de uma família que carrega a angústia de não saber notícias do filho desaparecido nos tempos do regime militar. O pai do personagem desaparecido, Antunes, está no centro do foco narrativo, sofrendo, junto com a esposa, pelo desaparecimento do filho, Roberto. O passado político de Roberto não é muito revelado pelo conto; fala-se apenas que ele chegou a se formar em engenharia civil e logo já se abre espaço, na narrativa, para a decisão inusitada que Antunes toma, após tantos anos a procura de notícias do filho: enterrá-lo mesmo sem nunca o ter encontrado. O enredo centra-se na questão traumática e resiliente de um pai que não quer morrer sem nunca ter se despedido do filho desaparecido, na dura decisão familiar de colocar fim a uma angústia de décadas.

O conto não contabiliza o tempo que a família esperou por notícias de Roberto, mas depreende-se que sejam décadas, principalmente por citar a idade de Antunes. A narrativa parece buscar uma reflexão sobre como uma única ação arbitrária do Estado pode influenciar a vida de toda uma comunidade, tornando o desaparecimento uma ferida aberta e agravada pela falta de notícias. O regime militar foi um período em que diversas famílias passaram por traumas ao terem em seu seio alguém que desapareceu, que foi torturado para delatar seus colegas ou apenas para satisfação de seus algozes:

Antunes acabou de completar noventa anos. A família é longeva. Sua irmã Hermínia, que chegou cedo e ajudou a montar o velório, está com oitenta e sete anos; as outras duas irmãs têm uma de oitenta e quatro e outra de oitenta e um anos. O irmão mais velho morreu no ano passado com noventa e três.

Foi quando decidi fazer o enterro do filho. Pensou: nosso limite é entre noventa e novena e três. Meu irmão, Deus já levou. Logo será a minha vez. Não quero morrer sem enterrar meu Roberto. (2014, p. 50).

No conto, a situação traumática se dá com o desaparecimento de Roberto, filho de Antunes, após ser preso pelo Estado. A única coisa que une a família ao filho são os poucos objetos pessoais e uma foto, tirada ainda quando Roberto se formou na universidade. É interessante destacar que o texto relata não a indignação por Roberto ter sido preso e possivelmente assassinado pelo governo, mas sim uma grande vergonha, por conta da campanha de criminalização da resistência patrocinada pelo governo. O desaparecimento do filho naquelas circunstâncias era algo que a família temia em denunciar para a sociedade. Eles então se calam, não reclamam, não relembram os episódios com Roberto no cotidiano, nas ocasiões familiares, apenas o guardam nas suas mais íntimas lembranças.

Primeiro não queriam que soubessem. Depois, quando elas viram a pequena notícia no jornal, pediram que nunca tocassem no assunto com as amigas, vizinhos, com ninguém. Diziam que eram para o bem de todos. Esse segredo as tornou ainda mais ligadas. Só muito tempo depois é que os pais contaram o pouco que sabiam. (2014, p. 51).

Sobre o silenciamento imposto às vítimas de traumas ocasionados através da violência, Cynthia Sarti faz uma reflexão sobre como esse sofrimento é aumentando a partir do momento em que a vítima não encontra reparo institucional da sua dor, há, então, uma recusa sistemática de se ouvir, há a negação ao relato, da experiência vivida pela vítima. A família de Roberto, com toda a propaganda midiática a favor do governo repressivo e sua constante manipulação dos fatos, ficou sem saída em relação à fala de sua dor, teve que guardar para si durante décadas um desaparecimento com receio de que não a família, mas o regime, fosse colocado na condição de vítima em relação a Roberto e sua oposição. Só no fim da ditadura, particularmente após dez anos do seu término, é que as vítimas foram ter um espaço social de testemunho e puderam então contar suas experiências.

No caso das experiências de sofrimento associadas à violência, ao sofrimento da violência vivida soma-se o sofrimento de não haver formas de expressão instituídas para a dor. Ao contrário, nesses casos há o silêncio imposto, a recusa da escuta e, assim, a negação da violência, da humilhação e da dor impingidas ao outro. O problema que a experiência da violência coloca é o da ausência de um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento que dela advém, lugar que requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência. (SARTI, 2014, p. 81).

Ainda sobre esse tema, Diego Antonello aborda a questão da vergonha de externalizar o luto e assim a formação da chamada *cripta*, buscando então segregar o assunto da vida psíquica, isolando-o do eu. A formação da cripta seria ainda um processo mais complexo e radical do que o recalçamento da situação traumática, que o autor também denomina de “doença do luto”, uma tentativa das vítimas de se manterem isoladas do que lhes causa uma dor extrema. A cripta seria uma forma de manter um momento completamente fora da realidade vivida, pois esta seria uma reação à impossibilidade elaboração, que no caso, seria a questão do luto não vivido.

Os autores citados chegaram ao conceito de cripta a partir do desenvolvimento do que denominam “doença do luto”, em torno da qual gravita uma problemática bastante complexa, na qual não nos deteremos. Para os autores, a doença do luto versa sobre a vergonha que gera, no sujeito, um segredo inconfessável e, por isso, precisa ser isolado do eu. Ou seja, o segredo inconfessável precisaria ser retirado da circulação psíquica, através da formação da cripta. Para isso é preciso colocar em prática uma ação mais radical do que o recalçamento – a clivagem narcísica. (ANTONELLO, 2016, p. 57).

A vida de Antunes muda completamente após o desaparecimento do filho. O pai se torna mais calado, mais frio com as coisas do dia a dia, não tendo o mesmo entusiasmo que tinha antes de saber que o filho estava desaparecido e provavelmente morto. Rita, a esposa do velho Antunes, não guarda para si as emoções, não se fecha, pois chora todos os dias, mas a esposa mudou, todos mudaram: “os velhos nunca voltaram a ser como antes, viraram outras pessoas, distantes, tristes. Nos últimos anos, com a vinda dos netos, voltaram a sorrir”. (2014, p. 51). Como podemos perceber, a vida da família muda após o episódio traumático, resultando em comportamentos diferentes daqueles que eram comuns antes do desaparecimento do ente querido. O corpo então aqui reage ao trauma, mesmo que não externalize a sua “ferida traumática” pela fala, mas manifestada pelas atitudes, pelas mudanças de comportamento.

O velho Antunes, aos 90 anos, decide que precisa enterrar o filho, Roberto, já que perdeu a esperança de vê-lo novamente, vivo ou morto. Decide acabar de vez com a eterna espera por notícias, decide que chegou a hora de dar um fim ao suplício de décadas em que ele e a esposa estão imersos. O velório é, em si, uma tentativa de cura desesperada, de alguém que necessita passar pelo processo do luto que ainda não veio, pois como terá luto se não há morte? Se não há um atestado de óbito? Se não há ninguém que oficialmente diga que Roberto está morto? Ali, Antunes faz uma homenagem ao filho desaparecido durante a ditadura civil-militar de 1964-1985, não apenas para o filho, mas para si, como um desfecho para o sofrimento. Enterrar

o filho, mesmo ele não estando presente, buscando uma vida sem o peso de esperar notícias a qualquer momento. A resiliência é, portanto, o que move o conto, no qual Antunes persegue uma conformidade necessária, não para o filho, mas para si e sua família:

O velho Antunes acompanha, com a mão direita sobre o caixão. Faz força para caminhar ereto e com passadas firmes. Sente-se exausto mas feliz. Seu sonho de tantos anos finalmente se realiza; já pode morrer em paz. E toda a cidade compreendeu. Isso foi o mais importante. (2014, p.55).

Boris Cyrulnik, neuropsiquiatra, em seu livro *Autobiografia de um espantalho. Histórias de resiliência: o retorno à vida*, aborda a questão da resiliência em vários aspectos da nossa vida. Em um dos trechos da sua obra, o teórico discute a questão da situação traumática, no caso de Antunes seria a morte de seu filho acompanhada da falta de informações de onde está o seu corpo, e transformá-la, como diz o autor, em algo novo, buscando uma nova realidade. Cyrulnik também escreve que tal ação não necessariamente evita a angústia e o sofrimento do ser, mas é uma saída para “organizar um novo modo de viver”.

O ferido toma novamente nas mãos o que lhe aconteceu para fazer disso um novo projeto de vida, às vezes até num contexto adverso. Essa evolução resiliente não evita a angústia ou o sofrimento diário infligido pela adversidade, mas utiliza a memória da ferida para organizar um novo modo de viver. (CYRULNIK, 2009, p.34).

Boris Cyrulnik também nos diz que, após um evento catastrófico, o ser humano tende a crescer psiquicamente, pois ele tem que escolher entre uma retomada da sua vida e a enfrentar as adversidades ou “desmoronar” frente ao episódio em que foi colocado pelo destino. Buscar uma nova forma de viver, mesmo após uma grande turbulência, faz-se necessária do ponto de vista da sobrevivência. Para sobreviver é preciso enfrentar, digerir e organizar uma nova vivência frente ao desastre. “Depois de uma catástrofe natural ou de um trauma social, não é raro notar uma maturação psíquica, como se, em face de um desastre, fosse preciso escolher entre desmoronar ou se compor à gravidade” (2009, p. 33).

Antunes entende que aquele momento é o de virada, ou pelo menos, o que o vai deixar em paz para morrer. Ele vai finalmente enterrá-lo. O pai quer, pelo menos naquele momento, dar um pouco de dignidade na despedida do seu filho, dignidade essa que foi retirada da sua família no momento em que Roberto foi preso, morto, desapareceu e nunca mais se teve notícia sobre o seu paradeiro. O narrador então continua dizendo que a cidade compreendeu o enterro sem defunto, compreendeu que era necessário ao velho Antunes dar um ponto final à vida do

filho que já não existia fisicamente, mas que habitou a vida da família por tantos anos, décadas esperando uma resposta, cansou de esperar: “E toda cidade compreendeu. Isso foi o mais importante. Toda a cidade. Até o padre Gonçalves, que primeiro lavou as mãos, depois deu a benção.” (2014, 55).

Antunes toma a decisão radical de enterrar o filho. Um dos motivos que pesou na decisão do velho patriarca foi a idade, temendo morrer antes de dar um desfecho à história do filho, um desfecho que não terminava por completo, mas que dava um consolo à família que há anos esperava uma notícia de Roberto. O enterro serve como uma saída não apenas pelo velho Antunes, mas para todos os entes que sofreram com o fim repentino do filho, do irmão, do sobrinho e do amigo querido. Como diz uma passagem do conto: “Também por isso o velho Antunes decidiu fazer o enterro. Pela sua Rita, pelas irmãs do Roberto, pela família toda. Os mortos têm que ser enterrados” (2014, p. 50).

O enterro de Roberto acontece, torna-se uma espécie de evento na cidade onde os seus pais moram, muita gente da comunidade decide ir ao velório sem corpo. Percebemos que os acontecimentos sobre o filho de Antunes são encobertos também pelos vizinhos, fala-se, mas não devia se falar, uma espécie de silenciamento automático. No velório, como é comum, vão todos da vizinhança, o autor aqui parece destacar esse aspecto de boa convivência da família de Antunes, dos conhecidos aos desconhecidos, uma importância à ocasião em respeito à sua família:

As vizinhas também vieram cedo. As irmãs Mercedes, do lado de baixo da rua, e a Diva, do lado cima, ajudaram na preparação dos salgadinhos e sanduiches. As Mercedes são solteironas e vivem sós. No começo fofocaram sobre o sumiço de Roberto, depois não. A Diva sofreu como se fosse parente; a filha dela, a Cristina, era ligada a Roberto. (2014, 50-51).

Os que chegam ao velório também mostram que a família tentou de todas as maneiras saber onde estava Roberto, diz-se que o cunhado de Antunes, Teixeira, fazendeiro e com bom trânsito em Brasília, tentou de todas as maneiras procurar o seu sobrinho, não obtendo sucesso. Percebemos então a dificuldade das famílias em conseguir informações sobre os seus entes que morreram naquele período. Mesmo com toda a influência de Teixeira, uma figura do agronegócio, as autoridades não deram nenhuma informação sobre o paradeiro do filho de Antunes, nem a influência adiantou:

Teixeira é abonado, dono de fazenda. Uma ocasião recusou um pedido de empréstimo de Antunes para cobrir um ano de safra ruim. Era ninharia.

Ficaram dez anos sem se falar. Mas quando o Beto desapareceu o Teixeira se mexeu mais do que ninguém. Era gamado em Roberto, seu primeiro sobrinho. Chegou a ir para Brasília falar com uns homens que ele conhecia. Não adiantou. (2014, p. 52).

Poderíamos perceber a decisão de Antunes como uma espécie de protesto, enterrar o filho, mesmo não havendo ali um corpo, seria uma forma de protestar contra toda a ilegalidade cometida naqueles tempos e a tentativa de silenciamento do governo em relação aos desaparecidos. É uma visão que se pode também discutir, pois, querendo ou não, reunir toda uma comunidade para enterrar um preso político é um ato de rebeldia e repúdio a todas as políticas anteriores e atuais, mostrando que a memória dessas pessoas não foi perdida e nem silenciada.

Antunes se torna, em minha visão, a personagem mais emblemática sobre a questão familiar dos desaparecidos políticos, por todo o tempo e pela sua decisão inusitada, incomum sobre o assunto. Assumir que o filho era um militante de esquerda é uma tomada de juízo perigosa no seu pensamento, tanto que demorou décadas para tomá-la, mas a idade o ajudou a entender que era necessário fazer algo, o seu filho precisava mais do que de um silenciamento eterno, fez-se a memória no enterro. Sobre essa memória, que também é resistência, Janaína Teles nos diz que ela surgiu com mais força a partir do final da ditadura civil-militar, pois naquele momento, com mais liberdade de expressão, os sobreviventes puderam externalizar o que não podiam frente à censura e à política de silenciamento posto pelo regime. Antunes, com o velório do filho desaparecido, faz então uma cerimônia que preserva a memória do filho, mas não só deste, mas de todos os que igualmente foram mortos e nunca mais encontramos, velar o filho sem o seu corpo foi um ato de resistência.

No Brasil, no final da ditadura, os primeiros relatos dos sobreviventes publicados – de exilados, militantes ou presos políticos –, punham em primeiro plano a denúncia dos crimes da ditadura e a militância, período em que ocorreu certa valorização da memória militante. Numa conjectura em que a ditadura dava seus últimos suspiros, mas insistia em se manter, sobreviventes e militantes necessitavam legitimar sua posição política. A memória se erigiu não somente contra o esquecimento, mas também, contra a ditadura que ocultava e negava seus crimes. (TELES, 2011, p.21-22).

O conto caminha para o final no enterro de Roberto, mas é preciso lembrar que o desfecho não é necessariamente fechamento de uma história, uma narrativa, mas sim uma conclusão a um acontecimento que pode ou não ser o fim das personagens. Em nosso conto analisado, como em muitos contos desta obra, não temos necessariamente um final para

Antunes, para Rita, para padre Gonçalves, Célia, Celina ou para Teixeira, e muito menos para Roberto, pois mesmo que o conto narre o seu velório, ele não está ali, ele talvez nunca seja encontrado. O conto é, então, uma alegoria sobre a história da ditadura civil-militar de 1964: não tem um desfecho definitivo.

Assim, a narrativa termina com o “enterro” de Roberto. No entanto, é um fim limitado, pois consistem em uma eterna busca pelo ponto final. Seu pai, Antunes, na sua busca desesperada, decide enterrar o filho. Enterra um caixão sem corpo, só com as lembranças de um filho que a terra não absorverá definitivamente. “O caixão está enterrado. Dentro dele estão um paletó e um par de sapatos de Roberto. Seu corpo nunca foi encontrado.” (2014, p. 56). O fim de Roberto é não ter fim.

O seu suposto fim, o velório, algo que demarcaria uma finitude, não o é. Isso acontece porque é impossível enterrar alguém que ainda não apareceu, não é possível finalizar uma história de Roberto com a sua ausência. O enterro realizado pelo velho Antunes é apenas uma saída temporária para uma dor que só cessará quando o corpo do seu filho for finalmente encontrado, se um dia o for. É essa contradição entre a finitude e a continuidade que habita toda a narrativa de *O velório*, ficando o leitor a todo momento entre a sensação de que Roberto foi enterrado e Antunes pode morrer em paz e de que tudo não passou de uma encenação, o trauma continuará no seio familiar.

3.2 “Tio André” – Dupla covardia

O conto nominado de “Tio André”, o segundo analisado deste bloco que trata sobre a família, retrata a vida de um homem, André, que vive em total isolamento há anos, por causa do trauma de ter sido preso e torturado durante a ditadura civil-militar. É a penúltima narrativa do livro escrito por Kucinski. A questão familiar está presente aqui pela quebra de relação, não por brigas, mas pelo trauma que André sofreu e não conseguiu se recuperar, o seu medo da polícia se transformou em isolamento quase que total da sociedade, decidindo morar em um lugar ermo, afastado.

A narrativa é em terceira pessoa, mas existem vários diálogos entre José Moura e Ricardinho, pai e filho, respectivamente. A voz de André não é ouvida em nenhum momento durante o conto, existe um silenciamento total da vítima, o que penso ser uma analogia ao quase que total apagamento de quem sofreu abusos durante os anos de repressão política, algo simbólico que Kucinski busca, de modo sutil, trabalhar em sua narrativa.

O conto começa com um diálogo entre pai e filho, sobre o tio, sobre a saudade, a admiração e a vontade do sobrinho ver André novamente, após anos de ausência por conta da dificuldade do tio em receber visitas. O narrador, em terceira pessoa, como já vimos ser uma constante nesta obra, explica o estado de José Moura em relação ao irmão, um segredo entre os dois, provavelmente pelo medo de André em ser novamente torturado pela polícia, um medo sem razão naquela altura, mas que é potencializado pelo trauma da tortura. A narrativa se passa no aniversário de quarenta anos do tio de Ricardinho. Por isso, o pai decide levar o filho para o tio solitário, é uma ocasião especial, sempre é, mas provavelmente esta tenha um simbolismo maior para todos eles.

Tenta imaginar como estará o irmão, metido no mato feito eremita; pior, feito tatu com medo de sair da toca. Visita o irmão uma vez por ano, no aniversário. Tornou-se um ritual e um segredo entre os dois. Hoje o irmão completa quarenta anos. José Moura decidiu levar o Ricardinho (2014, p. 169).

É importante notar a morte simbólica de André, uma pessoa que não mais vive, pois sua vida social é completamente arrasada após a experiência traumática de ser torturado, então há uma morte, um vazio, um nada, uma solidão. O contrário acontece com José Moura: o próprio filho, Ricardinho, é a prova de que ele está vivo, de que sua vida tomou o rumo normal. José provavelmente tem uma família, uma casa na cidade, vizinhos, um emprego, convive sem problemas em sociedade, é o oposto do irmão e existe uma culpa nessa oposição. Sendo assim, existe a culpa no irmão ex-militante, pois poderia ser ele, era ele quem deveria ter sido torturado.

Diego Antonello cita o filósofo austríaco Jean de Améry, torturado pela Gestapo e prisioneiro de Auschwitz, sobre como a vida de um ex-prisioneiro se torna diferente após a experiência de ser torturado. Améry observa que a confiança no mundo é abalada completamente quando se volta para a realidade e que o torturado se entrega para a angústia, algo bem próximo ao que Kucinski relata sobre o personagem de André, onde este vive em uma constante atmosfera de angústia sobre a sua realidade, não confiando em ninguém e se isolando do mundo cada vez mais, como constata Améry: ele nunca mais se sentirá em casa.

Mas que se possa reduzir um ser humano a pura carne, convertendo-o em uma presa da morte enquanto ainda vive, isso só se pode descobrir na tortura. Quem foi torturado nunca mais se sentirá em casa no mundo. Não é possível apagar a afronta do aniquilamento. A confiança no mundo, que se vê abalada já com a primeira bofetada e finalmente desmorona com a tortura, não pode ser restaurada (...) Aquele que sofreu tortura permanece entregue sem defesa à angústia. Será ela que daí em diante reinará sobre ele. (AMÉRY *apud* ANTONELLO, 2016, p. 90).

A inocência de André é retratada em um diálogo entre José Moura e Ricardinho, nele, o pai é enfático em dizer que o irmão não cometeria um crime, nem o mais banal que fosse e coloca a culpa do isolamento na polícia. O filho questiona a ausência do tio na sua vida e na vida familiar e o pai então tem que responder a verdade, mas sem entrar em detalhes, por conta da idade do filho. A inocência é o principal tema deste conto, a tortura por si só é um problema extremo, ser torturado no lugar do outro é um peso que se torna difícil de carregar, para José Moura e para André.

- Pai, o tio André quer ficar longe de mim também?
- Não, filho, ele gosta muito de você. É da polícia que ele quer ficar longe.
- Por quê, pai? O tio André matou alguém?
- Não, filho, o tio André nunca fez mal a ninguém, ele não mata nem formiga. (2014, p. 170).

Mais à frente, a violência policial aparece com mais ênfase na narrativa, deixando uma impressão de crítica ao passado, claro, mas também sobre o presente. Essa violência, mascarada pelo Estado, ainda hoje sobrevive nas periferias, nas grandes e pequenas cidades pelo Brasil afora. Esse trecho também é a demonstração de que a grande parte daquela violência estatal ainda domina os nossos dias. A crítica à polícia não é datada como em outros contos, temos a clara impressão de que o conto nos leva a uma reflexão também da atualidade sobre a violência policial que ainda está presente em nossos dias.

- Pai, por que a polícia bateu no tio André se ele não é bandido?
 - A polícia às vezes faz isso.
 - Então a polícia é do mal?
- José Moura não sabe o que responder. Não quer dizer que a polícia é do mal, mas também não quer mentir. Nunca mentiu para Ricardinho. (2014, 171).

Nota-se que é um conto onde o diálogo tem uma importância grande para o decorrer da história, com a narração em terceira pessoa dando auxílio, contextualizando o que os personagens dialogam. A maior parte deles se dá entre pai e filho, mas, ao chegar no final, temos o caboclo como um personagem que clareia a realidade de onde André vive, um lugar ermo, contrastando com a vida do irmão que mora na cidade. Os diálogos em *Tio André* não são como, por exemplo, em *A beata Vavá*, onde existe um espalhamento de uma única voz por várias páginas, aqui, as frases são curtas, um tanto simples, algo que combina em uma conversa entre pai e filho.

Mais adiante, o autor nos leva a conhecer os motivos das prisões de André, quando José Moura fala a idade em que o irmão foi preso: “Foi antes de você nascer. O tio André estava na faculdade, só tinha dezenove anos” (2014, p. 171). Percebemos aqui que a situação traumática foi aos dezenove anos e que no dia em que a narrativa se passa André faria de quarenta, ou seja, foram vinte e um anos convivendo com as marcas traumáticas deixadas pela tortura. O próximo diálogo então marca o tempo, deixa bem claro ao leitor que o tempo não é suficiente para apagar traumas, ainda mais os que não são tratados, aqueles que a sociedade finge não existir: “Quantos anos ele faz hoje, pai? - Quarenta. (2014, p. 171).

Ele paga e os dois retomam a caminhada. O menino para de fazer perguntas, como se estivesse processando o que o pai dissera. José Moura também medita. Era ele quem a polícia queria, não o André. O irmão nem sabia que ele era da organização; ele fazia questão de não envolver André, sempre protegeu o irmão menor. Na segunda vez levaram o André pra pressionar. (2014, p. 172).

André foi preso para que a polícia soubesse o paradeiro do irmão, José Moura. A sua prisão, a sua tortura, foram gratuitas, era uma forma de pressionar Moura a se entregar e/ou delatar os companheiros de organização para libertar o irmão. A tática se mostra covarde por dois aspectos: o primeiro é que torturar um inocente, um familiar, para obter sucesso numa prisão ou delação é, por si só, um ato covarde, inominável. O segundo motivo foi a pressão a que José Moura teve que se submeter ao ver o irmão sendo preso, torturado e, provavelmente não fazer nada para mudar aquela situação, não havia o que fazer. No livro *Brasil: nunca mais*, temos uma amostra de como era a pressão do regime por provas: “Os inquiridos policiais-militares formados para apurar fatos considerados atentatórios à segurança nacional tinha nas confissões extrajudiciais – geralmente obtidas sob insuportáveis coações – o suporte principal da acusação” (ARNS et al, 1999, p. 46).

O narrador descreve a vida de André antes das prisões. O irmão de José Moura estava na faculdade, era estudante de literatura, sonhava em ser escritor, contava histórias, colecionava causos, recitava poemas em voz alta, um jovem que estava empolgado com a sua vida acadêmica, sonhava, tinha planos mais ousados para o futuro. Não era extrovertido, mas também não era introvertido ao extremo, era um adolescente normal indo para a vida adulta. Após a prisão, André muda, consequência das torturas físicas e psicológicas, da experiência traumática do regime repressivo:

Naquela época o André estudava literatura brasileira. Queria ser escritor e tinha a mania de recitar poemas em voz alta. Depois da segunda prisão,

enfurnou-se em casa e não voltou mais para a faculdade. Quase não falava. Passava horas trancado no quarto de cima, vigiando a rua. Se aparecia o cobrador da Light, o carteiro, qualquer outra pessoa de uniforme, ele fechava as persianas e se encolhia num canto do quarto. (2014, p. 173)

Há um total silenciamento sobre o que aconteceu na cadeia, André nunca disse nada ao irmão, preferiu o silêncio à fala. Muitas vítimas preferem não descrever as suas experiências traumáticas, até porque o trauma é, em determinado momento, uma situação que não pode ser descrita, a fala não é capaz de dimensionar os acontecimentos. Ao falar sobre o conto “A mancha”, narrativa que também aborda a questão da ditadura civil-militar, de Luiz Fernando Veríssimo, Teresa Neves escreve sobre a imensa incapacidade de verbalizar o que ocorreu na sala de tortura, na incomunicabilidade do torturado sobre a experiência traumática:

Rogério encontra sempre imensas dificuldades, seja em verbalizar as razões que o mobilizam, seja em desenterrar as recordações daqueles que, direta ou indiretamente, vivenciaram um período do qual não podem ou não querem se lembrar. A ausência de interlocutores, pela recusa ou pelo silêncio, acresce de angústia o caráter incomunicável da experiência na sala de tortura. (NEVES, 2011, p. 4).

Podemos ver uma relação entre “Tio André” e “A mancha” ao discutir a questão do silenciamento. Os personagens de André e Rogério encontram-se em uma enorme dificuldade em verbalizar a violência sofrida nos porões da ditadura civil-militar. Os autores buscaram, através da escrita, a incomunicabilidade e o isolamento como resultado do trauma. A não verbalização é uma forma da personagem mostrar toda a angústia que sofre, transmitindo ao leitor a mensagem dos que foram vítimas daqueles anos de perseguição política.

Após as prisões, André não conseguiu mais ser o mesmo, o trauma tomou conta da sua vida cotidiana, o medo de ser preso novamente o fez ser cada vez mais fechado, cada vez mais desconfiado, todos que eram uniformizados viravam sinônimo de perigo, não existia mais paz para o irmão de José Moura. Interessante notar que a perspectiva do suicídio sempre esteve presente na vida de André após as prisões, não foi algo pensado apenas no dia em que foi encontrado morto pelo irmão no seu barraco, mas sim uma atitude que só estava sendo postergada e que uma hora ou outra iria acontecer: “Um dia correu pro quintal, pulou o muro dos fundos e fugiu. Ao que parece, tinha visto um policial; também procurou formicida e não encontrou” (2014, p. 173).

Segundo Ferenczi, já esgotadas todas as possibilidades do psiquismo em isolar o trauma, em realizar a clivagem, o corpo tende ao suicídio com forma de escapar do trauma vivido e da sua perpetuação durante a vida cotidiana. Assim, podemos dizer na narrativa de Kucinski, que

André não mais tinha como suportar a dor de conviver diariamente com o trauma, não havia psiquicamente um modo de isolar o trauma e manter a sua vida, sendo que se não produziu durante o processo nada de favorável à sua sobrevivência, restou então a auto aniquilação para fugir do processo traumático:

Já sabemos que a saída emergencial do psiquismo, no caso de um trauma, é a clivagem, mas, quando a própria fracassa em manter os fragmentos traumáticos isolados, “o santo protetor deve confessar sua própria impotência e seus embustes bem intencionados à criança martirizada, e nada mais resta, nesta altura, senão o suicídio, a menos que, no derradeiro momento, se produza algo favorável na própria realidade” (FERENCZI *apud* ANTONELLO, 2016, p. 126-127).

Aqui, neste conto, existe um fim, não é uma história de continuidade, a narrativa tem o seu início, meio e fim. André, com medo do “fiscal das águas”, decide colocar fim à própria vida. O medo tomou conta por causa da semelhança entre o trabalhador e o torturador, como diz o narrador em citar a semelhança: “- Aqui não vem polícia nenhuma, guri – diz o caboclo. – Só quem veio no começo da semana foi o fiscal das águas. Apareceu com umas varetas, se fazendo de importante, de bota e capacete, medindo sei lá o quê.” (2014, p. 174-175).

Ao se deparar com uma figura muito parecida com os militares que o torturaram, a experiência traumática se tornou insuportável, o medo de voltar para a prisão foi maior do que o de viver com medo, sendo assim, André decide tomar uma lata de guaraná com formicida. Como já vimos anteriormente, desde a prisão André já tinha a intenção de se matar com o formicida caso alguma ameaça surgisse, fruto do trauma que sofreu ao ser preso. José Moura, ao se deparar com o irmão morto, fita-o demoradamente, como diz o narrador, levantando a possibilidade de um pensamento de culpa sobre o que ocorreu com o irmão, de uma indignação em relação aos militares e/ou uma dor pelo André ter se matado por causa do trauma da tortura:

Na cama estreita forrada por um resto de colchão, jaz o corpo do irmão, mirrado e rígido, o rosto sem vida, os olhos esbugalhados.
- Empacotou - diz o caboclo.
José Moura escancara a porta do barraco e abre sua única janela. Depois fita o corpo demoradamente, inclina-se e fecha as pálpebras do irmão, vê abaixo do estrado a latinha de formicida e a garrafa de guaraná pela metade. (2014, p. 175).

O sobrinho, que ele só viu uma vez, finalmente vê o tio, mas o vê morto, não tem a oportunidade de ter um diálogo, uma conversa sobre a vida, pois a última vez que os viram Ricardinho só tinha três anos. Isso mostra que o trauma da tortura também é responsável pela

separação familiar, pois, a partir do isolamento do indivíduo que sofre a experiência traumática, todos os membros familiares são afetados pela distância. Este testemunho ficcional nos mostra um caso grave, mas que é uma das sequelas mais frequentes de quem passou pela tortura, uma experiência que deixa um alto grau de dificuldade relacional entre os familiares.

Alfredo Martín (2005) nos diz que as consequências da tortura, sendo ela psicológica ou como consequência de alguma violência física, são diversas e foram cada vez maiores devido ao “refinamento” das práticas ao longo dos anos de violência estatal. Esconder a tortura era necessário para que não existissem provas, isso aqui e em outros países da América do Sul, principalmente na Argentina onde a violência por parte do Estado tomou proporções até hoje inimagináveis. Martín também pontua que as sequelas muitas vezes só poderiam ser identificadas tardiamente, muito tempo após as sessões de tortura, frutos de lesões traumáticas:

As sequelas mais frequentes são: os problemas identitários, os processos dissociativos graves, os comportamentos regressivos, os lutos não elaborados, a angústia crônica, a ansiedade e a depressão, a insônia persistente, os pesadelos, a repetição, os transtornos neuróticos ou psicóticos, as alterações dos hábitos alimentares, sexuais, etc., associadas à alta irritabilidade, com crises de clausura mais ou menos graves, os sentimentos de culpabilidade e de vergonha, de perseguição e de dano permanente, a incapacidade de trabalho e perda profissional, o isolamento, os transtornos da memória, da percepção e da atenção (estado de alerta permanente), as dificuldades relacionais com o casal, a família, etc. São assinaladas as frequentes e crescentes dificuldades de inserção laboral. (MARTÍN, 2005, p. 437-438).

Durante a narrativa, José Moura tenta não criticar a polícia de maneira direta para o filho, mas ao fim, ao ver o irmão morto, fala, em tom de desabafo, que sim, foi a polícia que matou o André. A hesitação do pai pode ter alguns motivos: não mostrar ao filho a realidade perversa da violência do Estado sobre os cidadãos, algo que uma criança de oito anos talvez não esteja preparada para ouvir, ou o próprio medo de falar das autoridades, levando em conta toda a sua vida na clandestinidade e as consequências que isso teve. São duas respostas possíveis, porém, pelo tom da narrativa, parece-me que a primeira resposta é a mais sensata, mas José para de preservar a imagem da polícia ao ver que o irmão jaz na frente do filho:

Ricardinho ainda espera lá fora junto ao barco. Súbito corre até o barraco, entra e se agarra na cintura do pai.
 - Pai, o tio André está sonhando?
 - O tio André morreu, filho.
 - Pai, foi a polícia que matou o tio André?
 Por uns segundos ele pensa na resposta. Ele nunca mentiu ao filho.
 - Foi, filho, foi a polícia que matou o tio André. (2014, p.175-176).

O conto “Tio André” nos conta um pouco de como o Estado pode ser o responsável por finalizar vidas mesmo não matando o indivíduo. A narrativa trata do medo, do silenciamento, da angústia, de isolamento, do remorso, da saudade. É um texto diferente da maioria dos que estão presentes nessa obra de Kucinski, pois ele valoriza muito o diálogo, mudando um pouco a forma que seguem os outros contos da obra. Ao fazer isso, entende-se que o escritor quis trazer o ambiente familiar para mais perto do leitor, mostrando que as consequências de um regime político autoritário vai além dos que viveram no período, mas que ela ultrapassa gerações.

3.3 “A mão rezadeira” – Eu rezei tanto

Este é o terceiro conto analisado neste terceiro capítulo que trata da família, fechando o nosso ciclo sobre esse assunto. Ele poderia fazer parte do próximo capítulo, o dedicado à clandestinidade, mas optei por colocá-lo como a última análise deste capítulo por ser um conto que abarca tanto a questão familiar quanto a questão da vida clandestina da luta armada no Brasil ditatorial. Sendo assim, ele se torna uma espécie de transição entre este capítulo e o próximo, mas darei ênfase à questão familiar que é o assunto aqui abordado, sem deixar de falar de como é a vida de alguém perseguido por um regime político.

A narrativa é uma homenagem de Bernardo Kucinski a Ottoni Fernandes Junior, preso político e jornalista que chegou à diretoria internacional da *Empresa Brasileira de Comunicação* (EBC). Ottoni pertenceu aos quadros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso no ano de 1970, durante os anos de maior repressão do regime civil-militar. O jornalista também pertenceu ao jornal *Gazeta Mercantil* e às revistas *Isto É* e *Exame*. Em 2004, ele lançou um livro chamado *O Baú do Guerrilheiro – Memórias da Luta Armada*.

O conto tem três partes, é uma espécie de gradação, sempre começando com uma frase da mãe da personagem presa seguida por uma narrativa que vai até a próxima parte. Não há um diálogo aqui, mas sim um lamento, lamento este que vai se transformando ao longo da narrativa por causa do sequestro do cônsul da Suíça e a possível troca de presos políticos pelo representante do país europeu. A personagem da mãe se vê diante de um grande problema a partir deste sequestro: é melhor o meu filho ficar preso ou ser libertado e continuar sendo perseguido pelo regime?

A primeira parte do conto começa com o lamento da mãe para que o filho não fosse preso: “- Meu filho, rezei tanto pra você não ser preso” (KUCINSKI, 2014, p. 131). O narrador conta então que a mãe visita o filho único pela primeira vez na prisão, que vê os hematomas

que foram resultados das sessões de tortura, algo que ele minimiza. O narrador dá pistas do trauma da prisão, do medo de que algo o acontecesse, que seu assassinato fosse forjado, situação que descrevi no primeiro tópico deste trabalho, na análise do conto “Você vai voltar pra mim”.

Quando queriam se livrar de um preso, os militares assassinavam e diziam que a morte tinha ocorrido em uma troca de tiros ou, por exemplo, durante um atropelamento. A personagem do preso político aqui não acreditava que isso aconteceria por conta das visitas da mãe e do processo na justiça, mas sempre havia uma dúvida: “Preferia pensar no melhor; ia correr processo, então já não podiam sumir com ele. Melhor dizendo sempre podiam, fizeram com alguns, inventando que tentaram escapar, a mãe o estava visitando, muita gente o vira vivo e inteiro na passagem para as celas.” (2014, p. 131).

Segundo reportagem da jornalista Mariana Schreiber, da BBC, publicada em 31 de março de 2014, 50 anos após o golpe civil-militar, a ditadura usava de vários métodos para justificar a morte de militantes nas dependências dos locais de tortura, sendo a simulação de atropelamento, de troca de tiros e de fuga as mais comuns. A reportagem cita o exemplo de João Drummond, na época o regime justificou a sua morte como consequência de um atropelamento, fato que a família rejeitou e entrou, no período democrático, no Ministério Público solicitando a mudança do atestado de óbito. João é apenas um das centenas de mortes suspeitas que ainda estão sob investigação, mais de cinquenta anos após o golpe civil-militar:

O registro da morte de João Batista Franco Drummond já foi modificado por solicitação de sua família. Neste caso, o Ministério Público chegou a recorrer da decisão da primeira instância, que acabou sendo confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em fevereiro deste ano. O regime militar apresentou duas versões contraditórias para sua morte - um laudo do IML (Instituto Médico Legal) da época diz que ele foi atropelado na Avenida Nove de Julho, em São Paulo. Já um relatório do Ministério da Aeronáutica afirma que Drummond morreu em um tiroteio entre militantes e agentes da repressão, no bairro da Lapa, quando a casa em que se encontrava com outros companheiros foi invadida. (SCHREIBER, 2014).

A derrota do preso político é também um assunto dessa narrativa, algo constante nos contos sobre a clandestinidade que serão analisados no próximo capítulo dedicado ao assunto. Quando preso, mesmo que as organizações às quais pertencia incentivassem a resistência dentro da prisão, o preso se via numa situação de extrema vulnerabilidade, não conseguia mais voltar as suas forças para a luta política, mas sim para sair da cadeia, para voltar a ter a sua liberdade. A prisão também era uma forma de libertação, de recomeço, ali o preso deixava todo o cansaço tomar conta do seu corpo e da sua mente, viver na clandestinidade é um peso que muitos não aguentavam carregar por muito tempo.

La fora vivia apavorado, sempre fugindo, trocando de esconderijo, escapando de raspão; nem era mais ele, nas ruas caminhava cabisbaixo, tão escondido de si mesmo que por vezes o abordaram, perguntando se estava passando mal. A prisão pusera fim ao terror permanente; também não precisava encarar ações, cobrir pontos. (2014, p. 131-132).

No livro *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*, os autores descrevem a vida de quem tem que se lançar na clandestinidade para sobreviver à perseguição política e continuar lutando contra o regime. Os clandestinos tinham que romper quase que totalmente os laços familiares para esconder a sua localização e também para proteger os seus entes de possíveis prisões para a busca de informações, algo que vimos na análise do conto “Tio André”, neste mesmo capítulo. A prisão, então, servia como um ponto de reflexão sobre a continuidade sem fim de todo um medo cotidiano ou a aceitação do regime em troca de uma vida comum, normal, com os familiares.

Para além da vivência na prisão, o cotidiano da clandestinidade também marcou de forma indelével a trajetória destes ex-militantes de organizações revolucionárias brasileiras. Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência para estes militantes políticos. Ao ingressar em uma organização da esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas, “aparelhos”, “pontos” e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O militante habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios — uma existência paralela. Em muitos sentidos, cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu próprio país. (ARAUJO, SILVA E SANTOS, 2013, p. 23-24).

Na segunda parte do conto, ele começa com a seguinte citação: “- Meu filho, eu rezo tanto pra te soltarem logo” (2014, p. 132). Nesta parte, o preso já foi julgado, a pena a que foi condenado soma quase vinte anos, o narrador diz que ela é desproporcional, diferente das penas que outros presos tiveram mesmo cometendo o mesmo crime, deixando claro uma perseguição, uma diferenciação de tratamento. A narrativa sugere que a personagem principal não é casado, não tem filhos e não cursou o ensino superior, consequências da vida da luta armada, o filho não viveu, não pode cumprir vinte anos de prisão, ele precisa viver.

A mãe inconformada demandou redução; o filho não cometeu violência. Ficar quase vinte anos na cadeia é uma vida que não se recupera. Ele já cumprira dois anos. Quem sabe com outro advogado – e com as rezas – ela conseguisse redução para dez anos, ou talvez cinco. Aí ele sairia a tempo de retornar a faculdade, viver, casar, ter filhos. (2014, p. 132).

O conto continua descrevendo o cotidiano do preso dentro da cadeia, das greves de fome, do aprender e do ensinar, o compartilhamento de alimentos trazidos pela mãe, que não quebra as regras para ajudar quem está fora do presídio a se comunicar com quem está dentro, é séria no tratamento com todos, inclusive os carcereiros: “[...] evita contrabandear bilhetinhos e não debocha dos carcereiros; um preso político duplamente exemplar, para os companheiros e para a chefia do presídio” (2014, p. 132). Queixa-se da falta de mulher, diz que é pior que os interrogatórios, passa a imagem de que está bem para a mãe, mas suplica a redução da pena, já estava no limite.

Na terceira e última parte da narrativa, ela toma uma direção contrária àquela inicial, fazendo com que a mãe não mais reze para que o filho seja solto, mas sim para que ele continue preso. A razão para isso se dá por conta do sequestro do cônsul da Suíça, raptos que se tornaram comuns na ditadura para serem moeda de troca para a libertação de presos. No entanto, era uma operação perigosa, os presos escolhidos iam para o exterior e eram proibidos de voltar ao Brasil, mas sempre alguém voltava e aqui morria em circunstâncias suspeitas ou simplesmente desapareciam, nunca mais se tinha notícias.

A personagem da mãe fica apreensiva, não deseja que o filho, que já cumpre a sua pena, seja incluso na lista, não quer perdê-lo de uma vez para a luta clandestina, morrendo pela mão de um militar. O narrador cita o crítico literário Alceu Amoroso de Lima (1893-1983) que criticava a ditadura civil-militar por meio de colunas de jornais, este denunciava que muitos dos que retornaram clandestinamente foram assassinados, as mortes sempre lembravam o *modo operandi* dos militares para ocultar as culpas. A ditadura não perdoava quem a infligia qualquer tipo de humilhação, então a morte era uma espécie de vingança pelo ato de ir ao exílio por meio do sequestro de figuras diplomáticas importantes e voltar ao país:

Fora o quarto sequestro para libertar presos políticos. A mãe, que acompanhava, zelosa, tudo o que saía nos jornais sobre a ditadura e os presos políticos, inclusive os artigos do Alceu Amoroso Lima, compusera uma lista dos que haviam sido libertados daquela forma. Depois, no passar dos meses, foi marcando com a cruz da morte os nomes dos que haviam regressado clandestinamente e apareciam nos jornais como desaparecidos, ou atropelados, ou atingidos em confronto. (2014, p. 133).

Ao final, a personagem principal não foi incluída na lista, ficou no país, mas nada além disso é dito, não se sabe qual foi o seu destino final. Este conto, como alguns outros desta obra, não têm um fim propriamente dito, esse final é contínuo, há mais uma interrupção do que um desfecho propriamente dito. Existe uma aparente contradição na fala final da mãe, mas ela se

revela mais em uma urgência de ver o seu filho livre da perseguição do que uma incoerência, a mãe quer o filho livre, mas não apenas solto, com uma liberdade aparente, ela quer a totalidade da vida do filho, quer que ele volte à normalidade, sem problemas com o regime, daí a sua fala final de alívio.

Ele disse que chegaram a incluí-lo na lista dos que seriam soltos em troca do suíço, mas depois deram preferência a um companheiro muito idoso. Estou bem, ele disse à mãe, como sempre dizia.

- Graças ao bom Deus, meu filho. Eu rezei tanto para você não ser solto. (2014, p. 133-134).

Este conto foca mais no peso de ser um militante de esquerda da luta armada, com a sua vida clandestina e sozinha, do que chocar com uma cena traumática. O trauma se encontra presente nas torturas, no medo de ser morto, na experiência de ser preso por um regime de exceção, encontra-se também na personagem da mãe, na vivência de ter um filho preso, na iminência de sua morte. A narrativa testemunha o trauma coletivo dos presos e da família que tiveram seus entes encarcerados nos chamados “Anos de Chumbo”, os piores da repressão política por parte da ditadura civil-militar.

A narrativa se torna interessante porque procura desfazer o papel de um guerrilheiro herói, daquela que sempre está pronto para combater o regime, do militante sempre disposto a vencer todas as dificuldades para continuar a luta. Aqui não. Kucinski nos revela a outra face da luta armada, a face de pessoas que cansam da clandestinidade, que encontram tranquilidade exatamente onde menos esperavam alcançá-la: a prisão. É no cárcere, mesmo em meio às arbitrariedades a que estava exposto pelo regime, que a personagem do preso volta a ter um contato mais próximo com a mãe, algo que a vida na clandestinidade não permitia, até para a própria segurança dos dois, uma vida sem preocupações em organizar ações, em ser morto no combate, em uma troca de tiros ou ser pego e simplesmente morto. A prisão fazia-se, naquelas circunstâncias, um lugar de paz.

A partir da análise destes três contos, percebemos que Bernardo Kucinski encaminha as suas narrativas para tratar de assuntos que ainda hoje, décadas após o fim do regime civil-militar, ainda não foram discutidos, tais como a falta de informação sobre os desaparecidos, o tratamento aos presos políticos que foram torturados durante o regime e a própria memória dos que passaram pelas sessões de tortura e seus testemunhos. O autor também traz a família para o testemunho, uma perspectiva que por vezes é negligenciada, cedendo o pouco espaço apenas para as testemunhas primárias.

A não realização do luto, que discuti teoricamente no primeiro capítulo, assunto do primeiro conto, é algo que necessita de uma ampla discussão e assistência por parte do Estado, é isso que Kucinski denuncia, reverberando as vozes presentes nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, da qual o livro teve sua gênese. O país, ao não construir sua memória, ou melhor, não querer construir, esconde a verdade, esconde cadáveres, esconde famílias, prefere se acovardar a enfrentar a dor provocada pelo próprio Estado. Essa violência, a princípio diluída em poucas famílias, encontra-se no nosso cotidiano, no trauma quase imperceptível do medo em dizer, em denunciar. A ditadura não violentou apenas fisicamente, ela violentou psicologicamente os torturados e suas famílias.

CAPÍTULO IV

A CLANDESTINIDADE

“Ela passava horas imóvel, sentada, de olhos fixos na parede à sua frente. As companheiras a conduziam ao pátio, de volta ao corredor, à cela. Apática, não participava das reuniões do coletivo nem das aulas. Era como se estivesse se autoapagando” - Sobre a natureza do homem. (2014, p. 46)

Chego ao último capítulo deste trabalho, destinado aos que se lançaram na clandestinidade para se opor ao regime instalado em 1964. Aqui continuo a analisar os contos a partir dos testemunhos ficcionais da obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*, mas, agora, lanço o olhar sobre aqueles que foram perseguidos por lutarem efetivamente, com armas ou não, contra os militares. Como nos outros capítulos, este também será composto por três narrativas, situadas tanto no ambiente político da ditadura quanto no pós-regime, apontando, inclusive, questões que se relacionam com as consequências deste término.

Os contos trabalhados são: “Sobre a natureza do homem”; “A troca” e “Dodora”. O primeiro conto, um dos mais emocionantes escritos por Kucinski, retrata a vida de Imaculata, mulher cuja existência foi irremediavelmente destroçada pelas torturas que sofreu na prisão. O segundo conto, “A troca”, gira em torno da dúvida de dois personagens presos em relação à sua liberdade, pois não sabiam qual dos dois seria trocado por um diplomata que se encontrava em cativeiro, o que claramente remete ao sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick (1908-1983). Já “Dodora”, o último da nossa lista, conta a história de Maria Auxiliadora, mais conhecida como Dodora, uma militante que, de uma hora para outra, decide delatar os colegas e contar sobre as atividades clandestinas do grupo armado a que pertencia.

Passo agora a comentar brevemente cada um dos contos analisados neste capítulo. O primeiro, “Sobre a natureza do homem”. Maria Imaculata, a protagonista, havia sido presa quando jovem, mas era pouco ativa nos tempos da luta armada, não participando efetivamente das ações nem dos seus planejamentos. Quem conduz a narrativa e nos encaminha ao universo de Imaculata é Rui, seu colega de faculdade e partícipe ativo de ações armadas do grupo ao qual pertencia. Maria é presa, torturada e, em consequência disso, entra em um estado de desligamento do mundo, dada a gravidade das sessões de tortura física e psicológica a que foi submetida. É, então, internada em uma clínica psiquiátrica, onde é abusada sexualmente e tem

um filho fruto dessa violência, uma criança que já nasce querendo vingança por toda a dor que a mãe sofreu.

O segundo conto, “A troca”, leva o leitor para o ambiente do presídio e das ações que os grupos de oposição empreendiam para soltar os seus membros presos, tais como o sequestro do corpo diplomático estrangeiro. Neste ambiente de uma cadeia comum com presos políticos, os funcionários apresentam-se mais amistosos do que os militares em suas dependências, geralmente usadas pra torturas. No entanto, embora se construa esse clima de aparente amistosidade, não cessa o expediente da tortura: a cada informação nova, os presos eram novamente levados para as sessões onde reinava a dor.

Os personagens principais desse conto são dois: Reinado e Celso, cada um deles com seus próprios anseios em torno da ideia de liberdade. Reinaldo imagina uma vida fora da prisão, mas deseja cumprir a sua pena e sair da clandestinidade, pois, para ele, a luta está perdida, não vale mais a pena o sacrifício. Já para Celso, o sequestro é uma oportunidade de sair da cadeia e ir para o exílio em Cuba, onde sonha cursar medicina. O desenrolar da narrativa gira em torno do debate entre os dois sobre valer ou não a pena ter o seu nome na lista dos que vão ser trocados pelo cônsul suíço, um debate que finda por revelar uma profunda divisão e desilusão com a luta armada.

Finalmente, temos o conto “Dodora”, uma narrativa que enfatiza o quanto a clandestinidade pode se tornar um peso insuportável. O narrador, em primeira pessoa, rememora o tempo da faculdade e, nas conversas que tem com os amigos, finda por surgir, recorrentemente, o nome de Dodora ou Maria Auxiliadora, uma militante firme em suas convicções e que era a única mulher a pegar em armas na organização. Mais adiante, porém, sabemos que a militante exemplar para todos fez o que ninguém esperava: entregou-se para as forças de repressão e disse todas as informações que sabia aos órgãos de inteligência da ditadura, todos os nomes e endereços. Os personagens, porém, arriscam a dizer que Dodora fez tudo isso porque não se medicou e suspeitam que ela teve a chamada “síndrome da tortura”, ou seja, o medo de ser presa e passar pela tortura. Fica evidente, portanto, que o conto aborda os limites entre ideias, luta e o medo de ser preso, morto e torturado.

Apresentados os contos, evidencio que, neste capítulo, objetivo mostrar a memória, o testemunho e o trauma por meio do olhar de personagens ficcionais que representam quem foi para a luta contra o regime militar, destacando os seus traumas e desfazendo uma aura de que não existia medo nas ações contra a ditadura. Esconder-se, mudar de endereço constantemente, ficar longe da família, afligir-se constantemente por conta das ações cada vez mais cruéis do regime, todas essas são facetas trabalhadas pelo escritor Bernardo Kucinski nas narrativas aqui

discutidas. O que destaco, portanto, é que os três contos mostram essa realidade pouco conhecida do testemunho sobre a vida na clandestinidade e como os ideais iam se desmanchando conforme a luta ia sendo perdida.

4.1 “Sobre a natureza do homem” – irreversível

Este conto foi escolhido para o ser o primeiro deste capítulo sobre a clandestinidade por conta do seu conteúdo evidenciar, com muita clareza, o que pretendo pôr no centro da discussão que construo neste capítulo. Preciso registrar também que este é, sem dúvida, um dos mais emocionantes desta coletânea de Bernardo Kucinski. Aqui temos a história de Imaculata, que já apresentei brevemente. Presa e torturada, nunca mais se recuperou das sequelas das sessões a que foi submetida. Já nas primeiras linhas do conto, temos a informação de que ela vive em um total isolamento, nem falar ao telefone quer: “A Imaculata não fala ao telefone” (2014, p. 43), diz a voz que atende o narrador.

O narrador, por sua vez, é identificado aqui como um colega de faculdade de Imaculata, também preso na mesma época. Seu nome é Rui de Almeida e ele telefona porque se preocupa com o término do prazo para o pedido de indenização do governo, informação que nos situa temporalmente no conto: algo nos idos da segunda metade da década de 1990. Essa informação não está explícita, é necessário que o leitor tenha uma leitura prévia dos acontecimentos para saber que houve, neste período dos anos de 1990, este reconhecimento parcial por parte do Estado em relação aos crimes do regime, bem como o pagamento de indenizações simbólicas a quem foi torturado durante o regime civil-militar. No capítulo II, durante a análise do conto “Joana”, enfatizei esse reconhecimento, o qual se dava através da lei 9.140:

Na verdade estive preso na mesma época que ela, no mesmo presídio, só que na ala masculina. Nós nos conhecemos na faculdade, mas estou telefonando por causa da prisão. Na segunda-feira termina o prazo para pedir indenização e fiquei sabendo que ela não entrou com o pedido. (2014, p. 43).

Voltando ao narrador, Rui de Almeida, cabe destacar que este é, aparentemente, um psicanalista, profissão que versa sobre o trauma, uma característica que o autor pode ter usado para fazer referência às situações traumáticas que várias pessoas e a personagem principal passaram durante os anos de repressão política. O narrador começa, então, um processo de rememoração dos tempos da faculdade, de quando conheceu Imaculata, das suas características físicas e sentimentais, uma espécie de auto sessão na qual somos instigados a

entrar. Rui lembra da sua proximidade com uma estudante delicada e sempre disponível para conversar:

A imagem de Imaculata permaneceu indo e vindo, como um luminoso piscando na minha retina. Maria Imaculata, delicada, miudinha, cabelos louros encaracolados, óculos de aros finos, fala suave, sempre alegre e disponível para meia hora de conversa; pelo menos era assim comigo, ali mesmo, no pátio da faculdade. (2014, p. 44).

É importante notar que o relato de narrador é parecido com a fala de alguém que já sofreu um trauma, sendo notória a dificuldade de lembrar e de colocar em palavras o que aconteceu. Suas lembranças são resultado de uma certa complexidade, as imagens vêm e vão em sua mente, a totalidade nunca está presente na sua fala. Mesmo que Rui tenha seguido com a sua vida, ele também é um personagem traumatizado pela prisão e, desse modo, o conto não é apenas sobre Imaculata e sua situação de angústia e isolamento. Conforme a narrativa se desenrola, evidencia-se, cada vez mais, que o conto é também sobre esse homem que carrega consigo essa mácula da prisão, uma mancha que os militares colocaram em sua vida e que não foi superada, mesmo sendo o narrador um psicanalista, o que deve ser uma sugestão do autor de que o personagem tentou superar o trauma por meio da escolha profissional, o que, conforme se nota em sua fala, acabou não ocorrendo. No entanto, em momento algum o narrador se diz traumatizado, não reconhecendo, portanto, a sua condição de sujeito que passou pela experiência traumática.

Rui lembra que Imaculata era apenas uma simpatizante, logo, nada tinha a ver com as decisões mais nucleares da organização a qual ele pertencia. Ele chega a descrever que havia um código de segurança no qual havia determinações de conversar regularmente e até o anoitecer, mas narra que, na época, não houve o cuidado necessário para que ele e Imaculata não fossem vistos juntos, o que poderia ter evitado o envolvimento da jovem estudante na sua vida clandestina. Em algum momento, Imaculata foi associada ao grupo armado e, por consequência vigiada pelos “olheiros” do regime que existiam nas universidades.

É interessante pontuar que, quando o narrador fala sobre os códigos de segurança, acabamos mergulhando, de certa forma, neste mundo marginal das preocupações dos integrantes dos grupos de oposição ao regime. É o caso do trecho abaixo:

Lembrei-me de súbito daquela tarde, quando ficamos até quase anoitecer. Eu não deveria conversar com ela regularmente, essas eram as regras de segurança; ela era uma simples simpatizante, ajudava em tarefas leves, eu sabia disso, ela é que não sabia que eu também pertencia à organização. Eu

era de um grupo de ação armada, não deveria conversar à toa com ela. (2014, p. 44)

Outra questão que cabe destacar é que, neste conto, temos a descrição da prisão, algo não muito comum nos contos de Kucinski, pois, em sua maioria, a ação já está concluída e a narrativa já se passa na prisão ou após a saída dela. Na exposição do personagem, o narrador diz que, após uma de suas conversas com Imaculata, percebeu que estava sendo perseguido por agentes do governo, os quais tinham a missão de acompanhar o dia a dia de quem pertencia às organizações de oposição ao regime e esperar o momento para a prisão e a posterior tortura e, em vários casos, até o assassinato do indivíduo. A culpa pela prisão, ao contrário do que se possa imaginar, não foi de Rui, pois recorda que não sabiam quem ele era; quem estava sendo vigiada era Imaculata: “Eles não sabiam quem eu era, mas nos fotografaram conversando” (2014, p. 45).

Como afirmei no parágrafo anterior, o narrador conta toda a cena de como se deu a abordagem e a prisão de Imaculata, lembrando que a seguiram do ponto de ônibus e, a partir dali, então, ocorreu a sua prisão por parte de um agente do governo ditatorial. Nesse momento, Rui passa a descrever também o seu mergulho na vida da clandestinidade, quando precisou usar disfarces para despistar a repressão que estava cada vez maior sobre o seu grupo. O narrador também revela como se dava a vida na clandestinidade em momentos de emergência: existia sempre alguém dentro do grupo de oposição que dava cobertura quando o militante se sentia ameaçado. O narrador deixa em suspenso, ainda, a suposição de que “alguém levava os tiras à Maria Imaculata”, ou seja, parecia haver um infiltrado que dava informações aos militares:

Não esperei o tira voltar. Despi-me da malha cinza e, com ela e o boné na pista, já de visual transformado, saí da biblioteca tentando controlar o nervosismo e peguei o primeiro ônibus para o centro. Uma hora depois, já caminhava no calçadão ao lado do meu contato de emergência. Alguém levava os tiras à Maria Imaculata e dela chegaram a mim. (2014, p. 45).

Nos próximos parágrafos o narrador continua descrevendo como se deu a prisão de Imaculata: de maneira violenta, sem ordem judicial, sem direto à defesa. Foi levada, então, para o centro onde se deu toda a sessão de tortura, onde confessou que conhecia Rui, dizendo a verdade, que o conheceu na faculdade, mas não sabia de qualquer atitude dele ligada à oposição ao regime autoritário civil-militar.

Foi quando reencontrei Imaculata na cadeia, muito machucada. Ela passava horas imóvel, sentada, de olhos fixos na parede à sua frente. As companheiras a conduziam ao pátio, de volta ao corredor, à cela. Apática, não participava das reuniões do coletivo e nem das aulas. Era como se estivesse se

autoapagando. Assim permaneceu por três anos, parecendo embotada, sem reagir a nada, sem demonstrar afeto, desgosto ou o que fosse. Até a chegada da anistia, quando fomos todos soltos no mesmo dia. (2014, p. 46).

A sua primeira experiência traumática é, portanto, a prisão, na qual, segundo o narrador relata, as torturas foram as piores possíveis, de uma grande “selvageria”. Após sucessivas sessões, Maria Imaculata foi-se apagando aos poucos, fechando-se em um mundo próprio, deixando de ser sociável com os colegas como antes. Rui diz que a causa de tais estragos não são as torturas em si, mas a expectativa de ser torturada: “Mas a expectativa de ser torturada de novo e de novo fez mais estragos nela do que a tortura física. A Imaculata se apagou, ficou abúlica” (2014, p. 47).

Após a Anistia, lei promulgada pelo último presidente militar, João Figueiredo, em 1979, os presos políticos foram finalmente libertados e, sobre isso, o narrador faz uma descrição ao ser solto. Descreve a desilusão com a oposição e diz que os gritos de ordem eram apenas uma fuga para disfarçar a derrota: “companheiros se despediam na calçada, aturdidos pela súbita reentrada num mundo sem grades; a percepção imediata de que tudo o que ficara já não valia, e de que o grito de ‘a luta continua’ era apenas um subterfúgio para a sobrevivência” (2014, p. 46). Imaculata sai no mesmo dia que Rui; neste momento, Maria ainda tinha a capacidade de lembrar, de ter gestos sociáveis, tanto que o narrador diz: “ela de repente olhou para trás e sorriu para mim, um meio sorriso, suave” (2014, p. 46).

A partir deste ponto, o narrador passa a ser a testemunha da testemunha, ou seja, ele relata o que foi dito pelo advogado de Imaculata. É através desse personagem que Rui nos dá os detalhes da vida posterior da sua ex-colega de faculdade, pois se percebe que houve uma separação entre os personagens após a saída da prisão. Não fica claro o porquê dessa separação e nem como foi a vida de Rui após a anistia; estabelece-se um verdadeiro vácuo entre esse momento e a ligação que inicia a narrativa, o que pode ser explicado como consequência do trauma sofrido. O advogado prossegue, diz ao narrador o que se passou com Maria Imaculata, da sua vida após prisão e sua ida para uma clínica.

Na clínica então, Maria Imaculata passa por uma segunda experiência traumática, não proveniente dos militares, mas consequência desta, pois ela se torna uma paciente em estado vegetativo por culpa das sessões de tortura pelas quais passou após ser presa. Ao ser internada, a paciente começa a sofrer uma série de abusos sexuais por parte de dois outros pacientes da clínica. Esses abusos duraram meses e, por causa do estado de não reação de Maria, nada foi denunciado; só se soube da situação a partir do momento em que Imaculata ficou grávida.

Seligmann-Silva destaca, em *Literatura e Trauma*, um conceito teórico de W.G. Niederland, datado de 1967, quando, em Copenhague, este apresentou o conceito da “síndrome do sobrevivente”, estudo direcionado para os sobreviventes do holocausto, o qual podemos atribuir aos torturados durante a ditadura civil-militar que sobreviveram e não mais se recuperaram do trauma sofrido nos porões do regime. Vejamos o conceito:

W.G. Niederland cunhou então o conceito de “síndrome do sobrevivente”. Para ele, o sobrevivente é caracterizado por uma situação crônica de angústia e depressão, marcada por distúrbios de sono, pesadelos recorrentes, apatia, problemas somáticos, anestesia afetiva, “automatização do ego”, incapacidade de verbalizar a experiência traumática, culpa por ter sobrevivido a um trabalho de trauma que não é concluído. (SELLIGMANN-SILVA, 2002, p. 140).

A personagem Imaculata certamente pode ser associada à “síndrome do sobrevivente”, pois sofre e não tem como verbalizar a situação traumática pela qual passou, nem as outras pelas quais passaria, sendo, assim, uma vítima que perdeu quase que completamente as condições de viver em sociedade por conta de tudo o que sofreu.

O desfecho do conto se dá com o nascimento do filho, fruto da violência sexual sofrida no hospital psiquiátrico. O advogado revela para Rui que Imaculata teve o filho, mas que ora acalentava, ora não cuidava da criança, tornando a convivência entre os dois perigosa, pois o menino corria risco de morte com a mudança de humor da mãe. Imaculata “apagou” para o mundo, deixou de viver, passou a tomar remédios diariamente e a viver isolada na chácara dos pais, longe dos vizinhos e dos olhares mais curiosos. No último trecho, quando Rui pergunta como o menino está, o advogado revela que o trauma não morrerá em Maria Imaculata, mas continuará com o filho: “O garoto está com quatro anos, é esperto, diz que a mãe ficou doente por causa de uns homens do mal que a maltrataram e que quando crescer vai comprar uma espada bem grande e matar todos eles” (2014, p. 48).

A narrativa se mostra, portanto, uma história de sobrevivência ao trauma de ser torturada pela ditadura e também a uma segunda experiência traumática, causada pela violência sexual. O conto debate, então, como o Estado e a negligência podem acabar com a vida de alguém que tinha uma convivência social normal, levando novamente à reflexão sobre a responsabilidade do governo em relação a várias famílias que foram abaladas de maneira definitiva pelas torturas e as consequências que estas trouxeram. O conto parece, desse modo, resgatar o testemunho dos casos mais graves, daqueles que não conseguiram nem voltar à realidade, isolaram-se, adoeceram definitivamente.

4.2 “A troca” – o sonho, o pesadelo

“A troca” é o segundo conto analisado neste bloco sobre a clandestinidade. Esta narrativa se distingue das outras pela sua estrutura, com um narrador em terceira pessoa, uma mistura de diálogos entre os personagens que se encontram dentro de uma prisão política e estão envolvidos em saber o desfecho do sequestro do cônsul, figura feita prisioneira por combatentes da luta armada que usavam pessoas importantes como moeda de troca de prisioneiros. O conto é dividido em cinco partes, sendo as três primeiras sobre personagens: Agenor, Reinaldo e Celso; e as duas últimas sobre o diálogo e a troca propriamente dita.

Esse conto aborda um assunto, também discutido em “A mãe rezadeira”, que gravita sobre a difícil decisão de continuar ou não na luta após a prisão; essa é a questão central no diálogo entre os presos políticos Reinaldo e Celso. Reinaldo quer ter uma vida comum, não quer ser um dos escolhidos da lista que a organização divulgará em breve. Celso, por sua vez, quer ser um dos escolhidos, que ir ao exílio, a Cuba, estudar medicina. Os dois dividem a mesma cela e, ao longo da narrativa, começam uma discussão sobre como deve ser o desfecho do sequestro. Reinaldo é cético sobre o destino da luta, ideologicamente desacreditado, e Celso, que ainda sonha em ter uma vida engajada, tem esperança, de certo modo, na continuação da luta entre os blocos econômicos que disputavam, naquele momento, a hegemonia política e econômica do mundo.

A primeira parte da narrativa se intitula “Agenor” e gira em torno de um agente penitenciário que se distingue da imagem que nós temos de alguém que trabalha em uma prisão: o funcionário é o responsável por repassar aos presos, sem o conhecimento dos superiores, as notícias, quebrando o isolamento que a ditadura exigia aos que estavam encarcerados por motivos políticos. É ele quem diz a Reinaldo que um grupo armado sequestrou o cônsul e que pede vinte prisioneiros em troca da libertação do diplomata. Entretanto, após isso se cala, pois tem medo de falar mais do que deve, uma vez que o ambiente, como de qualquer cadeia, é de medo e constante vigilância sobre o que se diz.

Pela fala de Agenor, percebe-se que o narrador não fala de uma cadeia política, ou seja, de um ambiente que foi construído para a repressão do regime, mas sim de uma prisão comum, destinada a presos comuns, mas que acabou virando também um lugar para onde iam presos de natureza política. É possível inferir, então, por conta de ser este o ambiente, que o personagem de Agenor é mais flexível com os presos, já que não é um militar, mas sim um funcionário público civil, um carcereiro que tenta ganhar um pouco mais fazendo “negócios” com os presos das organizações da luta armada. O carcereiro busca facilitar a vida de todos em troca de um

dinheiro extra no fim do mês, algo que os presos políticos poderiam oferecer, pois tinham, no geral, uma condição financeira melhor que a dos presos comuns:

Agenor detesta quebras de rotina. Atrapalham seus negócios, que melhoraram com esses presos tão diferentes dos outros. A maioria tem pai rico ou remediado, a revista é relaxada, tranquila, não tem isso de droga escondida na boceta, estilete nos cabelos, não tem confusão. Agenor passa tudo: bilhetezinho, roupa, remédio, cigarro, comida. Anota num caderno e de sábado em sábado acerta as contas. É o território dele, a freguesia dele, os melhores clientes que já teve. (2014, p. 73).

O personagem hesita entre entregar a lista e, assim, manter um relacionamento saudável com os presos ou ser discreto sobre a mesma, divulgada nos jornais, a qual os detentos não teriam acesso por conta do isolamento da prisão: “Não posso desertar deles numa hora dessas, pensa Agenor. Hesita. Entrego ou não entrego a lista? Tem pena, a lista está em tudo que é jornal, só os coitados é que não sabem” (2014, p.73). Logo após, porém, com medo que a situação fuja ao seu controle, ele repensa a sua decisão: “não pode facilitar, o chefe alertou; os milicos estão muito putos. E os presos também já estão eriçados” (2014, p. 73). A última fala reforça que estão em uma prisão comum, pois evidencia o distanciamento de Agenor do regime ao utilizar o termo “milicos”, algo que um militar não falaria sobre a própria condição; essa ambientação do conto em uma prisão comum evidencia que, para o regime, os presos como os que formam o conjunto de personagens aqui citados já não são prioridade na obtenção de informações e, por conta disso, são descartados para o sistema prisional comum.

A segunda parte do conto é uma descrição sobre a vida de Reinaldo, preso político que veio de um aparelho (grupo armado) que já não existe, dissolveu-se após concluírem que a luta não era a melhor solução para derrotar o governo instalado após o golpe. Reinaldo busca cumprir sua sentença de um ano e depois voltar para casa dos pais, concluir o curso superior e talvez trabalhar na fazenda de cacau da sua família na Bahia, algo que o tiraria da vida clandestina, um cotidiano que ele não mais quer para si. Por ser ele um dos presos que não deletaram sob tortura, o que faz ter um certo prestígio entre os detentos e os que continuam livres, na oposição armada ao regime, finda por pensar que pode ser um dos que estão na lista que Turquinho (Agenor) não entregou a ninguém:

Isso reduz a probabilidade dele estar na lista, conclui aliviado. Depois pensa o contrário: sempre incluem presos de prestígio, como é o caso dele, que não entregou ninguém. Até a imprensa estrangeira falou dele, das sequelas que ficaram para sempre, do descontrole das mãos e da surdez no ouvido direito. A Anistia Internacional fez campanha. (2014, p. 74)

Reinaldo, como a maioria dos presos políticos, também passou pela experiência traumática das torturas e ainda o levam para essas sessões quando descobrem um fato novo que o coloquem em ligação com outro membro da oposição. Isso reforça que, embora esses presos já não se encontrassem no espaço físico das cadeias militares, sempre que o regime quisesse uma informação nova, voltaria a torturar esses detentos.

Nesta narrativa, diferentemente do que ocorre em contos anteriores, o narrador revela sobre os pensamentos do preso político, descrevendo os sentimentos, as sensações, o que pensa Reinaldo antes de ser levado para o “fundão”, provavelmente o lugar de tortura usado para que os presos “confessassem” algum “crime” que o sistema quisesse apurar. Narra-se, então, sobre a sensação de ir para a tortura, onde o torturado busca não pensar na dor antes de senti-la, quer encher os pensamentos com derivativos entre o que vai acontecer e o que o possa levar para longe do momento das torturas:

O pior de tudo é o medo de ser lavado de novo pro fundão. Reinaldo conta quantas vezes o arrastaram: cinco. Todos fazem essa contabilidade macabra. Cada vez é como se fosse a primeira, tentando adivinhar o que vão fazer e ao mesmo tempo tentando não pensar no que vão fazer, buscando um derivativo, um pensamento que os torne insensíveis à dor. Depois a dor; depois nada. (2014, p. 75)

A terceira parte do conto centra-se em Celso, o oposto de Reinaldo. Ele ainda tem que cumprir seis anos de pena, algo que o incomoda, pois quer estudar medicina e estaria muito velho para o curso caso cumpra todo o tempo que ainda falta da sua pena. Por isso, torce para que tenha sido o seu grupo o autor do sequestro do cônsul, pois, assim, ele teria mais chances de ir ao exílio, provavelmente em Cuba, e cursar medicina. Celso também não aguenta o sofrimento da mãe em vê-lo preso e a vergonha do pai, que mente sobre o seu paradeiro. Temos aqui uma situação parecida com a do conto “O velório”, onde existe um medo de relatar o que houve, um silenciamento causado pelo temor do julgamento público, uma vez que todos os militantes de esquerda eram considerados traidores da pátria e terroristas:

Há anos só vê a mãe em lágrimas. Se sair, esse sacrifício acaba. A choradeira também. A mãe vai poder visita-lo no exílio, pelo menos uma vez por ano, talvez duas. O pai espalhou que ele está na Bélgica, estudando medicina. A mãe, que nunca mentiu, teve que inventar um tratamento em São Paulo, para explicar as viagens aos vizinhos. O que será que o velho vai dizer quando os jornais publicarem a lista? Sorri pensando nas gozações em cima do pai; com a falta de assunto no interior, isso vai durar mais de ano. (2014, p. 76-77)

O sofrimento familiar pela prisão é, então, duplo: sofre-se pelo ente estar preso e por esconder os motivos do filho(a) não aparecer em casa. O governo ditatorial propagandeava que os opositoristas, principalmente os que pegavam em armas, eram figuras extremamente perigosas e que queriam destruir o país. É necessário lembrar que a ideia geral repassada pelo Estado é a de que não tínhamos um golpe, mas sim uma contrarrevolução que frustrou um suposto plano de fazer do Brasil um país socialista, um termo que se espalhou por quase toda a sociedade brasileira. Sendo assim, é compreensível que as famílias se preservassem ao máximo diante de um cenário completamente desfavorável para a denúncia da prisão política ou, simplesmente, para a defesa dos seus familiares presos.

Diante dessa situação, a saída que Celso encontra em meio a sua prisão é ir para o exílio, em Cuba, onde poderia, pelo menos, recomeçar a sua vida e continuar militando. Seria um cenário, bem ou mal, ideal para ele, já que concretizaria o seu sonho e também não abandonaria a sua vida contra a ditadura civil-militar instalada no Brasil. Celso, enquanto preso, estuda para recomeçar a faculdade, pois ele, segundo o narrador, havia acabado de concluir o primeiro ano do curso de medicina quando começou a se engajar na luta armada. Pouco tempo depois, o jovem estudante de vinte e dois anos teve que abandonar o curso e cair de vez na clandestinidade até ser preso pelo regime:

Tinha terminado o primeiro ano de medicina quando se engajou; seis meses depois teve que abandonar e cair na clandestinidade. Foi muito azar a troca de tiros. Pegou uma das penas mais longas. Quer continuar na luta pelo companheiros que morreram, embora tenha algumas dúvidas; em todo caso fazer medicina e sobre Cuba é uma certeza. Sobre a medicina e sobre Cuba, nunca teve nenhuma dúvida. (2014, p. 77).

Mesmo que o personagem Celso sugira alguma intenção de voltar à luta armada, é notório, em algumas partes do texto, que, para ele, a vida da clandestinidade é dolorosa: “Se o mandarem voltar clandestino para prosseguir a luta, é até capaz de aceitar. Mas prefere não voltar” (2014, p. 77). Aqui a vida clandestina é discutida novamente como uma questão delicada, pois, ao mesmo tempo que um militante clandestino luta para mudar a realidade do país, a questão pessoal também pesa, uma vez que é preciso sacrificar a convivência familiar, é preciso se esconder, é necessário ir contra o aparelho gigantesco estatal e suportar a pressão de ser preso, torturado e provavelmente morto, sem um julgamento justo ou nem a garantia de um julgamento.

Mesmo que Celso não aceite ficar preso, pois isso impossibilita a continuação da sua carreira na medicina, voltar à clandestinidade não é uma opção feita sem custos. Nenhum dos dois, nem Reinaldo e nem Celso, querem ser clandestinos, mas para este último, que ainda

acredita nas ideias que o levaram à luta armada, esta é a única saída possível para não perder a sua juventude dentro da prisão, pois, ao contrário de Reinaldo, Celso tem uma pena maior a cumprir. “A cadeia inverte tudo. Na cadeia estudar não é chato. Se sair agora, ainda há tempo, tem só vinte e dois anos. A medicina em Cuba é a melhor do mundo. Se tiver que cumprir mais seis anos, vai estar muito velho”. (2014, p. 77).

Na quarta parte, intitulada “diálogo”, começa uma espécie de debate entre os dois presos, cada um deles defendendo o seu ponto de vista em relação ao sequestro e ao seu futuro. Nesse momento, o narrador esclarece que existe uma antipatia mútua que tem uma origem mais antiga do que a prisão, tendo começado quando os dois trabalhavam em jornal, provavelmente de militância política, e a rivalidade acontecia por conta das áreas de atuação de cada um: Reinaldo na cultura e Celso na editoria de política. A rivalidade se acentua com a prisão dos dois, pois Celso busca a todo momento o enfrentamento com o regime, mas Reinaldo não quer mais esse tipo de atitude, muito por conta de não querer se envolver com ações contra o governo dentro da prisão, para não prejudicar o andamento da sua pena.

- Porra, você é mesmo um bundão!
 - Não enche o saco, Celso! Faz quatro anos que você me enche o saco: eu digo sim, você diz não; eu digo não, você diz sim...parece criança, só quer contrariar
 Antes da prisão eles já viviam às turras no jornal, o grupo do Reinaldo mandava na editoria de cultura e o do Celso na de política. Na cadeia a antipatia mútua se acentuou. A cadeia embrutece, afia as arestas” (2014, 78).

A continuação do diálogo é toda no sentido de Reinaldo “denunciar” que as organizações de esquerda também controlavam os passos dos seus integrantes no exílio, pois era como se o exilado tivesse uma dívida caso a ação de troca tivesse sucesso. Ao mesmo tempo que Celso idealizava a vida em Cuba, estudando medicina, Reinaldo a via como uma segunda prisão, pois só poderia estudar e trabalhar caso o partido deixasse; era como se o exílio fosse, então, uma segunda clausura, onde os seus passos seriam controlados o tempo inteiro, mesmo que numa aparente liberdade.

Kucinski, portanto, novamente toca no assunto dos exilados que voltavam e eram mortos, como uma vingança do regime. Em “A mãe rezadeira”, conto analisado no capítulo III, o autor também lembra dos que eram assassinados a partir do momento em que o regime sabia que um exilado, principalmente aqueles que haviam sido trocados por figuras diplomáticas, estavam de volta ao país. Reinaldo alerta Celso sobre essa situação, de que, caso fosse ao exílio e quisesse voltar ao país de forma clandestina, corria sério risco de morte, pois o regime

totalitário nunca esqueceria as humilhações políticas. Diante disso, o sentimento de derrota do personagem Reinaldo é imenso e passa a temer fazer parte da lista, não vê mais sentido em continuar a luta contra o governo e não quer mais se envolver, pois começa a considerar que os riscos são grandes demais para aqueles que fogem do país e depois são deixados à própria sorte:

- Continuar pra quê, porra? Pra soltar as pessoas e depois elas serem mortas? Você é cego? Não vê o que anda acontecendo com quem tá voltando? Abatidos um a um, assim que chegam. Voltam para serem mortos. Estamos mais seguros aqui do que lá fora.
- Você só diz isso pra me aporrinhar, é um derrotista.
- Não é nada disso; é pra te advertir. Em vez de estudar medicina, vão te mandar pro treinamento, isso sim, e depois te mandar de volta, clandestino, pra continuar a luta aqui. Que eu saiba, a ordem é essa.
- Ninguém é obrigado, nossa organização não força, tem alternativas para quem não quer voltar.
- Mas o cara fica estigmatizado; tem que justificar muito bem e mesmo assim fica marcado. Você não me chama de bundão? Pois é como vão te chamar. (2014, p. 79-80)

A quinta parte do conto mostra o desfecho: quem foi trocado pelo diplomata suíço sequestrado. O narrador conta que, na hora do almoço, a prisão começa a fervilhar com a tensão sobre a dúvida de quem está na lista: “Alguns batem nas grades, exigindo o banho de sol. Mas querem mesmo é a lista. Começam a gritar, a lista, a lista” (2014, p. 81). Os presos também, diz o narrador, não querem simplesmente sair da cadeia e irem para o exílio, querem se despedir da família e tomar algumas medidas legais para se resguardarem de possíveis processos que o regime poderia impor no futuro, mas, do mesmo modo que vimos em “Você vai voltar pra mim”, aqui também a justiça era completamente parcial ao regime e a cobertura legal era praticamente nula: “Não querem ser pegos de surpresa, querem deliberar, fazer arranjos, dizer adeus à família, consultar advogado, saber se devem exigir algum atestado, uma declaração de que estão sendo levados à força” (2014, p. 81).

Quanto mais o conto se encaminha para o seu desfecho, mais ele se afunila em direção de Reinaldo e Celso: daquela cadeia apenas os nomes dos dois estava na lista. Os presos escolhidos são, então, “tratados”, o que se configurava uma espécie de “maquiagem” do regime político para mostrar ao mundo que, mesmo em condição de humilhação, os presos eram bem tratados, recebiam tratamento humanizado, o que, é claro, só se dava por conta da exposição dos detentos na imprensa. Reinaldo e Celso são, então, levados para a base aérea, tiram a fotografia oficial e depois embarcam, sem saber o destino, em viagem com os demais presos políticos libertados, ao todo dezenove.

No fim da tarde, Agenor vem buscar os dois presos da cela 1: Celso e Reinaldo. Ainda sem dizer nada, leva-os para o chuveiro. Uma hora depois, são trazidos de volta, escanhoados e de cabelo aparado. Trajando terno e calçando sapatos novos. Assim, o pavilhão fica sabendo que os dois estão na lista. Só os dois, os demais devem ser do presídio do Hipódromo ou do pavilhão 5, ou de outros estados. (2014, p. 81).

O parágrafo final do conto, entretanto, guarda uma ironia para Celso, o mesmo que queria tanto ir para o exílio, principalmente Cuba, e continuar sua faculdade de medicina. A ele foi imposto um acordo de veto entre a organização que orquestrara o sequestro e o regime: na situação da libertação dos presos, por conta de Celso ter sido condenado por homicídio, seu nome havia sido retirado da lista. Então Celso, logo ele, que idealizava uma vida no exílio, é deixado para trás, não viaja, volta à prisão e Reinaldo, que não queria ir, que preferia cumprir sua pena para deixar a cadeia e sair da clandestinidade vai para o exterior, continuando sua vida clandestina: “os milicos conseguiram impor um veto a Celso, alegando que fora condenado por crime de morte. Foi devolvido à cela sem terno, descalço” (2014, p. 81).

4.3 “Dodora” – medo/alívio

“Dodora” é o nono e último conto analisado neste trabalho. A força dessa narrativa, em meu entendimento, está no fato de ela se centrar na questão da luta armada e suas consequências, tanto no aspecto pessoal quanto no aspecto político. Temos a história de cinco amigos que se reúnem para conversar sobre os velhos tempos de faculdade e também de quando participavam de atividades políticas de oposição ao regime autoritário instaurado em 1964. O narrador não participou dos principais acontecimentos descritos por seus colegas e isso é o fio condutor da descoberta da personagem, que causa admiração e, ao mesmo tempo, espanto por sua atividade dúbia dentro da luta. Este conto é, então, antes de tudo, uma narrativa de dúvidas, em que o leitor é levado a participar e a refletir sobre quem foi Dodora.

O conto se inicia com o relato em primeira pessoa, no qual o narrador é personagem e fala das reuniões que aconteciam de tempos em tempos na casa de Alberto, um dos cinco amigos que ali conversavam sobre os tempos da universidade e de quando se organizavam para lutar contra a ditadura civil-militar instalada no país no tempo em que eram estudantes. Porém, o narrador não conviveu com Dodora, só ouvindo o seu nome através dos amigos, das histórias da revolucionária corajosa e de um súbito rareamento de palavras sobre o destino final da companheira de guerrilha: “Logo após se calavam, compungidos, como se súbito se lembrassem de algo inominável. Mudavam de assunto” (2014, p. 83).

Isso acontece porque Dodora é uma personagem que se constitui a partir de uma dualidade: por um lado, uma combatente exemplar, com ideias bem claras sobre os rumos que queria trilhar ao fazer parte de um grupo armado que se opunha ao governo: “Sempre falavam da Dodora. Da firmeza de suas convicções, da sua coragem nas ações. Ela que tinha culhões, diziam brincando, pois era a única mulher a participar das ações armadas” (2014, p.83). Por outro lado, a responsável por delatar todos os companheiros do seu grupo, entregá-los ao regime e, conseqüentemente, à morte. Essa dicotomia sobre Maria Auxiliadora, o nome real da companheira de luta armada, de ser um exemplo e, ao mesmo tempo, ser a vilã permeia toda a narrativa.

Comentando a “história paradoxal” de Dodora, Luciane Maria Said Andersson, ao observar a troca de papéis, entende a questão como uma humanização da personagem:

O paradoxo da militante que “tinha colhões” sucumbindo em uma ação “de pouco risco” não aparece como incoerência, mas como fenômeno de estranhamento e humanização do personagem “terrorista”. Uma terrorista que, em vez de tocar o terror, aterroriza-se ao avistar as forças da “lei”. Promove-se uma sutil troca de papéis no imaginário do leitor. A personagem Dodora passa a ser vista como deve ser: uma moça de 25 anos, idealista, que luta contra um governo de exceção. E o Estado como aquele que reprime, de forma violenta e brutal, quem ousa se rebelar contra ele. (SAID ANDERSSON, 2014, p. 174-175).

Esse paradoxo, porém, parece, na verdade, uma tentativa de salvar a imagem de Dodora da sua ação de entregar todos da organização em que lutava, pois sempre fica com o leitor a decisão sobre o que aconteceu. A narração insiste em não fazer um julgamento que seja desfavorável à protagonista; ela é sempre vista como um exemplo que, por diversos motivos pessoais, foi para o outro lado da luta. Não há, portanto, uma agressividade contra a companheira de organização, como era de se esperar dos demais personagens após uma traição desse porte, uma ação que levou à morte muitos companheiros, mas sim uma tentativa de entendimento dos motivos que a levaram a fazer aquilo, a se entregar mesmo em uma ação quase sem risco, levantando à possibilidade de problemas psicológicos.

Perguntei a Alberto se a organização não tomara alguma medida contra ela. Ele disse que não. Espalharam que ela havia enlouquecido e que a família a tinha internado para tratamento. Tudo teria acontecido porque naquele dia ela não se medicara. Muito tempo depois, surgiria outra versão, negando que ela tivesse esquecido o remédio e que tivesse sido internada. Disseram que, ao contrário, subitamente todos os seus cacoetes sumiram e ela sentira um enorme alívio. (2014, p.85).

No conto se especula que Dodora sofreu da “síndrome da tortura”, uma situação em que o torturado, após a situação traumática, sofre sequelas psíquicas, não conseguindo continuar a vida em sua normalidade e podendo chegar ao suicídio, como aconteceu com Frei Tito de Alencar Lima (1945-1974), frade torturado e que se suicidou no exílio, na França. A diferença no caso de Dodora, no entanto, é que a “síndrome”, na personagem, vem antes de uma possível tortura, ela é consequência exatamente do medo de ser vítima da violência que o Estado praticava naquele momento em seus “porões”.

Porém, como a personagem do conto teria a síndrome se nunca fora torturada? Algumas discussões caminham no sentido de que as sequelas de uma tortura não se limitam ou se apagam no corpo torturado, sendo capazes, então, de ultrapassar gerações. Essa questão já foi discutida no conto “Sobre a natureza do homem”, em que filho de Imaculata “absorve” parte da carga traumática que a mãe sofreu na tortura e no estupro. A “síndrome da tortura” tem uma característica transgeracional, como observa Alfredo Guillermo Martín, e as consequências do medo da personagem podem ser resultado da violência que o seu pai sofreu durante a ditadura da Getúlio Vargas: “as sequelas psicológicas da tortura são crônicas e têm duração transgeracional; assim, por exemplo, foi demonstrado com descendentes de famílias de judeus exterminadas nos campos de concentração nazistas”. (MARTIN, 2005, p. 439). Observemos, então, isso no conto:

O Alberto acha que foi um caso extremo de síndrome da tortura, comum na época. Disse que os relatos que chegavam à casa estudantil, e talvez outros da época do seu pai, devem ter criado nela tamanho pavor, que Dodora precisou se antecipar e entregar tudo voluntariamente, eliminando, com isso, a necessidade de ser torturada (2014, p. 85)

Sobre a prisão, Alberto começa a descrever como se deram os acontecimentos que levaram Dodora de um grande exemplo à responsável por entregar os seus companheiros para os agentes da repressão. Tudo começou quando ela e os companheiros de organização estavam pichando a rua com palavras de ordem contra o regime instalado em 1964, algo que, em si, gerava pouco risco, ainda mais porque não estavam no radar de atenção da polícia naquele momento. No entanto, acontece um acidente e Dodora muda, entra subitamente em pânico com a chegada da polícia e decide se entregar, mesmo que ela nem tivesse sido notada pelos policiais, pois estes estavam ali por causa do acidente, que nada tinha a ver com as pichações: “A ação em si fora de pouco risco. Dodora e alguns outros estavam pichando Abaixo a Ditadura quando dois carros trombaram na esquina próxima e um deles incendiou-se. Obviamente veio a polícia, corpo de bombeiros, ambulância.” (2014, p. 84).

Luciane Maria Said Andersson entende que o relato da pichação seria uma crítica de Kucinski à nulidade da luta armada, que seus efeitos não teriam nenhum impacto para derrubar o regime militar e que a rendição seria o único caminho possível para o desfecho daquela “guerra”. Essa crítica de Bernardo Kucinski não é, portanto, algo isolado em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, sendo recorrente a sua crítica à luta armada como uma forma eficaz de deter o governo instituído pelo golpe civil-militar de 1964. No conto “A troca”, analisado neste capítulo sobre a clandestinidade, essa crítica está simbolizada no personagem Reinaldo, que acaba indo para o exílio, mas via a luta arma como perdida. O próprio livro e os seus contos também demonstram que era, com diz Said Andersson, fatal o desfecho de quem pegava em armas. “Há, ainda, uma crítica à luta armada nesse gesto de rendição: a certeza da nulidade das ações (nesse caso representadas pela pichação de um muro) e da fatalidade da captura e da prisão” (SAID ANDERSSON, 2014, p. 175).

Voltando à cena, a personagem “se joga” dentro da viatura, diz que quer ser levada para a delegacia, pois “disse que tinha algo muito importante para revelar” e insiste tanto que acaba por ir. Na delegacia, então, conta que fazia parte de um grupo da luta armada, deixando o delegado surpreso com a revelação, pois as autoridades não esperavam que uma integrante da oposição se entregasse por livre vontade e delatasse os seus companheiros. De lá, é transferida para o DOPS, local destinado para esse tipo de confissão, geralmente feita sob tortura, mas, como Dodora entregou todos os nomes, não precisou ser submetida à prática. Na verdade, o conto sugere que a sua ação se deve exatamente para não ser torturada:

Foi transferida na mesma noite para o DOPS. Lá descreveu calmamente todas as ações das quais participou e, o que é pior, entregou todos os nomes que conhecia, um por um, com endereços, telefones, pontos e outros detalhes que sabia. Só então se convenceram de que ela falava a verdade, os dados batiam com o que eles sabiam. Disseram que ela ainda teve o cuidado de pedir um escrivão e foi ditando bem devagar, para que nenhuma informação se perdesse, ou que não precisassem perguntar depois. (2014, p. 84-85).

O narrador caminha para o fim do conto perguntando a Alberto sobre o destino de Dodora depois ter sido a responsável por delatar e levar à prisão e à morte os seus companheiros de luta armada. O amigo do narrador diz que a personagem ainda está viva e que mora no interior, tendo filhos e que hoje se tornou avó, levando uma vida aparentemente normal após toda aquela experiência nos anos de repressão.

O personagem-narrador vai, então, na direção de condenar Maria Auxiliadora pelo que fez, principalmente guiado pelo personagem Alberto, que é a sua fonte de relato, pois este sim

conviveu com Dodora e sua vida clandestina. A narrativa busca, durante todo o seu transcurso, respostas e ao mesmo tempo suposições para entender a atitude de uma companheira tão leal e ideologicamente tão forte, a ponto de ser “a única mulher” a participar das ações armadas da organização, como pontuavam os colegas ao falarem da personagem. O leitor é, nessa construção narrativa, parte ainda mais fundamental, pois é sua recepção que dará à Dodora a absolvição ou condenação.

Concluindo, ao fazermos as leituras destes três contos, percebemos que a luta armada, ao contrário do que se pensa, não é homogênea, não é um espaço em que o indivíduo sobreviva à base de uma ideologia e possua forte convicção das ações que pratica nesse ambiente. Ao contrário, conforme visto em vários contos presentes nesta obra de Kucinski, a clandestinidade é vista como um espaço de dor e dúvidas, de uma sensação de derrota frente a um inimigo tão poderoso e cruel como o Estado brasileiro pós 1964. Em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, é bastante perceptível que o autor explora o lado atraente da luta armada e as consequências da clandestinidade, pois, nos contos em que trabalha o tema, o autor amplia nossa percepção no sentido dos problemas decorrentes de quem teve coragem e enfrentou o Estado em um cenário que, na prática, era de uma guerra civil de baixas proporções.

As narrativas aqui discutidas: “Sobre a natureza do homem”, “A troca” e “Dodora”, são exemplos de como Bernardo Kucinski trabalhou a questão da clandestinidade nesta obra de contos, deixando de lado uma visão limitada e romântica para uns ou completamente demonizada para outros, para realmente traçar um perfil humano sobre quem pegou em armas com o intuito de defender suas ideias em meio a uma grande discussão e contraposição ideológica. Kucinski fala sobre a maldade dos sádicos torturadores do governo, da decepção em relação aos rumos em que luta estava tomando, do medo permanente da prisão, da tortura, do sofrimento e da morte.

Por uma questão didática e metodológica, abordei apenas três contos específicos sobre este tema que, para mim, é a essência da obra, mas a clandestinidade se faz presente, claro, nos contextos dos capítulos II e III deste trabalho. Como não falar dela em “A beata Vavá”, “Você vai voltar pra mim”, “Joana”, “O velório” ou “Tio André”? A clandestinidade é a essência da obra literária de Bernardo Kucinski e passa, portanto, pela questão dos que se tornaram invisíveis para a sociedade, para as suas famílias, para eles mesmos e, depois de presos, foram “apagados”, da nossa sociedade através da morte ou, pior, do desaparecimento.

A FERIDA

“Não quero morrer sem enterrar o meu Roberto” O velório (2014, p. 50)

Nesta última parte do trabalho, busco fazer uma reflexão sobre as feridas que ainda sangram, feridas que são resultado dos cortes e da dor, sendo uma parte delas analisadas neste trabalho, mas ainda não é tudo, é parte do que se deixou de herança. Ao dar o nome de “A ferida” para essas considerações finais, pensei no sentido de consequência, de algo que ainda não acabou, em uma ruptura, “O corte”, tão grande e maléfica que mesmo após décadas ainda faz estragos nas esferas políticas e sociais. O que é ferido tende a cicatrizar, mas eu não poderia dizer que o que foi feito está cicatrizado quando temos heranças, quando temos famílias ainda hoje separadas, quando temos torturadores e assassinos sem julgamento formal, quando temos desaparecidos que não tiveram direito a um enterro digno, a uma dívida externa crescente, pois a política econômica era baseada no endividamento, sacrifícios sociais que fizeram o país se tornar ainda mais desigual no período

Talvez, ao lançar o *Você vai voltar pra mim e outros contos*, em 2014, em razão do cinquentenário do golpe civil-militar, nem Bernardo Kucinski e nem ninguém tivesse ainda a noção exata que, depois daquele ano, o Brasil ia entrar numa grande onda conservadora de negação do que aconteceu durante a ditadura. Isso tornou a obra de Kucinski ainda mais relevante, pois o cenário, cada vez mais polarizado, exige que se estude sobre aquele momento, que é muitas vezes apregoado, por pessoas que não são contemporâneas, como um dos melhores do país. Tanto *K. O relato de uma busca* e *Você vai voltar pra mim e outros contos*, são exemplos de que a literatura deve ser um suporte para lembrar, discutir e educar sobre aquele período de totalitarismo estatal.

Desde esse período, o clima político brasileiro, que já era tenso, foi tomado por discursos políticos de extrema-direita, um discurso violento e que não mais condena o período em que os militares, junto dos civis, tomaram o poder e sufocaram a oposição, pelo contrário, os discursos vão na direção de tornar torturadores e assassinos em heróis. Uma parte significativa da nossa sociedade encontrou em palavras de intolerância a sua voz, aproveitando-se do oportunismo gerado pela incompetência estatal para destilar o seu ódio e o seu preconceito a diversos setores historicamente menos favorecidos.

A ascensão do discurso militarista foi tanto que hoje temos uma importante massa defendendo, de modo explícito, a violação, por parte do Estado, de direitos humanos. Isso dá, para aqueles que estão no poder, ou pretendem estar, certa força para ampliar ainda mais a

violência que já tomou nossa sociedade. Não apenas a violência física, que mata mais de 60 mil brasileiros por ano, resultado da política falida deixada pela ditadura, mas a violência social, ampliada naquele período, que vinha diminuindo nos anos 2000 e que, novamente, ganhou força após a ruptura institucional patrocinada pelo parlamento em 2016. Esse discurso não é apenas contra criminosos, mas contra a todas as políticas sociais, principalmente aquelas que favorecem aos pobres, negros, pardos, mulheres, aos mais desassistidos etc.

As feridas não ficam apenas no campo político e social, elas também estão na imprensa, pois a grande mídia, aquela controlada por um número minúsculo de famílias, não enxerga aquele período como uma interrupção da democracia. Um dos exemplos dessa cegueira é o editorial do jornal Folha de São Paulo, publicado em 17 de fevereiro de 2009, com o título “Limites a Chávez”². Neste editorial, o jornal fez a seguinte observação sobre a ditadura brasileira: “Mas, se as chamadas ‘ditabrandas’ - caso do Brasil entre 1964-1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à justiça.”

O editorialista defendeu que os governos eleitos democraticamente no fim dos anos 1990 e início dos 2000 são mais perigosos do que a ditadura militar brasileira, mesmo que esta tenha iniciado por meio de uma ruptura institucional para chegar ao poder. O mais grave do editorial é nomeá-la de “ditabranda”, indicando que a nossa ditadura foi menos repressiva do que as de outros países da América do Sul, que preservou as instituições, sendo que elas foram completamente esvaziadas de poder durante o regime, tendo o AI-5, de 1968, e o Pacote de Abril, em 1977, como seus maiores exemplos, quando o Congresso Nacional foi fechado pelo presidente general Ernesto Geisel.

O livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, de Marcos Napolitano, lançado em 2014, por ocasião dos cinquenta anos de golpe, refere-se ao episódio do editorial da Folha de S. Paulo. O autor escreve que o período citado pelo jornal é do primeiro governo militar, do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o terceiro capítulo do livro começa: “Em 2009, a Folha de S. Paulo referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma “ditabranda”, ou seja, uma ditadura não muito convencida de sua dureza” (NAPOLITANO, 2017, p. 69). Porém, discordo sobre o período mencionado pelo autor, pois vejo claramente o próprio editorial afirmar que se referia a todo o período do regime ali instalado: “Mas, se as

² O editorial “Limites a Chávez” não foi assinado por nenhum jornalista, mas foi aprovado pelo então diretor de redação Otávio Frias Filho (1957-2018), que no dia 7 de março de 2009, divulgou uma nota que reconhece o termo “ditabranda” como um erro, mas continuou com a opinião de que a ditadura civil-militar de 1964 foi menos repressiva que a de outros países sul-americanos.

chamadas "ditabrandas"- caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça [...]”. (FOLHA DE S. PAULO, 19 de fevereiro de 2009).

Apesar deste aparente, para mim, equívoco, Marcos Napolitano reconhece que não podemos dividir a ditadura em períodos de mais ou menos repressão política, pois a totalidade do tempo em que os militares ficaram no poder foram marcados pela censura e pelo terror de Estado, como pontua o seu autor:

Entrar nesse debate pode nos conduzir a várias armadilhas da história e sobretudo, da memória. É inegável que a fase pré-AI-5 ainda não era marcada pela censura rigorosa e pelo terror de Estado sistemático contra opositores, armados ou não. Mas isso significa diminuir o caráter autoritário do regime de 1964? Para resolver esta questão sem recair na memória construída tanto pelos liberais civis quanto pelos generais alinhados ao chamado “castelismo”, que gostam de afirmar o caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968, é preciso refletir sobre os objetivos fundamentais do golpe de Estado e do regime que se seguiu imediatamente a ele. (NAPOLITANO, 2014, P. 70)

Em 2013, outro jornal de grande circulação, O Globo, parte do Grupo Globo, publicou um editorial em que afirmava que o seu apoio ao golpe civil-militar foi um erro. O conglomerado de comunicação, o maior do país e um dos maiores do mundo, há tempos era cobrado por ser um dos sustentáculos do regime, período em que a maior empresa do grupo, a TV Globo, foi criada, teve maior crescimento e se tornou a maior do país. O editorial, porém, não é um pedido de desculpas, é apenas uma resposta à cobrança da opinião popular sobre o papel do grupo durante aquele período, principalmente após a onda de manifestações ocorrida em junho de 2013, turbulência popular que reuniu vários espectros políticos e ainda pouco entendida, até mesmo dentro da academia.

Apesar dessas feridas aqui apresentadas, há muitas outras e, por isso, reafirmo a importância deste trabalho como uma forma de reação a essa ascensão do discurso que acoberta os crimes por parte do Estado que ocorreram naquele período. Ao analisar as narrativas presentes em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, busco dar visibilidade para o livro, para aquele momento e um olhar para os futuros leitores que tenham interesse na pesquisa ou, simplesmente, queiram entendê-lo, buscando neste trabalho, um complemento para o que Bernardo Kucinski escreveu.

Ampliar o debate sobre a ditadura civil-militar de 1964 é uma questão de suma importância para que as próximas gerações não esqueçam o que ocorreu durante aqueles vinte um anos de ruptura democrática, é essencial para que aquele episódio não se repita, pois,

acredito, que só o conhecimento é capaz de deter a fome oportunista do totalitarismo. Este trabalho não é imparcial, não acredito na imparcialidade e desconfio de quem se apregoe como tal. As palavras são ideológicas, carregam ideias, emoção e não podem ser destituídas, como muitos querem, da sua missão de educar, de informar e debater.

Escolhi a obra de Kucinski por achá-la vasta, oportuna e bem escrita. Por causa desta vastidão de temas, dividi este trabalho em três tópicos: mulheres, família e clandestinidade. Porém, *Você vai voltar pra mim e outros* é mais vasto do que isso, abarca e discute uma série de questões que são caras ao nosso país e precisam urgentemente serem encaradas e resolvidas, não uma resolução, como está sendo feita, de jogar a história para debaixo do tapete, mas de trazê-la à luz e fazer justiça, publicamente, em relação aos crimes cometidos pelo Estado brasileiro. É preciso avançar, um avanço que só pode ser feito através de uma transição saudável, não uma transição dirigida por aqueles que foram os responsáveis pela ruptura de nossa democracia. Os mortos gritam.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANTONELLO, Diego Frichs. Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise. 158 folhas. Tese (Doutorado) – UNIRIO/CCH/Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 2016.

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. O Globo. Rio de Janeiro. Agosto de 2013. Editorial. <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>
Acessado em 2 de setembro de 2018.

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. (Orgs.) Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

AVELAR, Idelber. Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina. Tradução: Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin, tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Ed. 34, 2011. 173 p.

_____. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 1º. Ed. e-book, São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRANDÃO, Juliana Mendanha. Resiliência: do que se trata? O conceito e suas impressões. Dissertação (mestrado em psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final, volume I. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_1.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2018.

BUNGART NETO, Paulo. As memórias dos torturados pela ditadura militar brasileira: o testemunho dos sobreviventes. Anais do XIV Congresso Internacional da ABRALIC - Fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias. Belém, 2015. v. 1. p. 1-16.

CAMARANI, Ana Luiza Silva. A Literatura Fantástica: caminhos teóricos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CANDIDO, Antonio. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CYRULNIK, Boris. Autobiografia de um espantalho. Tradução Claudia Berliner. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A memória de três militantes da Ação Popular (AP) sobre a repressão: a violência aplicada pelos órgãos de segurança ditatoriais contra os seus opositores políticos (1972-1974). XI Encontro Estadual de História, Memória e Patrimônio, 2012.

EDLER, Sandra. Luto e melancolia: à sombra do espetáculo. (Recurso digital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. Revista USP, n. 98, p. 41-50, Junho/Julho/agosto, São Paulo, 2013

FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo; AYDOS, Valéria. A reconstrução social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. In: ANPOCS, 2013, Águas de Lindoia, 2013.

FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. Vol. XIV. ed. Imago. Rio de Janeiro, 2006.

GARRIDO, Ayra Gudes. A atuação do Ministério Público Militar durante a ditadura militar (1964-1985). XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia. Brasília, 2017.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. Memórias de uma guerra suja. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. Você vai voltar pra mim e outros contos. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. Alice: não mais que de repente. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____. K: o relato de uma busca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Os visitantes. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. Pretérito Imperfeito. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Jornalista Bernardo Kucinski publica contos sobre a repressão na ditadura. Publicada em 15 de abril de 2014. São Paulo: Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Raquel Cozer. <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/02/1412462-jornalista-bernardo-kucinski-publica-contos-sobre-a-repressao-na-ditadura.shtml> Acesso em 15 de junho de 2017.

_____. Bernardo Kucinski reflete sobre 'K.', a ditadura, a culpa, o luto e sua irmã desaparecida. Publicada em 14 de julho de 2016. São Paulo: O Estado de São Paulo. Entrevista concedida a Maria Fernanda Rodrigues. <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,bernardo-kucinski-reflete-sobre-k-a-ditadura-a-culpa-o-luto-e-sua-irma-desaparecida,10000062690> Acesso em 29 de julho de 2017.

Limites a Chavéz, Folha de São Paulo, São Paulo, fevereiro, 2009. Editorial. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso em 2 de setembro de 2018.

LUCENA, R. D. R. Memória e Testemunho em Infância de Graciliano Ramos. In: 25ª Jornada Nacional do GELNE. Natal: EDUFRN, 2014.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 62, São Paulo, 2004, p. 57.

MARTÍN, Alfredo Guillermo. As Sequelas Psicológicas da Tortura. Universidade Federal do Rio Grande, RS: Psicologia, Ciência e profissão, 2005, p. 434-449.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. Trauma e Narrativa: vozes silenciadas da tortura num conto de Veríssimo. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 2011, Curitiba. Centro, Centros – Ética, Estética. Curitiba: UFPR, 2011. n.p. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0626-1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

OLIVEIRA, Gabriela Georgen de. Comissão Nacional da Verdade: a busca pela concretização da Justiça de transição no Brasil. 30 f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Recalque e Repressão: uma discussão teórica ilustrada por um filme. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 2, n. 2, p. 229-241, dez. 2011.

PERDOMO, Maria Cristina; CERRUTI, Marta. Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

RUBERT, Silvana. O trauma das mortes geradas pela violência do Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

RUDGE, Ana Maria. Trauma. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAID ANDERSON, Luciane Maria. As cadeias da humanidade são feitas de papel – o testemunho da ditadura civil-militar no romance K. 204 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é a literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciaianos Ramos, Alex Polari e André du Rap) Matruga, Rio de Janeiro, v.19, n.31, jul./dez. 2012.

SANTOS, Elaine dos. Literatura e História – Uma representação da ditadura militar Pós 1964, no Brasil, em O que é isso, companheiro? de Fernando Gabeira. Estação literária. Vol. 5, 2010.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014

SCHREIBER, Mariana. 150 atestados de óbito de mortos pela ditadura devem ser retificados pela Justiça de SP. BBC Brasil. 31 de março de 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140331_atestado_obito_ms Acesso em: 18 de Abr. de 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e Trauma. Pro-Posições, Campinas, vol. 13, N. 3 (39) p. 135-153, 2002.

_____. Palavra e imagem: memória e escritura. Chapecó: Argos, 2006.

_____. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psic. Clín., Rio de Janeiro, vol. 20, N.1 p. 65-82, 2008.

TELES, Janaína de Almeida. Luto e Memória da ditadura: O Memorial dos Desaparecidos de Vila Formosa, em São Paulo. Revista M. vol. 2, n. 3, p. 65-93, jan./jun. 2017

TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. Cidade do México: Digital Source, 1981. Disponível em <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2260559.pdf> Data de acesso: 1º de agosto de 2017.

ZUCOLO, Nícia Petreceli. Uma rapsódia portuguesa: testemunhos ficcionais em três romances de Lídia Jorge. 128 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.